

DO RANCHO
AO PALACIO

566

rie 5.^a ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 204
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

OTONIEL MOTA

DO RANCHO AO PALACIO

(Evolução da Civilização Paulista)

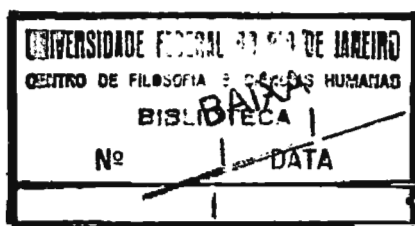
781
B823
v 204

1941

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

Sp. 981.011
M 917



PREFACIO

Nunca me passou pelo espírito a idéia de que um dia, no crepúsculo da vida, ouvindo já as badaladas da retreta, pegasse da pena para escrever um livro acerca de coisas da nossa história.

A minha ignorancia neste têrreno era — e em grande parte ainda é — simplesmente ignominiosa. A pobreza completa de memoria para datas e nomes — que foi sempre o meu calcanhar de Aquiles nas polémicas que tive de travar — certo que não me convidava a ser historiador ou mesmo investigador paciente no campo da heurística nacional ou geral. Mas isso não escusa a crassa ignorância dos nossos fastos. A lacuna que sempre me humilhou e que sempre desejei encher, explica-se pelos labores da vida e os estudos em outros campos vastíssimos, que não me deixaram lazer para conseguir o desejado na medida com que o desejei; mas era de meu dever achar um tempinho, ao menos, para que a inopia não fosse tão clamorosa.

Lá para o diante — dizia — hei de achar essa migalha de tempo. E de fato achei; quando menos o esperava. Uma circunstância fortuíta, a necessidade de esclarecer um ponto de nossa história, desastradamente baralhado, levou-me a percorrer os trinta

volumes de *Inventários e Testamentos* de nossos antepassados. Outra circunstância agridoce: achava-me recluso por motivo de enfermidade e precisava de um passatempo suave e agradável para o meu espírito. Que melhor passatempo do que êsse, para um paulista de mais de quatrocentos anos, que, compulsando aquelas páginas com verdadeiro carinho, ali vai encontrando, a cada passo, os nomes venerandos de seus gloriosos avós? Foi o que se deu comigo. Por vezes os olhos se me arrasaram de lágrimas, num sentimento indefinível de piedade e de saudade. Sentimento — dizem os refinados da época — de puro caipirismo. Bendito seja o caipirismo que, nestes dias satânicamente iconoclastas, ainda nos faz vibrar as melhores cordas do nosso ser diante do que foi grande e santo na história de nossa raça. Desgraçados dos povos que não sabem mais admirar!

O percurso pelos *Inventários* obrigou-me a outros: pelas *Atas do Concelho*, pelo *Registro Geral*, pelos *Documentos interessantes*, pela *Revista do Arquivo*. D'aí nasceu êste pequeno trabalho.

Por mais paradoxal que o pareça, é certo que às vezes a ignorância é uma bênção: e é quando ela nos leva a penetrar, num domínio desconhecido, com a alma virgem como uma placa fotográfica, sem termos o nariz cavalgado pela luneta, de aumento ou diminuição, de erudições alheias. Pode, então, o ignorante enxergar as coisas ao nu, e vê-las tais como

são. A erudição, por vezes, faz o papel de venda para os olhos perquirentes, ou, ainda, torna-os estrábicos.

A minha sinceramente confessada ignorância no terreno em que pisei, me fez ver o que não vira anteriormente, e o que não veria se não recorresse às fontes originais. Conheço alguma coisa do ambiente em que vivo e posso antever que as surpresas que tive serão as da quasi totalidade de meus leitores. E foi para tirá-los do “engano d'alma ledo e cego” que me abalancei a rabiscar êste trabalho.

Não é obra definitiva. Aqui ou ali sofrerá modificações provocadas pela crítica; mas o cerne, ousou esperar que seja inatacavel. Neste recanto que palmitilhei, pequenino é certo, alguma luz se fez no meu espírito, e o seu beneficio não quero que seja única-mente meu.

Procurei dar ao livro a feição mais leve e popular possível: obra de vulgarização, busca acomodar-se ao gosto do vulgo, mais do que ao paladar refinado dos eruditos. Está claro que, nesta matéria, em que apenas sei o abc, não me seria possível escrever para agradar aos eruditos. A festa é de nam-búzinhos que aguardam, cá embaixo, as migalhas que os jacús encasacados deixam cair do seu banquete nas franças do arvoredado...

Ninguém me incrimine, pois, o haver inserido aqui ou ali alguns lardos de piadas ou algumas tau-

xias de literatice facil: faz parte do plano, ou antes — da estratégia... O estilo “marcha fúnebre” é culpado em grande parte da ignorância de milhares de brasileiros no que concerne aos fastos da nossa patria.

CAPITULO I

CONSTRUÇÕES, UTENSILIOS E COSTUMES

O que foi o inicio de Piratininga bem se pode imaginar: um conglomerado de casinhas de taipa de mão, cobertas de sapé.

Não havia telhas, porque não havia oleiros nem olarias; e como poderia montar-se uma olaria sem que primeiro houvesse bois ou eqüinos para tirar a almanjarra, que faz girar os cilindros amassadores do barro?

Só no dia 6 de março de 1575, diz a ata da Câmara, se apresentou Cristóvão Gonçalves, e “em presença de todos disse que ele se queria vir a morar nesta vila e se queria obrigar a fazer telha para se cobrirem as moradas desta vila, por ser coisa para enobrecimento dela e ser muito necessario, contanto que se obrigassem a lhe tomar toda a que ele fizer... e a dita telha era necessaria por rezão desta vila estar coberta de palha e correr risco por rezão de fogo.”

Na mingua de moeda, a telha seria paga “no dinheiro da terra, que serão mantimentos (*Mantimento*, na época, é sinónimo de mandioca.) e carnes

e cera e couros e gado, bois e vacas e porcos, porquanto nesta vila não ha outra fazenda.”

Coberto de sapé era tudo o mais: a igreja, a cadeia, a casa do Concelho. Esta, em 1580, caíu, passando a Câmara a reunir-se na casa de um ou outro vereador. Só em 1585 é que se está em via de construção de nova casa. E a Câmara resolve, no dia 23 de abril, “que a casa nova que estava mandada fazer para casa do Concelho fosse sobradada e servisse de Câmara... fosse sobradada de taboado, em cima servisse de casa do Concelho e o debaixo servisse para cadeia desta vila.”

Foi possível esta empresa porque já havia na vila o que antes não havia: um carpinteiro.

Mas o que se fez não passou de um remendo, pois a 4 de outubro de 1586 o carpinteiro entrega a obra, depois de ano e meio, tal como poudes acabar. Era obrigado a tirar uma janela, o que não se atreveu a fazer “por não se fiar nas paredes.” Pedia que lhe descontassem isso no orçamento.

E estas duas enfermas, cadeia e casa do Concelho, vão de mãos dadas, numa petição de miseria, através dos anos, de queixa em queixa, de reclamação em reclamação, de censura em censura, sem que se dê remedio a tamanha ignominia. Não havia grilhões, nem correntes, nem dinheiro para os comprar. A cadeia era o divertimento dos facinoras, porque entravam pela porta e saíam a rir pela janela.

Só bem mais tarde é que se resolve fazer uma cadeia de “pedra e cal” — é a expressão do texto — como havia em S. Vicente. Mas, depois de resolvido, viu-se que não era possível. Concordou-se em que ela se fizesse de taipa de pilão, de quatro palmos e meio de espessura. Grande progresso em Piratininga!

Se não havia a principio telhas, é claro que não haveria *tijolos*.

E aqui é preciso salientar que através do proprio século XVII as casas mais opulentas — se é que a palavra opulencia não esmaga a coitadinha de Piratininga — são todas, todas, de taipa de pilão ou simplesmente barreadas.

As olarias que se foram criando, mesmo nas melhores fazendas, dos nababos do tempo, trazem sempre a frase restritiva — “de telhas”.

Mais estranho ainda: o leitor percorrerá os trinta volumes dos Inventarios sem encontrar esta palavra — *tijolo*. Nos sete primeiros volumes das *Atas* da câmara de S. Paulo, só uma vez encontrei o tijolo, e este *cozido*, na ereção do pelourinho. E fica-se mesmo a perguntar: donde veio esse tijolo?

É em 1610, ata de 23 de maio. (Vol. II, pag. 268).

Nunca se fala em ladrilho. Só muito tarde se mencionam, excepcionalmente, soalhos e forros, nem sempre em toda a casa, mas só em alguns compartimentos, costume, aliás, que, no interior, se per-

petuou até ha pouco. Tambem no Norte, segundo o testemunho de Gilberto Freyre, as casas eram assim.

Vidraças? Mas quem pensaria nesse luxo? Elas eram indiscretas... Atas e inventarios não as mencionam jamais. As casas de luxo, onde já havia tecidos adamascados, tamboladeiras de prata, berloques de ouro, espelhos de vestir, nos fins do século XVII, ainda eram apenas distintas das pobrezinhas, de taipa de mão e cobertas de sapé, pela expressão “com seus corredores e tacaniças.” Upa! É passar de longe! Eram avaliadas em cem mil reis! O preço de cem bois, de cem vacas, de cem cavalos, termo medio, o que quer dizer que, guardadas as proporções, em linguagem moderna, valiam uns cincoenta contos.

Eram casas para estadia momentanea, aos domingos e dias de festa. No mais do tempo, os seus donos estavam na roça, cuidando de suas lavouras, e as habitações rurais superavam as urbanas. “Proceres civitatis in agris morabantur”, diria Columella.

O mobiliario é paupérrimo. Nas melhores casas apenas as cadeiras “de estado” e as “rasas”. Aqui ou ali, com o tempo, mencionam-se tapetes. Não ha quadros pelas paredes senão no fim do século XVII. E estes são quadros pios, quadros de Roma. Só depois aparecem as pinturas “da terra.”

Mencionam-se mesas *com pés* — as nobres — “com as suas cadeias” ou “com suas missagras”,

isto é *bisagras* ou dobradiças; com os seus lambeis ou sobremesas.

Entre as baixelas da época, são frequentes as *tamboladeiras*, expansão da forma *tembladeira*, que está desde logo a apontar para uma origem castelhana: *tembladera*, que o dicionario da Academia define: “Vaso ancho de plata, oro o vidro, de figura redonda, con dos asas a los lados y un pequeño asiento. Las hay de muchos tamaños, y se hacen regularmente de una hoja mui delgada, que parece que tiembla.”

Não pude descobrir-lhes a utilidade. O dicionario de Zerolo cita o exemplo de Ventura de la Vega: “Dale á Gerarda aquella *tembladera* de plata para que haga chocolate.”

Se a palavra nos veio da Espanha, dali tambem nos teria vindo a applicação, provavelmente.

Não ha chécaras, senão rarissimamente. E as que ha, já se vê, não teriam o uso que hoje tem: não havia chá nem café, e a congonha que se tomou um dia, muito mais tarde, servia-se em cuias, não em chécaras.

Em compensação, multiplicam-se as *frasqueiras*, com seis, dez e mais frascos, de medida e de meia medida, com os seus *bocais*. É que se tomava, e muito bom, vinho nacional ou do Reino.

As colheres, quasi sempre de prata, mesmò em inventarios muito modestos, vêm, mas nem sempre, acompanhadas de um capataz: um garfo. O garfo

não tem plural, senão por um acaso. Só me lembro de ter lido num inventario a existencia de quatro garfos. Tirada a iguaria com aquele *paratudo*, as mãos entravam em trabalho, como no Oriente e na civilização homérica, na qual, servida a refeição em baixelas de prata e ouro, as servas traziam, em bacias de prata, agua às mãos. Também em Piratininga e arredores os pratos de agua às mãos e as toalhas para igual mister são abundantes.

Ou não ha facas de mesa, ou se menciona apenas uma. Só em um inventario, de Pedro Vaz de Barros, se registam treze facas, o que leva a pensar que eram para uso individual.

É curioso que nunca se fala em bacia de banho nem em toalha de banho. Seria por pudicicia? Mas os inventarios não a têm, nem poderiam ter, e nós sabemos que a agua para os pés, à noite, e mesmo o semicupio, acompanharam sempre os nossos maiores. O banho diario, completo, como era costume no Norte — pedido pelo clima — não vigorava em nosso meio como uso quotidiano; mas também não iam os nossos avoengos ao extremo de um manual de bom-tom, escrito em Portugal, usado em nossas escolas em meados do século XIX: “é conveniente, no verão, duas vezes por semana, passar um pano molhado entre os dedos dos pés.” Isto no verão!

Debaixo das camas, de colchas bordadas e cobertores brancos de lã, não havia *bacias*... Era assim que se chamavam.

No século XVI aparece uma e depois já no começo do século XVIII, em casa de luxo, coincidindo mais ou menos com a época em que o principesco padre Guilherme Pompéu, segundo Pedro Taques, dando as suas festas faustosas, collocava cem das ditas, e de prata, sob a cama de seus hóspedes...

Lampeões de latão brilhavam nos pesados moveis ou nas paredes. O azeite de amendoim e o de "carrapato" eram empregados na iluminação primitiva. Dão testemunho as Atas. Havia os castiçais de prata com as espevitadeiras.

Relógios de areia, de marfim, aqui ou ali, enfeitavam as mesas. Enfeitavam, creio; que os nossos maiores olhavam para o sol e isso bastava. À noite, guiava-os o galicínio. E para que mais?

E quem desejar conhecer as coisas mais minuciosamente, leia o belo livro de Alcântara Machado, porque eu aqui apenas condense o que ali se amplia e só o faço porque a entrosagem do assunto assim me obriga. Leia mais o interessante livro de Belmonte — *No tempo dos bandeirantes*.

Descendo ao quintal, ver-se-iam as *instalações sanitarias*. Em regra, a julgarmos pelo que ainda se vê em regiões do *hinterland*, era a touça de pacova mais tarde substituida pelos pés de café repolhudos — *et pour cause!* — que nos deram a expressão eufemística bem conhecida: *ir ao café*.

Sómente num inventario me recordo de se mencionar uma privada, construida de taipa de pilão.

Na Europa civilizada ainda ha coisas que com isso se parecem. Capitais cintilantes com bairros sem exgotos e centros com as horriveis bombas de sucção.

Os editais dos almotacés até a primeira metade do seculo XVIII, pelo menos, ainda conservam uma “chapinha” que nada tem de poética, ameaçando aqueles que deixassem vir à rua canos com “aguas fedorentas”.

Em casas de maior escravatura provavelmente os *tigres* faziam o papel dos exgotos modernos, porque os referidos editais mencionam os lugares taxativos, determinados pela Câmara, onde se deviam despejar “lixos e monturos.”

As fossas conservaram-se em S. Paulo até o último quartel do século XIX. O primeiro bairro que teve exgotos foi o da Luz, em 1883. E sòmente para 71 casas. Aos poucos é que se saneou a nossa Capital.

Na Piratininga de Anchieta havia fontes públicas, depois chafarizes. Essas fontes eram movimentadas em certas horas pela frequência das *negras*, que na linguagem da época eram as índias, escravas ou forras.

Tornavam-se o chamariz da rapaziada solteira e bem se pode ver o que sofria de insultos a moral do arraialzinho. Os almotacés traziam agua pelas barbas na fiscalização dos logradouros. As determinações da Câmara são claras, a linguagem crua. Deixo à imaginação do leitor o adivinhá-las.

As náiades camonianas, da *Ilha dos Amores*, fugiam dos “galgos”.

“Mas mais industriosas que ligeiras,
pouco a pouco, sorrindo e gritos dando,
se deixam ir dos galgos alcançando.”

As hamadríades do Anhangabaú e Tamandua-teí não conheciam essas simulações e dissimulações. Os galgos daqui ignoravam que *tra la spica e la man qual muro he messo*. As dríades não só eram facilmente concordantes, mas muitas vezes acometedoras. O bondoso e simplorio do padre Belchior de Pontes teve de correr uma delas ás lambadas. E Anchieta salienta como era preciso ser homem blindado de verdadeira armadura cristã, para vencer as tentações desse meio feminino, em que as serpentes vinham enroscar-se às redes onde os mortais repousavam ou dormiam.

Mas a Câmara não cochilava. Ordens severas aos seus oficiais! Se alcançassem um delinqüente, era unhá-lo e... açoita-lo no pelourinho? Não. Degredá-lo para a fortaleza da Bertioga? Não. Coisa peor: cobrar um tostão de multa!

Não sorria o leitor, que um tostão, naqueles tempos, para o rapazio miqueado, era como vinte ou trinta mil reis para o miqueado de agora. Onde achar esse tostão? Mas não consta que algum o pagasse. Leis no papel...

CAPITULO II

LEITE E MEL

Esboça-se a vida da capitania. O seu donatario trata de lhe dar impulso inteligente e seguro. Gabriel Soares de Sousa — ou quem escreveu o livro que se lhe atribue — e depois frei Vicente do Salvador nos dizem que alí é que primeiro se plantou a cana de açúcar e se criaram, no Brasil, as primeiras vacas. Dali é que esses dois fatores importantísimos da vida nacional se espalharam para as demais capitánias. Leite e mel. A capitania nasceu como uma Canaan para as demais. Nasceu produzindo e ofertando. Nobre destino, que, quasi sempre, conduz à gloria, mas, quasi sempre, pelo caminho da cruz...

Monta-se o primeiro engenho. Ao aipim, dentro em pouco, vem juntar-se o arroz, cultivado pelos colonos e, segundo Gabriel Soares, trazido de Cabo Verde; depois foi cultivado de planta já existente cá na terra. Discutiremos isto mais adiante. Por enquanto diremos apenas que frei Gaspar da Madre de Deus afirma que ele se plantou na costa, e produziu com tal abundancia que um alqueire em casca veio a custar 50 reis.

Ainda não se plantava nem se comia trigo, dizem Anchieta e Soares de Sousa. A farinha de pau — a farinha de mandioca — era o principal alimento de toda a população. O trigo, afirma Soares, só se usava para hostias e alguns mimos. Mas anos depois de iniciada a nossa vida agrícola, ainda Anchieta dizia que esse mesmo trigo para hostias vinha do Collegio do Rio para o de S. Paulo. Diz mais que, mesmo na Baía, só alguns ricos se alimentavam com pão de trigo, mas trigo procedente de Portugal.

A criação bovina prosperou e a carne entrou na alimentação do povo. Carne boa e barata. Quasi dois séculos depois de Martim Afonso ainda o preço de uma vaca oscilava entre mil reis e dois mil reis!

Feijões varios e substanciosos eram colhidos pelos indios e se tornaram base alimentar de colonos e mamelucos. O algodão era nativo no Brasil e foi aproveitado pelos indios na confecção de suas redes. Passou a ser a veste do indio, do colono e do mameluco.

Vestido, pois, de algodão, o paulista em formação comia, principalmente, mandioca, algum feijão, e em S. Vicente arroz — não sabemos em que quantidade nem por quanto tempo — e carne de vaca e de porco. Pobre, mas de barriga cheia, e cheia de alimentação sadia e succulenta.

Foi assim a alvorada de S. Vicente, a crisálida que se transformou, depois, na borboleta de S. Paulo.

CAPITULO III

O ARROZ

Na sua primeira carta conta-nos Anchieta qual era a alimentação do Planalto: “O principal alimento nesta terra é a farinha de pau, feita de umas certas raízes que se plantam (a que chamam mandioca) as quais, se se comerem cruas, assadas ou cozidas matam; é preciso serem deixadas nagua até que apodreçam; apodrecidas porém que sejam, convertem-se em farinha, que se come, depois de torradas em vasos um tanto grandes, feitos de barro; isso substitue entre nós a farinha de trigo. Constituem a outra parte da alimentação as carnes selváticas, como sejam os macacos, as corças, certos outros animais semelhantes aos lagartos, os pardais (?), e outras feras. A parte mais importante, porém, do sustento consiste em legumes e favas, em abóboras e outras que a terra produz, em folhas de mostarda e outras ervas cozidas: usamos, em lugar de vinho, de milho cozido em agua, a que se junta mel, de que ha abundancia; é assim que sempre bebemos as tisanas ou remedios; e se isto temos com fartura, quasi que não nos parecemos a nós mesmos pobres.”

Isto escrevia Anchieta de Piratininga, em 1554. Teçamos em torno disso alguns comentarios.

Perguntará certamente um leitor paulista como é que a nossa apreciada mandioca, crua, assada ou cozida produz a morte. E' que Anchieta está fazendo uma distincção que ainda se guarda no Norte entre a mandioca (fruta venenosa de que se faz de preferencia a farinha e que no processo da fabricacção perde o veneno) e o *aipim*, a mandioca mansa, que nós em S. Paulo passámos a denominar *mandioca*.

Outra admiracção que terá causado o trecho são aqueles *pardais* metidos entre "outras feras" nas matas brasileiras!

E' evidente que não se trata de pardais. Houve aí um lamentavel cochilo de traducção. Não tenho diante dos olhos o texto latino, mas é dispensavel. O que lá está é *párdales*, panteras, transposta a significacção para a de *onças pintadas* (1). Caso semântico que escusa comentarios.

Agora passemos. Comia-se, no Planalto, mandioca, milho, legumes, favas, folhas de mostarda e carne silvestre. Nem *trigo* nem *arroz* no ano de 1554. Nem carne de vaca, de porco, de carneiro ou de cabra. Nem galinha, pato ou perú. Não se iniciara ainda a criaçção animal em Piratininga. Nada mais natural. Dois anos depois, em 1556, Nóbrega já nos fala em quatro vacas adquiridas para alimentacção dos meninos.

A ausencia do arroz é curiosa, porque Nóbrega, ainda em S. Vicente, já pedia à Côrte o dizimo do arroz para o Colegio. Não nos diz, é certo, onde se cultivava esse arroz; mas frei Gaspar da Madre de Deus enche a lacuna, dizendo-nos que a cultura madrugara e prosperara ali mesmo em S. Vicente. Gandavo, em 1570, fala-nos em *muito arroz* no país. Não esclarece se o arroz de que fala é o silvestre (o que é mais que improvável) nem, se o não era, d'onde nos veio. *O Tratado descritivo do Brasil em 1587* diz positivamente que o arroz nos viera de Cabo Verde. Mesmo nas *Cartas* dos jesuitas ainda ha algumas outras referencias, vagas e raras, ao arroz. Mas a principio o arroz não entrou na agricultura dos jesuitas. O livro do padre Serafim Leite aí está para comprovar o que acabo de dizer. Só muito mais tarde, no Grão Pará, segundo o testemunho do governador Mendonça Furtado, irmão de Pombal, os jesuitas comiam arroz plantado nas prósperas fazendas. Também se plantava, no século XVIII, nas reduções castelhanas.

Na costa não havia arroz silvestre. Este só se encontrou mais tarde no Pará e em Cuiabá. E' o que testificaram Rocha Pitta na *Historia* e Santa Rita Durão no *Caramurú*. (2)

Bugre da costa não comia arroz, não plantava arroz, não conhecia arroz. Não tinha palavra para o arroz. Quando viu a planta com os colonos, chamou-lhe *milhinho*, tomando, como em muitos outros

casos, uma palavra conhecida (*abati*, milho) e modificando-a (*abatii*) a fim de adaptá-la, por analogia, a uma coisa nova para a qual não existia termo em sua lingua.

Hans Staden, Jean de Lery, Thevet, Anchieta, os demais jesuitas não mencionam jamais o arroz como plantação ou alimentação do indio. Vou além: ninguém o faz no século XVI, até onde pude ver.

Mas, dirá algum leitor, a célebre carta do piloto de Cabral, dada à luz por Américo Vespucio em 1507, contradiz em absoluto essa sua afirmação. Lá se diz que alguns portugueses foram a terra e trouxeram “papagaios, uma raiz chamada inhame e algum arroz.”

Essa infeliz citação deu-me dores de cabeça! E’ extraída da obra “*Historia da Colonização portuguesa*, onde, pela primeira vez, aparece em nossa lingua a carta que andou pelo latim e pelo italiano, havendo-se perdido o texto português que estava em mãos de Vespucio.

Quis eu ver de perto esse texto na sua íntegra, desconfiado da sua autenticidade. Por felicidade, ao lado da tradução portuguesa, encontra-se facsimilado o texto italiano de 1507. E o que lá se diz é isto: “una radice chiamata igrname che é il loro pane, che mangiano li Arabi.” A decantada frase “algum arroz” está por essa “che mangiano li Arabi”! Deixo ao leitor o comentário.

Abro um parêntese para explicar que os portugueses não poderiam ter encontrado aqui o *inhame*, planta e palavra que nos vieram depois, da África, com os escravos africanos. Tratava-se ali da mandioca, é claro, que também Anchieta chama às vezes *inhame*, ao lado do termo indígena.

Essa inqualificável tradução tem tornado até aqui impossível um qualquer estudo conclusivo acerca do arroz no Brasil. O erro foi copiado pelo meu ilustre amigo Dr. F. Hoehne — a quem já avisei — e copiado deste por Luis Amaral num dos eruditos volumes acerca da nossa agricultura, publicados na coleção *Brasíliana*. Partindo de semelhante premissa, sem dúvida que toda conclusão é falsa.

Repitamos: bugre da costa não plantava, não comia, não conhecia arroz. E isto porque não havia na costa o arroz silvestre, que era dos tapuias do Pará e de Cuiabá. Este arroz é que mais tarde, domesticado, se transformou em nosso arroz vermelho, de saudosa memória, que, ao domesticar-se, já encontrou aqui, de barbas brancas, o arroz exótico, de Cabo Verde ou de outras procedências mais. A época do seu aparecimento e da sua cultura, em S. Paulo, não me é dado precisar.

A agricultura dos negros dos Palmares, a mais variada de que tenho noticia naqueles tempos, não abrangia o arroz.

Após a guerra dos Palmares, entre as fazendas do sertão do Piauí se principiou uma do Capitão-

mór das forças paulistas, Francisco Dias de Siqueira, em 1697, na qual se cultivavam “plantas de farinhas, arroz, milho, feijões e frutas, como são bananas, batatas, que tudo se da: com grande abundancia, etc.” Entre 129 fazendas, só nessa do paulista, se diz que havia cultura de arroz. Muitos anos depois, em pleno seculo XVIII, Manuel Felix aventura-se a varar de Mato Grosso ao Pará, tocando nas reduções espanholas dos jesuitas. O seu companheiro Joaquim Ferreira Chaves abandonou-o no meio da jornada e voltando para Mato Grosso, ali se fixou, cultivando entre outras coisas o arroz. São esses os dois únicos fazendeiros que vi mencionados pelo nome como cultivadores de arroz. Mas não se nos diz que especie de arroz era esse. Silvestre? Exótico? E’ para crer que já se estivesse ensaiando a domesticação do arroz nacional, agreste, que de Mato Grosso nos viria com as monções partidas de Ararituaba, segundo conjeturo..

E’ curioso que de tres ou quatro referencias que até aqui pude achar acerca de indios que colhem o arroz silvestre, nenhuma nos diz qual o emprego que os selvagens fazem do cereal: comem-no cozido? transformam-no em fubá? preparam com ele cauim? Como tudo isso está escuro!

Agora entra em cena um precioso texto do frei Gaspar da Madre de Deus, falando de S. Vicente de antanho:

“O preço ordinario de uma arroba de açúcar fino e mais subido era de 400 réis; e o arroz em casca vendia-se a 50 reis o alqueire, segundo consta de livros e escrituras desse tempo: assim mesmo todos se ocupavam na plantação desses dois gêneros, os quais ao depois foram desprezados pelos modernos com tanto excesso que em toda a capitania somente haviam (sic) algumas engenhocas, onde se fabricavam poucos barris de aguardente de cana.” E prossegue o frade lamentando a indolencia dos naturais que acarretou aquele descalabro.

Duas asserções preciosas: a primeira é que, de inicio, houve arroz em abundancia. Já o sabiamos. A segunda, mais preciosa para o nosso caso, é que essa lavoura cessou, lá embaixo, na costa.

E cá em cima, no Planalto? Nem chegou a galgar a Serra. Pensava-se que arroz não dava em lugares altos, conceito que vigorou até ha pouco. Por isso, é de crer, não se plantou aqui. Nos trinta volumes dos Inventarios até hoje publicados não se encontra a palavra *arroz* uma única vez. Assim o digo porque foi a questão do arroz, e só ela, que me levou a afrontar aqueles trinta calhamaços. Não receio contestação. A palavra *arroz*, ali, só se me passou despercebido nalgum sujeito com o nome de Francisco Arroz, ou outro que tal.

No último volume se lê: “Um sitio de arrozal avaliado em myl rs.”

Desconfiei desse arrozal, pelo silencio dos outros vinte e nove volumes. Telefonei para o Arquivo e expus ao Dr. Paulino de Oliveira as minhas dúvidas. Disse-me ele que ia verificar, e dentro de pouco tempo me telefonou comunicando que, de fato, não se tratava de arrozal. Era uma palavra de difficil leitura, mas não arrozal.

E que o fosse? Queria apenas dizer que se tratava de um sitio proprio à cultura do arroz. Nada mais. E se, ainda, se provasse que naquele sitio avaliado em *mil reis* de fato se plantava arroz, que valeria isso em face do silencio de centenas de inventarios, em que se discriminam as lavouras do Planalto sem que jamais se fale na do arroz?

Não se plantava arroz no Planalto; mas comia-se? E' outra questão e mais curiosa. Estamos acostumados a pensar no feijão e no arroz, na vida de Piratininga e depois na de S. Paulo capitania, como numa especie de Chico e Juca, de braços dados desde o começo de nossa existencia nacional. Hoje estou convencido de que o tutú, quando contraíu nupcias com a canja, era varão mais do que centenario e ela cachopa de saias curtas...

Diz o Dr. A. Taunay que lá por 1685 o mosteiro de S. Bento comia arroz, e observa que era alimento raro naqueles tempos. Concorde isto perfeitamente com a minha observação. Mas elle vai além e o seu testemunho é precioso. Observou o preço exorbitante desse arroz. Ao passo que o al-

queire de feijão se comprava a cem réis, o do arroz custava 680 réis! Não procurou, e foi pena, explicar esse fato, que pede uma explicação, ainda que hipotética. Aventuro-me a ela. E' que o arroz não existia no Planalto como cultura nem como gênero de praça. Era importado. Não posso dizer donde, mas seria talvez de longe porque, segundo frei Gaspar, naquela data a cultura desaparecera em S. Vicente e possivelmente no resto do litoral paulista. E' coisa por averiguar. E se não desaparecera, seria a cultura tão mesquinha que o preço se elevava daquela fôrma. E' provavel que o mosteiro importasse diretamente e pagasse o carroto de Santos até S. Paulo. Isto explicaria satisfatoriamente a elevação do preço. Ainda em 1779, o Marquês de Lavradio, passando o governo ao seu sucessor, apresenta um longo relatório acerca do estado de coisas em que encontrara e em que deixava o Brasil. Entre outras coisas afirma que incentivou a cultura do arroz, gênero que tão bem se dá no país e que, no entanto, andava tão abandonado que chegava a importar-se da Europa, como, aliás, se deu mais tarde em S. Paulo, com a monocultura cafeeira.

A primeira menção do arroz que se me deparou nas Atas do Concelho é de 1691, 19 de março. Reza o texto: "... se advertisse aos almotaceis que não almotçassem arroz, nem açúcar, nem farinha, nem feijão, nem milho por não ser uso, etc."

Confesso não compreender a expressão — “por não ser uso.” Conclusão: no Planalto não se plantava e, falando de modo geral, não se comia arroz, e isto até o século XIX.

Os documentos que pude acumular comprovam esta conclusão de modo absoluto.

Lá por 1726 o Concelho resolve remover as quitandeiras para o Terreiro dos Padres, “para que se Evite Roynas e bulhas”. Ali os negros e negras iriam vender “farinha, milho, feijão e todos os mais legumes.” Arroz, se havia, ia de cambulho nesse “todos os mais legumes.”

Em 1774 Jerónimo de Castro Guimarães se propõe a construir as célebres *Casinhas*. Vem trabalhar nelas uma turma de índios. Jerónimo apresenta ao Conselho a conta das despesas com a alimentação de pessoal, “toucinho, feijão, milho, farinha e sal.”

Cumpré observar que em Piratininga de então, bem como em todo o Brasil, quando se fala em *farinha*, sem nenhuma adjetivação, trata-se inconfundivelmente de farinha *de mandioca*. Até lá por 1610 ela imperou sôzinha nos documentos do Planalto. D’aí por diante a farinha de trigo vem surgindo, faz-lhe companhia e ambas marcham de mãos dadas até o século XIX. Falo de S. Paulo, cidade e seus termos, bem entendido. Nós veremos nos capítulos acerca do trigo e do milho alguma coisa interessante neste particular.

Em 1769 Juzarte segue com a trágica expedição para Iguatemi. Embarca em Araritaguaba (Porto Feliz) e leva esta provisão: “feijão, farinha de mandioca e de milho, sal e toucinho.” O arroz, mais fácil de temperar e de conservar, prima pela ausência.

Chegam os expedicionários ao fim da terrível Odisséia. Na colônia militar em que os famintos esperavam tirar o ventre da miséria que os assaltara, que vão eles encontrar? “Milho, feijão, farinha, algumas orteliças e abóboras.” De arroz, nada. E estamos na zona do arroz silvestre.

Em 1809, oficiais de justiça que vão transportar presos para Santos levam como provisão: “uma arroba e meia de toicinho, alqueire e meio de farinha, alqueire e quarta de feijão... sal uma medida, dous lombos.” Que é do arroz?

No ano seguinte três capitães de mato requisitaram mais ou menos a mesma coisa, com exclusão sempre do arroz.

Uma câmara municipal em fins do século XVIII paga as despesas feitas com a alimentação de uma turma de fazedores de estrada. São esses mesmos os gêneros mencionados, e essa câmara — *mirabile dictu!* — é a de Iguape!

Governadores requisitaram provisão de boca para soldados a bordo: toucinho, feijão, farinha e carne.

Em 1803 estão para chegar aqui os governadores de Goiás e Mato Grosso. O general Franca e Horta ordena à Câmara de Jundiá que lhes prepare, e a suas comitivas, condigna hospedagem: “frangos, galinhas, leitões, toucinho, feijão e farinha,” Arroz, nenhum.

Mas nesta data o arroz começa a aparecer, porque exatamente em 1803 a Câmara decreta que “quitandeira nenhuma poderá jamais atravessar arroz para vender pelo miudo nos taboleiros, assim como os que vendem os ditos arrozes não os poderão vender às ditas quitandeiras.”

No Rio as coisas passavam-se mais ou menos como aqui. Em 1808 o Príncipe vai chegar. E' mister que o Rio esteja abarrotado de víveres para D. João, sua côrte e todo o povo que vai afluir à cidade maravilhosa. Cumpre a S. Paulo concorrer para isso dando o máximo de suas produções. O governador Franca e Horta expede ordens às câmaras e determina os víveres que cada uma tem de remeter. As vilas de Curitiba, Castro, Lages, Sorocaba, Itapetininga, Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena deverão enviar: *toucinho, carne de porco, feijão, milho*. Curitiba deve, a mais, mandar trigo, o que parece mostrar que em 1808 só no sul o trigo ainda bruxoleava. — Mas arroz, nem por um óculo!

Vem depois as vilas de Iguape, S. Sebastião, Ubatuba, Vila Bela, Paranaguá, etc., a zona costei-

ra, enfim, a zona genuína do arroz. Que lhe pede o governador? Escutemos: *farinha, carnes, peixes salgados, milho, feijão e todas as aves vivas*. E é só. Nada de arroz. E havia arroz em S. Paulo. Exportava-se arroz. Mas para onde? D'Orbigny explica: para a Argentina.

Esse extranhíssimo silencio explica-se pelo fato de que também no Rio o consumo do arroz era pouquíssimo. Ainda anos depois, em 1817, ele só apparecia nas mesas abastadas e apenas para canja e arroz doce. Quem o diz é Debret, vol. I, pag. 138, descrevendo um jantar no Rio. E quando desce a descrever o jantar da classe media, do pequeno commerciante, diz ele: “vê-se, com espanto, que se compõe apenas de um miserável pedaço de carne sêca... cozinham-no a grande agua com um punhado de feijões pretos, cuja farinha cinzenta, muito substancial, tem a vantagem de não fermentar no estômago. A isso ajunta-se farinha de mandioca. “Refeição simples, repetida *invariavelmente todos os dias*.” (O *italico* é meu). Um negociante mais abastado ajunta o lombo de porco ou peixe cozido, cebola, tomates. Sobremesa: bananas, laranjas. De bebida, agua unicamente. — Quanto ao zé povinho, esse não passava a pão e laranja, que seria uma fartura, mas a *farinha de mandioca, laranja ou banana*. Isto quanto ao Rio. Na mesma época o príncipe de Wied sai do Rio subindo pelo Espírito Santo até a Baía. Observa a alimentação comum e dá o seguin-

te testemunho falando da vila de Prado e seus arredores: “os habitantes caçam tucanos e papagaios em grande quantidade, comendo-os nas festas como petiscos, pois que, em geral, a *farinha de mandioca*, o *feijão preto*, a *carne seca* e, algumas vezes, um pouco de peixe costumam a *alimentação constante dos brasileiros*, a que o viajante tem que se acostumar.” (Pag. 207). Esses *brasileiros* eram os do Rio para o Norte; mas cá os do Sul, como vimos, navegavam nessa esteira, com pouca diferença.

Seria ocioso acumular mais textos, quando, para os que expus, e que reputo claros e eloquentes, não me foi dado achar um só que os contradissesse, uma única andorinha que, aliás, não poderia fazer verão.

Certo ou errado, chego a estas conclusões: .

1.º — Não havia arroz nativo na costa do Brasil quando aqui aportaram os navegantes portugueses.

2.º — O indio da costa não plantava, não colhia, não comia arroz de especie alguma. Não conhecia, sequer, o arroz. Não tinha palavra para designá-lo, senão de empréstimo.

3.º — Muito cedo veio para a costa do Brasil o arroz asiático ou africano, consoante o testemunho do *Tratado descritivo*.

4.º — O arroz se cultivou desde cedo em S. Vicente, conforme o testemunho de frei Gaspar.

5.º — Segundo o mesmo frei Gaspar, essa cultura desapareceu por indolencia dos habitantes, a

quem bastava a facil mandioca, mãe veneranda e fecunda da malandrice.

6.º — Com a colonização do Pará e de Cuiabá, o colono ou seus filhos, entraram em contacto com o arroz silvestre — que ainda lá existe — o qual, domesticado, deu o nosso arroz vermelho, que se cultivou até data recente, por assim dizer.

7.º — O arroz não se cultivou no Planalto, dizem-no centenas de inventarios, com as suas lavouras especificadas. Nem a palavra *arrozal* vingou.

8.º — O consumo do arroz em S. Paulo, como no Rio, veio tarde, e limitadissimo até o século XIX. Suponho mesmo que só da segunda metade do século em diante é que ele se popularizou, pelo menos em São Paulo. E no Norte do país, até hoje, o seu consumo entre o povo não é generalizado. Ha estados que conservam a alimentação do tempo dos holandeses em cuja civilização ainda não encontrei o arroz nem para remedio. Nem sequer o vocábulo; salvo se vem em Piso e Marcgrave, que ainda não li. Consultar o livro "*A civilização holandesa*", de José Honorio Rodrigues em que se apontam as culturas que se encontravam no Pernambuco bá-tavo. (3)

No Recife, segundo o Dr. Josué de Castro, de cerca de quinhentas familias de operarios apenas 103 comem arroz. O consumo é tão pequeno que ele, ao fixar a alimentação normal, faz abstracção do arroz.

No geral do povo pernambucano o *xerém*, a quirera, faz o papel do arroz entre os paulistas.

Nem mesmo o plantar arroz significaria comê-lo.

Na pag. 375, da referida obra do príncipe de Wied, fala êle de uma fazenda em que se planta arroz, mas explica: "Nestas regiões, os proprietários que possuem cento e vinte escravos, ou mais, moram comumente em casas de barro e, como as pessoas pobres, *vivem de farinha, feijão preto e carne seca.*" (Os itálicos são meus).

(1) Aproveito a oportunidade para tratar de uma questão também mal estudada: a questão da *onça preta*, do *jaguarauína* ou *jaguarapichuna*.

Anchieta não diz palavra a seu respeito; só nos fala da onça pintada e da *suçuarana*, ou onça parda. Mas na gravura que representa Anchieta entre as feras, estampada no volume das *Cartas*, vê-se claramente, e intencionalmente, o terrível *tigre negro* a beijar os pés ao taumaturgo.

E, de fato, o animal existe, ainda que raro. Percorri na minha mocidade os sertões paulistas cortados pelo Paranapanema. Vi muito couro de onça pintada, de canguçu, de suçuarana. Jamais avistei um couro de onça negra. Vi-o ha pouco, no entanto, em nosso Museu, onde existe um bellissimo exemplar.

Que pensar disso tudo? Que nos dizem os homens de peso que observaram nossos sertões bravios?

O príncipe de Wied escreveu: "Na manhã seguinte descobrimos, na areia, pègadas recentes de um grande felino que estivera rondando pelos arredores durante a noite. O velho Simão assegurou-nos que a onça preta, ou tigre negro

(*Felis brasiliensis*), chamado por Azara "Jaguaretê-noir", não é rara nessas paragens; os portugueses a conhecem por "tigre" ou "onça preta". Koster em sua viagem também se refere a esse formidável carnívoro, porém o apelida — *Felis discolor* — nome improprio, porque só tem realmente uma côr."

Não tem razão o príncipe na crítica ao latim de Koster. *Discolor* não quer dizer apenas "*de varias côres*", mas também "*de côr diferente de outra côr*". E foi o que disse Koster mui acertadamente, segundo penso, para indicar que o tigre negro é apenas um jaguar diferenciado na côr, mas não na especie.

Compendios de historia natural nos ensinam que succede o mesmo com o leopardo.

O *Tratado descritivo* traz uma nota curiosíssima a respeito, que merece toda a atenção. Diz que são apenas *algumas fêmeas* que apresentam esse fenômeno interessante de melanismo. É caso para averiguação. Porque se, de fato, só as femeas é que são às vezes negras, estamos provavelmente diante dessa relação misteriosa entre a côr e o sexo e que parece frequente nos felinos. Por que é que só a gata pode ser de tres côres, não o gato?

As malhas negras do jaguar, cumpre que se note, não se apagam no couro do Jaguaraúna. E a gravura acima aludida bem o mostra.

Quanto à fama de excepcional braveza, nasce da raridade do fenômeno, caso mui comum na psicologia popular.

- (2) "Ótimo arroz em copia prodigiosa
sem cultura nos campos aparece,
no Pará, Cuiabá, por modo feito,
que iguala na bondade o mais perfeito".

Os versos e o exagero estão calcados num trecho de Rocha Pitta.

(3) *Bátava*, grafiei, com os nossos melhores escritores e poetas. A pronuncia exclusiva *batáva* nasceu, creio, de um dos lapsos do dicionario latino de Santos Saraiva, que em materia de quantidade está cheio de erros.

É indifferente *bátavo* ou *batávo*. A palavra é ancípite em latim, e os poetas latinos ora empregam uma forma, ora outra.

Quanto a mim, sem dúvida prefiro a forma esdrúxula, mais harmoniosa.

CAPITULO IV

O MILHO

Fala Anchieta no milho e o caso merece ser um pouco estudado em livro que se destina ao povo.

A nossa palavra *milho*, como é sabido, vem do latim *milium*. Mas andaria errado quem, ao ler em Virgilio essa palavra, pensasse em nosso milho graúdo, branco ou vermelho. Este é nosso, é americano. A Europa não o conhecia. *Milium*, para o europeu, era o que os franceses chamam *milliet*, o milho miudo ou o sôrgo.

O nosso, o americano, chamou-se no Haiti *maís*, donde a nossa palavra *maisena*; e aqui no sul, *abati*.

Por analogia, chamaram os portugueses *milho* ao abati e o termo abati acabou desaparecendo com o desaparecer do bugre.

No trecho de Anchieta, que atrás se transcreveu, já se menciona a canjica, o milho cozido.

Nos trinta volumes que nos ocupam a atenção, não figuram os termos *canjica*, *fubá*, *angú* e *fariinha de milho*. Mais ainda: o termo *pilão* só nos surge lá por 1711 e, coisa curiosa, no mais opulento de todos os inventarios, que orçou em cerca de 12

contos líquidos, inventario de Matias Rodrigues da Silva, progenitor de Matias Aires.

A não ser nesse documento, só uma vez se fala em trigo, não milho, limpo a pilão. Expressão ambígua para quem conhece um caso curioso de semântica em torno da palavra *pilão*. Qualquer dicionário a revelaria claramente aos leitores com uma simples nota filológica de meia duzia de palavras. *Pilão* em português de Portugal, é o que nós chamamos aqui *mão de pilão*. Não é o vaso de madeira em que se mete o cereal por limpar, e sim o instrumento que o tritura ou esfolia. Por isso é que se diz *taipa de pilão*, isto é apisoada com o *pilão*. ⁽¹⁾

O trigo, pois, poderia ser limpo a *pilão* sem existir ainda o brasileiro *pilão*; por exemplo — num almofariz, que os havia de tamanhos varios. Foi aqui no Brasil, parece, que se operou a translação de sentido. *Pilão*, vaso, é, segundo creio, nosso, mas não me é dado agora determinar a época, sequer aproximada, da transição de sentido. Acresce que a ausencia do artigo na frase a *pilão* reforça a interpretação que desejo dar. Seria de esperar-se a sua presença, se acaso *pilão* fosse o vaso.

Mas não ha dúvida acerca da existencia do vaso, que era inseparavel da vida do indio e do negro. E a sua mais que estranha ausencia nos inventarios explica-se, provavelmente, pelo fato de ser utensilio das senzalas ou das malocas, tão sòmente.

O trigo desde tempos imemoriais é limpo ao concurso das patas bovinas ou eqüinas — de preferencia as das eguas, diz Columella —, ao concurso do trilho, rodante ou fixo, e ao *flagellum* ou mangual.

O verbo que se empregava no caso do *flagellum*, era *tundere*, donde veio a nossa palavra *tunda*. E nos inventarios só se fala em *malhar* o trigo.

Nunca se fala em moinho de *fubá*, em *pilão dagua*. Não se encontra o termo *quirera*, nem nos *Inventarios* nem nas *Atas*. Ninguém compra, ninguém vende, ninguém cobra, ninguém deve, ninguém herda, ninguém deixa um alqueire de canjica, de fubá, de quirera, de farinha de milho! Não é curioso?

Mais ainda: nunca um inventario se refere ao *monjolo*, embora se saiba que ele existiu em Santos desde o tempo de Braz Cubas, segundo diz Varnhagen.

O monjolo é de origem indiana. O ilustre padre Dalgado, consultado a respeito, assim o disse em nota publicada na nova edição da *Historia do Brasil* de Varnhagen. A palavra, diz ele, devia ser *manjolo*. E foi, dizemos nós, a primitiva forma brasileira, porque é assim que Saint-Hilaire a grafa, evidentemente porque assim a ouviu ao nosso povo.

Nesses documentos, em que se registam chinelos velhos, que são avaliados e arrematados a tostão e menos, ou que deixam de avaliar-se *por não vale-*

rem nada, jamais aparecem os objetos acima mencionados, que se tornaram depois o tudo de nossa vida sertaneja, e mesmo urbana, de uma certa zona.

Sabe o leitor explicá-lo? Nem eu tão pouco. Deixemos aos historiadores a explicação. A nós nos basta apontar, surpresos, o estranho do fato, que o é. Não receio contestação. E ninguém poderá negar que o caso é digno de menção por uns e de explicação por outros. E é de tal natureza, que não ha porta, creio, para a senhora dona *casualidade*, com que às vezes nos descartamos de aranhaes desta natureza...

Está claro que o *angú* — e este negro senhor tambem não nos dá uns ares de sua graça — só por milagre cairia da pena de um tabelião. O seu aparecimento num inventario seria mais violento que o de Pilatos no Credo. Mas não assim, por exemplo, um tacho ou caldeirão de *fazer angú*; uma gamela *de dar angú aos cachorros*, e assim por diante.

E' que o *angú* e o *fubá*, entraram tardiamente em nossa alimentação, como tardiamente, e aos bocadinhos, foi entrando o preto de Guiné. As palavras nos vieram com as coisas, que eram africanas e que vieram contribuir grandemente para a melhoria da alimentação nacional.

O fubá e o angú em nosso meio não são nenhuns Matusalens, como eu pensei até bem pouco e comigo muita gente boa. Ficaram talvez a prin-

cipio nas *senzalas*, não vinham para a *casa grande*, a dos Inventarios e das Atas.

E' assim que se explica tambem a sua ausencia em Bluteau (1726) e ainda mais estranhamente na edição genuína de Moraes, a 2.^a, de 1813. A 4.^a, de 1831, já menciona uma e outra palavra. O que prova que a penetração dos termos na lingua da gente polida deve ter começado depois de 1813. A ausencia nos documentos paulistas é uma prova desta afirmação.

Não é, pois, caso para estranheza. Mas não se dá o mesmo com o silencio absoluto acerca da *farinha de milho*, expressão com que ainda não topei nos nossos documentos, cuidadosamente consultados, quando é certo que desde cedo ela se empregou no Norte para indicar o fubá.

Ilustre escritor nortista contrasta a alimentação do baiano com a do paulista, mostrando que este comia a *farinha de milho*, mais nutriente que a da mandioca. E nós, paulistas, lemos isso e não só aceitamos, embevecidos com a beleza de nossos avós mais bem alimentados, mas ainda confirmamos o conceito. Isto mostra o grau espantoso de passividade mental, e falta de juizo crítico, com que lemos, sem olhos para vermos o que se passa em torno de nós.

Que não se encontre a expressão *farinha de milho* no *Flos Sanctorum* ou ainda em toda a nossa literatura poética, vá lá! Mas que ela não se en-

contre nas tarifas da Câmara, nos editais dos almocês, nas listas repetidas dos gêneros da terra, nas listas freqüentes dos gêneros atravessados em todas as estradas de S. Paulo, isto, sim, é curioso, e é de pasmar que ninguém o veja. E não se vê. Continuamos a crer e apregoar que a farinha de milho foi sempre base alimentar do bandeirante! E até do Brasil! Erro e anacronismo.

Esta questão reclama um pouco mais de estudo, em virtude da grande confusão que impera e que por vezes vamos topar onde menos esperávamos.

Diz-se que a farinha de milho já vem dos burges. A cunhã já conhecia e preparava a *abati-ui*, que seria o fubá. No entanto, um historiador da estofa de Varnhagen nada nos diz a respeito dessa industria indígena, ao falar dos costumes ameríndios. E os seus doutos comentadores guardam o mesmo silencio. Se foi apenas descuido, o preclaro autor e os preclaros comentadores merecem palmaria, por nos deixarem a nós, os bisonhos, nesta confusão, sem termos para quem apelar. Mas não creio que fosse descuido.

O autor do *Tratado descritivo do Brasil em 1587* conta-nos como na Baía era tratado o milho: "pisado no pilão é bom para se comer com caldo de carne ou pescado, e de galinha, o qual é mais saboroso que o arroz."

Trata-se da *quirêra* — o atual *xerém* dos pernambucanos — e de costumes de portugueses e bra-

sileiros. (Pag. 200). Isso não é nem sequer *fubá*, quanto mais a *nossa* farinha de milho, inconfundivelmente paulista, que o Norte nem sequer conhece, mesmo agora.

Quando Cardim nos diz que a farinha de mandioca, de mistura com a *farinha de milho* e de arroz dá um pão excelente, está falando de *fubá de milho* e *fubá de arroz*. Supor que isso é a nossa farinha de milho é cometer um anacronismo palmar. Farinha de milho, no Norte, é somente fubá.

Mas a coisa é mais grave e tem sido menosprezada ou baralhada. Staden é claro e decisivo: os bugres só faziam do milho a bebida *cauim*. Nada acerca da farinha.

O único escritor antigo que nos fala em preparo de farinha de milho, isto é do fubá, por parte dos ameríndios, é Jean de Lery, e os modernos que tratam do mesmo assunto não citam outra autoridade senão êle.

Ora permita-me o leitor que expresse uma grande dúvida acerca desse texto de Lery, contradito pelo testemunho, para mim incomparavelmente mais precioso, de Hans Staden e pelo silencio dos jesuitas e dos demais escritores seiscentistas.

Jean de Lery, exatamente naquele ponto do seu livro, tem diante dos olhos a obra de Gomara, que ele não cita nominalmente, mas pela expressão: "l'historien Indoïs", isto é — das Indias espanholas.

Ora bem. Barleus, falando acerca dos costumes de nossos indios, nunca menciona o milho senão como planta de que se fazia o cauim. Segue, assim, as trilhas de Hans Staden. E isto mais de uma vez. Ao passo que, ao falar dos amerindios do Chile — seguindo provavelmente Gomara — menciona a farinha de milho em termos muito semelhantes aos de Lery.

Penso, porisso, que houve um cochilo no escritor francês, que o levou a transplantar para os nossos indios costumes dos do Chile. E o que me confirma esta suposição é o fato de que o príncipe de Wied, passando por entre os sucessores dos indios de Hans Staden e Jean de Lery, concorda com Hans Staden e Barleus, isto é, não menciona o fabrico da farinha. Chamo a atenção do leitor para a página 68 do seu interessantíssimo livro. E isto em 1817, falando ao bugre que já recebera a influencia do branco e que, portanto, bem podia ter adquirido costumes que não foram de seus maiores. Nem no meio desses viu êle a farinha de milho de Lery.

Quem tomar o volume XIII da *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, encontrará um belo artigo de João Vampré acerca de antigos costumes de Piratininga. Lá verá claro o leitor o que constitue a farinha de milho dos paulistas: feita de milho posto em fermentação, socado depois no monjolo, peneirado e torrado afinal. Coisa nossa, que não é nem de bu-

gres nem dos demais brasileiros. E' nossa, digo, mas só de parte do estado, porque o norte de S. Paulo jamais o aceitou. E', ao que parece, da minha zona, de Porto Feliz (Araritaguaba), Itú, etc. D'ali, aos poucos — quando não sei — irradiou-se para regiões de leste, e foi até o sul de Minas.

Ali, em Araritaguaba (Porto Feliz), onde nasci e cujos hábitos conheço, ali poderiam achar as monções a "*farinha de milho*" que levavam como provisão, a nossa farinha de milho, que não é fubá nem outra coisa, farinha que Piratininga não comia e que a bem dizer ainda até hoje não come; farinha que nunca se menciona nos documentos antigos de Piratininga. Os almotacés não tinham trabalho com os atravessadores deste gênero, porque não os havia, e não os havia porque ninguém por aqui se lembrava de comer o gênero.

A zona em que ainda hoje ele se come é restrita, cercado dos *mandioqueiros* do Brasil restante: a farinha de mandioca ainda impera no norte do nosso estado, no Rio, no norte do país, no norte de Minas, em Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina.

Tinha eu chegado a esta conclusão e a havia exposto a companheiros do Instituto Histórico de S. Paulo, entre os quais o digno Presidente, quando me pus a ler o livro de Spix e Martius — *Através da Baía*, da coleção *Brasíliana*. A' pagina 138 deparou-se-me este trecho: "Em vez da farinha de

milho, alimentação mais comum em S. Paulo e em parte de Minas Gerais, aumenta cada vez mais o consumo da farinha de mandioca."

Está quasi certo. Estaria perfeitamente certo se dissesse: "em parte de S. Paulo e em parte de Minas Gerais." Porque Piratininga e o norte de S. Paulo, repetimos, comportaram-se como o resto do Brasil: ficaram com a farinha de mandioca.

Desfaça-se, de vez, uma desastrada confusão, que tem levado alguns de nossos doutos sociólogos a apregoar que o bandeirante de Piratininga comia farinha de milho, mais nutriente que a de mandioca.

Que me mostrem, se é possível, esse produto na matula de um bandeirante!

A farinha de milho paulista é relativamente moderna. Onde e quando principiou, isso não sei dizer com absoluta precisão. Reclamaria pesquisas em arquivos fóra de Piratininga, se ainda os ha para tanto. Digo apenas que principiou no sul de S. Paulo. E isto, só fiquei sabendo ha pouco.

(1) Em Garcia da Orta, *Col. II, 70*, lê-se a respeito da madeira *cate*: "... sofre este pau muito os golpes, por isso, e por ser muito pesado, se fazem dêle uns paus com que tiram a casca ao arroz nesta terra, e chamam-se pilões; e pisam em um pau muito grande, feito à feição de gral; e este pau que metem dentro a pisar, é feito como mão de gral, e do comprimento de seis palmos."

Desse texto se depreende que a palavra *pilão* nasceu entre os portugueses da India.

CAPITULO V

O TRIGO

Fala-se muito no trigo de S. Paulo, mas em regra não se diz quando foi iniciada a sua cultura, nem quando e por que ela se extinguiu. Já vimos que até Anchieta — e isto nos leva aos umbrais do século XVII — não havia cultura de trigo no planalto. O trigo para 'hostias vinha do collegio do Rio de Janeiro. Não se comia pão de trigo em Piratininga. Na Baía, diz ele, alguns ricos, apenas, o comiam, de trigo que vinha de Portugal. Concordam com Anchieta outros jesuitas e o *Tratado descritivo do Brasil*.

A primeira menção de trigo que encontrei nos Inventarios data de 1609, e é apenas *um pouquinho de trigo*. E' indicação sufficiente de que por esse tempo é que principia a intensificar-se a sua cultura, o que se confirma nas Atas de 1610, quando, em uma delas, a Camara resolve que se dissemine a semente do trigo e os bacelos para vinha. Este encontro entre as duas fontes de informação dispensa comentarios. O fisco é a placa fotografica sensivel em que se estampam os progressos da agricultura, como os demais progressos que se traduzem em moeda contada.

Coincidem estes dois documentos com outro, que se encontra no volume I dos *Registros*, no qual D. Felipe III recomenda em 1609 ás provincias de Tucuman e Rio da Prata que intensifiquem a cultura de trigo, porque Dom Francisco de Sousa vai precisar de mil fanegas (a fanega era um alqueire de cerca de 56 litros) para sustento dos que vão para a conquista dos sertões da capitania de S. Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

E' quasi certo que a esse desejo do rei se prenda a medida tomada em 1610 pela Câmara de S. Paulo, em virtude de uma resolução de Dom Francisco de Sousa. Mas é preciso convir em que a plantação já estava aqui iniciada pelo menos um ano antes disso, em 1608, para que o trigo pudesse aparecer num testamento que traz a data de janeiro de 1609. (*Inventarios*, vol. II, pag. 116).

Mas a ordem regia mostra, sem contestação possível, que S. Paulo ainda não tinha trigo para aquele mister. Para que mandar trigo, se aqui o havia em abundancia?

E' em seguida a isto, que se multiplicam os pedidos para a montagem de moinhos. Um deles é de Amador Bueno, outro de Cornelio de Arzão.

Logo mais estabelecem-se as maquinas. O moleiro tem de retirar de oito alqueires um. Os moleiros protestam. E' pouco, em virtude das despesas a que tem de atender. Baixa-se a sete. Logo mais volta-se aos oito.

A produção prospera. A farinha, que até ali era invariavel — a da mandioca, chamada *farinha de pau* ou *de guerra* — cede lugar à farinha de trigo, quasi sempre mencionada no plural — *farinhas*. Mas vão juntas d'aí por diante.

Mas não ha moinhos para milho nem se fala em farinha de milho para coisa alguma, e este silencio atravessa o século XVIII. Nem em apetrechos para o seu fabrico. Fala-se em peroleiras de trigo, de feijão; em panacuns de feijão ou de amendoin; em alqueires de trigo, de feijão, de milho; mas jamais em peroleiras, alqueires ou panacuns de fubá, de quirera, de farinha de milho.

O leitor já percebeu que, quando eu digo *jamais*, estou dentro do periodo de tempo em que as Atas acompanham os Inventarios, isto é até o raiar do século XVIII.

Esta confrontação eu a fiz cuidadosamente, o que não quer dizer que minhas conclusões sejam infalíveis. Todavia, não receio que o futuro derogue o que, em bloco, venho afirmando.

Cultivado o trigo, postos em movimento as mós, veio o pão de trigo, cuja primeira menção foi encontrar na ata de 2 de Dezembro de 1623: “requereu o procurador do Concelho que o pão que se vendia a este povo nas vendagens era pequeno e havia muito trigo na terra, pelo que eles ditos officiais proovessem nisso e fizessem posturas que o pão passasse de arrátel e meio.”

E muito depois, na ata de 12 de julho de 1664, se determina a cunhagem de moedas de cinco reis, para facilitar a vida dos pobres, de maneira que houvesse *pão alvo* de dez réis, e *pão de rala* de cinco réis. Pão de rala ou de rolão era o de farinha grossa, não passada na peneira.

Mas não se pense em padarias à moderna. Era quando muito o saquinho de pão às costas ou talvez os panacuns de casa em casa. E isto vai assim pelo século XVII e XVIII a dentro. O fabrico do pão era mister feminino, e é bem possível que houvesse por aqui, entre as rudes bandeirantes, padeiras valentes como a ancestral portuguesa, que passou à posteridade empunhando a gloriosa pá de Aljubarrota.

NÃO HAVIA PADEIROS. E as padeiras vêm até o século XIX. Não pude ainda verificar a época em que elas desapareceram, nem se desapareceram naturalmente ou por determinação da Câmara. Grato ficaria a quem me esclarecesse este ponto.

O caso é curioso e tem sido tratado muito pela rama ou, mesmo, de modo desastrado, induzindo em erro e falseando um ponto histórico especialmente interessante.

O fato explica-se pelos costumes portuguezes que ressaltam das *Ordenações do Reino*, ondê só se legisla para as *padeiras*. Ora, sendo essa a magna carta dos paulistas, claro é que os nossos camaris-

tas transportaram para Piratininga aquilo que em materia de padaria se encontrava nas suas páginas.

E isto nos leva a uma pequena digressão histórica acerca das padarias no passado, para melhor comprehendermos o costume lusitano, que se fez nosso.

No Egito o fabrico do pão era mister masculino. As gravuras o mostram claramente; a Biblia nos fala do padeiro de Faraó, (Gen. 40:16).

Na civilização homérica, porém, o mister é feminino.

Na *Odisseia*, XX, 105-108, lemos :

“No palacio, uma mulher que moia o grão proferiu o pressagio, de uma sala vizinha, onde se achavam as mós do pastor dos povos. Doze mulheres faziam-nas girar com força, preparando a farinha de cevada, a farinha de trigo, nutrição de homens.

O fabrico do pão, segundo Plinio, introduziu-se tardiamente em Roma (no ano 580 da sua fundação), mas era de regra officio de homens, dos *pistores* de que falam os escritores clássicos.

Na Biblia, como na *Odisseia*, são as mulheres as que se levantam ao galicínio para moer o trigo ou a cevada, duas a duas, donde a expressão: “De duas que estiverem moendo, uma será tomada, outra será deixada”, que lemos nos Evangelhos.

Mas já no tempo de Hoséa se faz menção de padeiros: “são semelhantes ao forno aceso pelo padeiro” (VII, 4).

E no livro de Jeremias se diz que “meteram a Jeremias no pateo da guarda e davam-lhe cada dia um pão da *rua dos padeiros*, até que se acabou todo o pão da cidade.” (XXXVII, 21).

Mas o hábito semita, predominante ainda hoje nas terras do Oriente, é esse do fabrico doméstico do pão por mãos femininas, das esposas ou das servas.

Ora bem, nesse costume lusitano, que depois foi nosso, queremos enxergar mais um traço semítico na legislação e costumes de Portugal, mercê da influencia moçárabe, conspícua na formação da nacionalidade.

Porque no resto da Europa o que vemos são padeiros e associações de padeiros, nunca de padeiras.

A cultura do trigo continuou até o século XIX. Saint Hilaire menciona-a por todo o Brasil que ele percorreu.

E não faz a menor referencia à celebre ferrugem que dizem pôs termo a essa cultura. Pelo contrario: estimula os goianos de Santa Luzia a incrementarem o plantio. Estou convencido de que a cessação da cultura foi devido a uma pura causa económica irremediavel: à produção mais abundante e

melhor, do Prata, em clima bem mais favoravel e em condições telúricas mais propicias: maior rendimento com menor trabalho e produto mais são.

Em tais condições, o trigo ficaria aqui, como ficou, cultura para o gasto, tão somente. Não podendo competir com vantagem, cedeu lugar a outras culturas que menos temessem a concorrência.

Em todo caso, a essa alimentação de trigo se tem atribuido o valor e a resistencia do bandeirante. Seria um erro diminui-la em lugar de a intensificar cada vez mais. Quando os argentinos bateram fragorosamente os nossos jogadores no futebol, alguém disse que foi a vitória do trigo sobre a farinha de mandioca.

A filosofia é simplista, mas envolve um problema da máxima importancia para o futuro do Brasil. Raça forte com alimentação fraca é coisa que jamais se viu. A verdade chega a ser acaciana.

CAPITULO VI

O FUMO

Já que falei até aqui das plantas que contribuíram para o robustecimento do bandeirante, seja-me permitido gastar alguma tinta com aquela que só poderia contribuir para enfraquecê-lo: o fumo, filho genuíno da flora americana. Merece que nos demoremos um pouco a seu respeito.

Começou a ser conhecido na Europa pelo nome de *nicotiana*, graças ao sr. Nicot, embaixador francês em Lisboa, que em 1560 enviou a erva a Catarina de Medicis. Depois foi designada pelo termo *tabaco*, palavra levada do Haiti pelos espanhóis. Mas em Portugal deram-lhe ainda o nome de *erva santa*. E o pai desta curiosa designação, parece-me quasi certo, foi Damião de Goes, que escreveu na Crónica de D. Manuel: “Hai muitas ervas odoríferas e medicinais, delas diferentes das nossas entre as quaes é a que chamam de fumo e eu chamaria erva santa, a que dizem que eles chamam betum, de cuja virtude poderia aqui poer cousas milagrosas, de que eu vi a experiencia, principalmente em casos desesperados, de apostemas ulcerados, fistolas, caranguejos, polipos, frenesis, e outros muitos casos.”

O nome indígena varia entre *petim*, *petum*, *petume*. D'aí vem o francês *petun* e *petuner*, fumar. D'ai também o nosso *pitir* e *pito*.

Obscura é a origem da palavra *cigarro*. A simples semelhança fonética bastou para que alguns a prendessem a *cigarra*, como se o cigarro cantasse ou a cigarra fumasse...

Segundo o padre Brasseur de Bourbourg, citado por Gonçalves Vianna, vem do quiché *ciq* ou *ziq*.

A palavra *charuto* vem do tãmul. Os ingleses grafam-na *sheroot*, o que explica a pronuncia *charôto*, do nosso povo. A pronuncia já nos veio de Portugal, de gente que leu a palavra inglesa e pronunciou-a à portuguesa.

Na forma intermedia entre o cigarro e o charuto é que o indígena usava o fumo, e dava a isso o nome de *cangoera*.

A palavra *cachimbo* tem dado que fazer aos etimologistas. Até agora não se lhe descobriu o étimo. A nossa palavra *catimbão*, çarro, se é indígena como se diz no dicionario de frei Onofre, poderia talvez ser o étimo buscado, uma vez que o *t* se pronunciava *tch*. Bastaria uma deslocação do acento, como em outros casos. A mudança de sentido seria de facilíma explicação.

A palavra *rapé* vem do verbo francês *raper*, mercê do processo empregado com o fumo para se obter o produto.

Perdoe o leitor a digressão filológica. Prossigamos.

Segundo Thevet e Jean de Lery, só os homens fumavam, e uma gravura de Hans Staden parece confirmar os dois autores franceses.

Por que seria? Acaso foi uma longa experiência que levou o indígena a essa restrição? Li algures que nas grandes fábricas de fumo se havia observado que as operarias eram, em regra, estéreis. Não pude verificar se ha nisso, realmente, um fundamento incontrastável. Mas haja ou não haja, estou convencido de que a *conquista* moderna, que está levando as mulheres a fumar, é sem dúvida em detrimento da eugenia.

Mas a restrição talvez não fosse geral. Nesta questão dos costumes ameríndios toda generalização é perigosa. Os hábitos variam de tribo para tribo. É assim que se explicam, talvez, as contradições que se encontram nos escritores antigos que se occuparam dos índios.

— A cultura do fumo, no Brasil, deve ter-se iniciado na Baía, lá por 1600, porque Antonil, escrevendo em 1711, diz que ela começara havia pouco mais de um século.

Gregorio de Matos não deixou passar sem chumbo a *erva santa*.

Repousando numa fazenda em que ela se cultivava, escreveu:

“A casa é espaçosa,
coberta e retelhada
com telha antiga do primeiro mundo;
palha sêca e frondosa,
um tanto refolhada
do que sendo erva santa é vício imundo;
o torrão fecundo
para a tal erva santa,
porque esta negra terra,
nas produções, que erra,
cria venenos mais que a boa planta:
comigo a prova ordeno,
que me criou para mortal veneno.”

Não pensava assim o seu discípulo Bocage, de igual talento, ainda que de menor veneno. Não será fastidioso, creio, recordar aqui o conhecido e citado soneto a frei João, seu amigo.

Bocage, dizem, estava na cela de frei João, frade que em nada se parecia com o outro, mestre de Nicolau Tolentino, que era “um poço de ciencia e... de rapé.” Frei João detestava o fumo. Apagou-se o cigarro do poeta e este pediu fogo ao amigo, que lh'o negou. Foi então que Bocage, numa serie de rimas em *arro*, *erro*, *orro* e *urro*, escreveu:

“Amigo frei João, cuidas que é barro
o fumoso tabaco por que berro?
Um nigromante me transforme em perro,
se ha cousa para mim como o cigarro.

Ele me arranca pegajoso escarro
que nas fomalhas deste peito encerro:

o frio, as aflições de mim desterro,
quando lhe lanço a mão, quando lhe agarro.

De vicio tal, se é vicio, não me corro;
e só tomo rapé, simonte, esturro,
quando quero zangar algum cachorro.

Amigo frei João, não sejas burro;
dize bem do cigarro, senão morro;
traze-me lume já, ou dou-te um murro."

O tabaco teve imensa acolhida na Europa. Dois papas o fulminaram quando ele penetrou em Roma, e foram êles Urbano VII e Inocencio X, o que não impediu que outros pontífices acolhessem depois o novo incenso americano.

No Brasil a aceitação foi mais fria. A diatribe de Gregorio de Matos bem o prova. E os nossos inventarios e atas municipais são testemunhos con- testes. Nos inventarios, umas tres vezes se men- ciona o fumo, e isto no século XVIII. Regista-se uma boceta de tabaco. E foi como rapé, principal- mente, que o fumo se usou entre os brasileiros po- lidos. O príncipe de Wied bem o observou, ainda em começos do século XIX.

As posturas de S. Paulo só no último quartel do século XVII parecem ligar importancia ao pro- duto, que jamais aparece mencionado como cultura paulista nos inventarios de Piratininga, nem mesmo nas raras vezes em que se fala no tabaco.

Nunca se fala em *tábua de picar fumo*, tão comum depois nas melhores famílias em que se saboreava o tabaco de corda. É que a principio o fumo era dos indios e depois dos negros.

Esta minha suposição é confirmada por um documento de 1719, em que o conde de Assumar, governador de S. Paulo e Minas, externa seu modo de ver acerca da proibição de engenhos de aguardente nas Minas. Ali se lê: “E no que toca ao que contém os dois arbitrios, sobre se contratar a aguardente fabricada nos ditos engenhos, e o tabaco de fumo que se consome nas mesmas Minas, como estes dois gêneros *sejam somente do uso vicioso dos negros* que habitam as mesmas Minas, e *não de necessidade*, etc.” (*Doc. Int.*, vol. 53., pag. 187).

Esses dizeres, penso, escusam comentarios.

Ha um documento posterior que afina de todo com êsse: é a narrativa da trágica expedição de Juzarte ao Iguatemi. Lemos ali: “... *os homens acostumados a pitar* descascavam os arcos de alguns poucos barris que haviam (sic) para pitarem, outros pitavam congonghas, e *os que tomavam tabaco de pó* se viam desesperados pelo não terem...”

Quem eram êsses, do tabaco de pó? Juzarte explica: “... que eu por reservar um palmo de tabaco de fumo o governava à proporção que se adiantava o tempo, moendo dêle um bocadinho para cheirar, repartindo com o Padre Vigario e o Capitão João Alz, às escondidas, para que os mais não vissem, etc.”.

Isto se passava em 1769. A gente melhor ainda não *pitava*.

A palavra *cigarro* veio do espanhol para o francês e o português. A forma francesa *cigarre*, segundo nos informa Dauzat, só se vulgarizou na França após a expedição de 1823, e a sua derivada *cigarette* traz a data de 1840.

No Brasil a sua introdução é relativamente moderna. O dicionário de Moraes, o genuíno, de 1813, 2.^a edição, ainda não registava o vocábulo. A quarta, que tenho à mão, de 1831, regista-o, mas com asterisco, para indicar termo novo. Não sei se a 3.^a já o trazia (1823). Mas pouco importa. Teria entrado entre 1813 e 1831.

Nada mais natural. Nas *Geórgicas brasileiras*, final do século XVIII, ainda só se fala em *caixa de rapé* e *cachimbo*, aquela para o pessoal de alto coturno, este para o de sóco.

Também nas *Cartas chilenas*, da mesma época, a boceta de rapé é de Claudio, mas o “negro fumo” se vende nas “tabernas fedorentas”, ao lado das quitandas das negras.

O substantivo *cachimbo* e o verbo *cachimbar* eram conhecidos de Moraes, porque precederam ao cigarro.

O mais antigo exemplo da palavra *cigarro*, que me ocorre, é esse do soneto de Bocage, atrás citado, que deve datar do tempo em que o poeta

esteve preso, por ordem da Inquisição, no mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa, em 1787.

O tom geral do soneto deixa transparecer que o uso do cigarro era novidade.

Bocage faleceu em 1805.

No português arcaico, porém, aparece o vocábulo *cigarro*, mas como simples masculino de *cigarra* e como apelido de pessoa.

Ha pouco me veio às mãos o vol. 63 dos *Doc. Interessantes*, no qual Paulo Duarte salvou de total ruína alguns testamentos de Ubatuba, ruína que esperam outros testamentos sepultados nos arquivos de nossas cidades tradicionais. Foi com avidez que compulsei o volume. Tratava-se dessa zona marinha do esquivo arroz, que eu não encontrara no Planalto. Pensei que ia matar o meu jejum com uma farta consoada de arroz e peixe. Iria afogar-me com a poeira dos arrozes, espalhada pelos alisios aos golpes das urupemas. Puro engano. Quasi sufoquei ao *catimbão* dos pitos e cachimbos e aos vapores quentes dos alambiques. A duas magras referencias ao arroz correspondem sete gordas acerca do fumo e oito acerca de engenhos de açúcar e aguardente. São testamentos quasi todos do último quartel do século 18. Ora exatamente em 1776 o Marquês do Lavradio, emendando a mão ao execrado Martim Lopes Lobo de Saldanha, que por sete anos infelicitou S. Paulo, mandava para cá dois práticos

da cultura do fumo, para industrializar nela nossos bissonhos agricultores. Um deles foi para a zona de Taubaté, o outro, exatamente, para a de Ubatuba. É d'aí por diante, certamente, que se incrementa a cultura e o uso do fumo entre os paulistas. Os testamentos do Planalto, correspondentes a esse período, deverão atestar esta minha conclusão; mas os volumes publicados não chegam até lá.

Antonil, em 1711, tratando da cultura do fumo, não diz palavra acerca de S. Paulo. Verdade é que nesse tempo era tal a nossa decadencia, que S. Paulo não entra na obra daquele jesuita para coisa alguma.

Em 1730 ainda Rocha Pitta asseverava que o fumo era cultura das capitanias do Norte. Concorde com o que pude observar na de S. Paulo.

CAPITULO VII

ARVORES FRUTIFERAS

Os quintais das melhores casas tinham arvores frutíferas, mas quasi sempre limitavam-se às de espinho, importadas da Europa: a laranjeira, o limoeiro, a lima da Persia. Menciona-se o figo e a uva. Nunca se lê nada a respeito da jaboticaba, do mamão, e muito menos do abacate e da manga — que é exótica — frutas que lentamente se foram tornando de consumo generalizado. Ainda hoje o povo menospreza o mamão e muito mais o abacate. Nas posturas municipais que taxam as frutas, mesmo no século XVIII, só se especificavam, de regra, laranjas, limas e bananas.

O mamão, segundo o *Tratado descritivo*, foi levado de Pernambuco para a Baía. De onde foi para Pernambuco? E de onde veio para S. Paulo? E' nativo no Brasil? Está verificado que o é no estado do Espírito Santo, onde, segundo se diz, êle brota após uma derrubada de mata virgem?

E' sabido que brota numa derrubada de capoeirão, e explica-se o fato do seguinte modo : A semente aí ficou depositada no solo e sufocada pela

vegetação, mas envolta numa película que a protege por longos anos e que se dissolve por efeito da potassa das queimadas. (Hoehne).

As anonaceas ainda hoje não se encontram nos mercados das cidades mais importantes de S. Paulo, a não ser por acaso. Por outro lado, o araticum tem larga voga entre o povo...

E aqui se me oferece oportunidade para corrigir um engano. Escrevendo ha pouco acerca do *abricó*, fiz ver que essa forma, como a sua irmã *abricote*, bem estavam apontando a origem francesa, que nada mais é que uma corruptela do português *abricoque* que por sua vez é um latim barbarizado pelos árabes: *praecox*, mais o artigo árabe.

Conjetei que ambas as formas francesas se infiltraram em nossa lingua depois do ano 1831, visto como a 4.^a edição do dicionario de Moraes, que é dessa data, ainda não regista os termos.

Enganei-me. A infiltração vem de muito mais longe. Ao escrever aquilo, a minha infeliz memoria me traía. Já eu tinha marcado um caso de *abricó* em Cardim, e num dos inventarios se me depa-rou tambem um tecido *côr de abricó*.

A banana, como se sabe, denominava-se *pacova*. D'aí o poder chamar-se a um basbaque ou molengo — *pacova* ou *banana*, indiferentemente.

Mas é preciso notar-se que a principio se fez uma distinção, que se reflete nas Atas. Banana é palavra da Africa, que veio para cá com os pretos de Guiné e acompanhando a banana de S. Tomé, isto é da ilha que traz esse nome.

Mas aqui já existiam as espécies nativas, que os indigenas denominavam *pacova*. Á medida que o indio foi desaparecendo, a palavra *banana* foi alargando o seu dominio e acabou por ser um termo genérico. Mas nos Inventarios e Atas se fala ainda em *pacova* e em *banana de Guiné*.

A cultura do marmelo foi intensa e larga a industria da marmelada.

CAPITULO VIII

OS REBANHOS EM PIRATININGA

Os campos de Piratininga eram propícios à criação, que prosperou rapidamente: bois, cavalgadas, porcos, ovelhas e cabras.

Pelo termo *cavalgadura*, no sul como no norte do país, nos séculos XVI e XVII — e até mesmo no XVIII — entendia-se o cavalo e a egua, como, aliás, indica a etimologia do vocábulo: *caballus*, *caballicare*, cavalgar, cavalgadura.

Burros, em S. Paulo, nos séculos XVI e XVII — perdõem-me a *boutade* — eram só os paulistas. Assim nos crismaram estrangeiros como Saint-Hilaire e também outros de portas a dentro. Paciência. Às vezes um pouco de burrice não faz mal. A intelligencia excessiva acarreta por vezes a existencia da cigarra: viver cantando e morrer gemendo.

Mas esta questão de cavalos e burros em S. Paulo é um dos assuntos menos ventilados e que, no entanto, se acha envolto em nuvens densas nas obras de nossos historiadores. Querem ver?

Quando, d'onde e por onde vieram os cavalos para S. Vicente? No testamento de Pero Leme, de 1592, em S. Vicente, fala-se em seis vacas, e só. Já

haveria cavalos por lá? Não é ociosa a pergunta. Mais de um século depois, em 1711, Bartolomeu Fernandes de Faria, o facínora de Jacareí, mobiliza uma tropa e desce a Santos — desta vez num ato heroico e altruísta, ao que parece — e se apossa do depósito do sal, miseravelmente explorado por criminosos aventureiros. Não mata, não rouba: toma o sal, paga-o de acôrdo com a lei, carrega os seus índios e os seus cavalos, afugenta com umas escopetadas a força de Santos e parte, derribando a ponte do Cubatão para pernoitar a salvo do outro lado. Levava, dissemos, cavalos, e o resultado foi embasbacar o povilêu santista, por “terem ocasião de verem cavalos, que ainda então os não havia naquele rocio”, diz Pedro Taquês. Era isto em 1711! No entanto, no testamento de Antonia de Chaves, de 1610, cá encima, no Planalto, já se fala em “quatro eguas” e “dois cavalos machos”.

Quando vieram? donde vieram? por onde vieram? Pelo caminho do mar? Mas anos depois ainda D. Luis de Céspedes nos diz que por ali só se passava em rede, transportada por índios, porque cavalgadas não podiam transpor aqueles precipícios!

Trevas e mais trevas, exceto para os bem-aventurados, para quem basta saber que desde o início aqui tivemos cavalgadas... Talvez por obra e graça de Netuno...

E agora vamos aos burros. É questão que abrange todo o Brasil e na qual os nossos mais cons-

pícuos historiógrafos são omissos ou falhos. A começar pelo mais que abalizado Capistrano de Abreu. Depois de falar no gado vacuum e no eqüino, no norte do Brasil, diz êle: "O gado muar quasi, senão de todo, se desconhecia no começo." (*Capítulos de Historia Colonial*).

Em que pese a tão alta autoridade, ousamos afirmar que o mestre claudicou, e deixou no escuro um problema interessante. Nem sequer o suspeitou. E se isto se dá no lenho verde...

Não é exato que "no começo" se desconhecia o gado muar. Muito pelo contrario. Dois testemunhos contestes, e ambos seguros, podemos contrapor ao seu asserto.

O autor do *Tratado descritivo do Brasil em 1587* (autor ou autores, porque ainda vemos aí um problema literario) assevera — e não deve estar errado — que houve na Baía criação próspera de muarres. Faz mesmo uma curiosa afirmação: a de que foi impossivel, todavia, o cruzamento do poldro com a jumenta, e isso em virtude da repugnancia invençivel do poldro. Em assunto de tamanha monta, não posso crer que esse livro esteja errado.

Mas não é só. Varnhagen nos diz que a criação muar era tão alviçareira em Porto Seguro, que o jumento chegou a ficar selvagem.

E aqui entra o problema que Capistrano de Abreu não vislumbrou: como é que uma criação pro-

missora, de um animal muito mais útil do que o cavalo, mormente na vida agreste e no clima dos sertões brasílicos, desapareceu de tal forma que provocou o lapso de um Capistrano?

Porque, de fato, desapareceu.

Procure-se em Barleus a mais leve menção ao gado muar. Será baldado.

Como Barleus, os quadros dos pintores holandeses, o mapa de Marcgrave, não nos mostram senão touros e vacas, poldros e eguas.

Procure-se nos documentos que falam das centenas de fazendas no Piauí nascente; procure-se, mais tarde, nas fazendas dos jesuítas e das outras ordens religiosas no Grão Pará; procure-se em Rocha Pitta. Tudo em vão. Só existe gado vacum e cavalar, este em muito menor escala.

No roteiro anônimo de 1726, um sertanista penetra na Baía, atravessa toda a zona criadora banhada pelo S. Francisco. Menciona 63 fazendas de gado vacum e 5 de cavalar. Nenhuma de criação muar.

Não li em documento algum daqueles tempos, a não ser no referido *Tratado descritivo*, qualquer destas expressões: *asno*, *jumento*, *mula* ou *burro*. E em alguns passos elas só não aparecem porque o animal não existia. Não ha outra explicação. Estava extinta uma criação que se iniciara com tão felizes auspícios.

Por que? Será possível deixarmos de formular essa pergunta? Será lícito que nem sequer arrisquemos uma resposta qualquer? Sim. Deve ter havido uma razão ou varias, ponderosas, para semelhante fato, de tão apreciaveis consequências.

Trazia eu este caso a ferroar-me o espírito, quando me surpreendeu em Southey um corisco passageiro que clareou o trilho perdido na escuridão. Conta-nos êle que a côrte portugueza concedera à capital do Maranhão as honras de Lisboa e a seus cidadãos os privilegios dos nobres lisboetas, exceto o de cavalgar mulas, *porque não consultava os interesses da Corôa a criação de um animal que não se reproduz.*

Ressaltava imperiosa desse texto a existencia de alguma lei que proibira a criação mular. Mas eu a desconhecia de todo. Onde a iria achar?

Foi nessa angústia — e os que pesquisam sabem que o é — que me socorreu um amigo, distinto consocio do *Instituto Historico de S. Paulo*. Perguntou-me se eu já tinha consultado o *Repertorio das Leis Extravagantes* de Portugal. Pergunta que só se faz aos bisonhos, porque os espertos não precisariam nunca desse lembrete para consultarem, desde logo, aquela obra capital.

Aceitei pressuroso a indicação e lá encontrei: “*Mulas* e quaisquer muares. Foi proibida a sua criação, mandando-se devassar pelos Corregedores

das transgressões, com o fim de animar a criação de cavalos. Lei 2 Dezembro de 1642.”

Estava explicada a cessação de muares no Norte. Mas até quando foi essa lei? Que se teria passado depois no Sul? Que nos dizem os documentos do Planalto?

É o que vamos ver.

Em quasi 500 inventarios que compulsámos, só existe a criação *vacum* e *eqüina*, e isto até principios do século XVIII.

Não se encontra nos documentos antigos a expressão *burro de carga*, mas *cavalo de carga*.

O volume 2.^o das *Sesmarias* (e são cêrca de 150) que vão até 1728, contém 73 referencias ao gado *vacum*, 34 ao cavalar, mas nenhuma ao gado *muar*. E muito mais tarde, em fins do século XVIII, documentos que se referem às zonas criadoras desde o Planalto até Curitiba, só falam em gado *vacum* e *eqüino*.

Consulte o leitor — e isto já me parece sufficiente — a *Nobiliarquia* de Pedro Taques. Dou-lhe um doce se encontrar ali mencionada, *uma única vez*, a criação *muar* em S. Paulo; mas referencias à criação *vacum* e cavalar, achará, pelo menos, trinta e tres vezes!

Não se encontram nunca nos inventarios as palavras *besta*, *burro*, *jumento*, *mula*.

— “Engana-se!” — exclamará talvez algum leitor beneditino, que perlustrou as páginas daqueles alfarrabios. — “Engana-se! Ali se lê num dos inventarios: “Uma besta com suas gafas.”

— Cuidado, leitor, cuidado! Embora se possam esperar todos os disparates da pena de um tabelião daquelas eras, seria contudo estranho que se registasse uma besta gafada a fazer parte de um espolio. Cuidado! A palavra é cavilosa. O *e* pode trazer na cabeça uma seta ou um bicornio à Napoleão. E no caso vertente traz a seta: é *bèsta*. E as *gafas* eram, segundo Moraes, “especie de gancho com que se puxava a corda da *bèsta*.”

Entre as armas de nossos maiores ainda havia *bèstas*; *bêstas* é que não havia no seu tempo.

Em um dos inventarios — e raramente tambem em outros documentos — é encontradiça a palavra *besta*, mas para indicar o cavallo ou a egua, como o contexto prova de modo insofismavel. Veremos adiante um desses raros empregos.

Quando foi, então, que appareceu em S. Paulo a besta muar? Provavelmente o leitor não sabe, porque tambem eu, quando quis saber, não encontrei resposta em parte alguma.

Vamos ver se achamos o fio da meada, leitor amigo.

Tomemos uma data. Seja 1720. Já haveria em S. Paulo tropas de burros por esse tempo? D’onde e por onde teriam vindo?

Nessa data, exatamente, Pedro Taques nos põe diante dos olhos um precioso documento, que vou transcrever na íntegra.

“Senhor. — Do porto de Santos até o da Laguna, última povoação da comarca desta cidade de S. Paulo, fazem ser cento e vinte leguas pela costa do mar, e se acham nove vilas, que ha muitos anos estão povoadas, sendo entre todas a mais avultada a de Santos pelo commercio dos moradores de serra acima. Da povoação da Alaguna para a parte do sul serão sessenta leguas até o Rio-Grande todo o deserto e costa lavada, sem porto mais que o da barra do mesmo Rio-Grande, que é para sumacas e outras embarcações pequenas. Adiante da Alaguna buscam as serranias da costa o interior do sertão, e abeiram campos às praias até o Rio-Grande, que se estende a confinar com a cidade do Sacramento da nova Colonia, *que ainda estão por povoar*, e só habitadas estas terras de gentios bárbaros; e será a distancia de cento e cincoenta leguas da Alaguna até a Colonia. Toda esta campanha do Rio-Grande para diante produz *gados vacuns e cavalgaduras* em muita quantidade, sem mais utilidade para a real corôa de Vossa Majestade que alguma coirama fabricada na mesma Colonia; e se não pode conseguir maiores conveniencias com a saída destes *por falta de caminho de terra*, que pela costa não permitem as serranias, matas e baías do mar; e só terá lugar esta extração *abrindo-se caminho pelo interior do sertão*,

vindo-se do Rio-Grande a demandar a comarca desta cidade, que poderão ser cento e oitenta leguas, mais ou menos. Desta diligencia segue-se povoarem-se as terras e aumentar-se a real fazenda no contrato dos dízimos, no dos direitos dos mesmos animaes extraídos; no das passagens dos rios que ficam pelo sertão dentro; descobrirem-se minas de ouro ou prata, ou pedras preciosas, que todo este vão do sertão ainda em si oculta; e a experiencia nos tem mostrado com as minas de ouro dos *Cataguazes* que, em poucos anos do seu descobrimento, se acham tão aumentadas, como já divididas em tres grandes comarcas, sem mais provimentos de gados e *bestas* (Aí tem o leitor o tal emprego raro de *besta* para indicar *cavalo*) que os que se extraem dos currais da Baía, e sobretudo reduzir-se a multidão dos gentios bárbaros ao gremio da igreja, e ter Vossa Majestade nesta redução muitos milhares de novos vassalos. Acho-me com talentos e cabedais para, com forças de um avultado corpo de armas, fazer entrada ao Rio-Grande sem a menor despesa da fazenda real, talar aquele vasto sertão e abrir caminho pelo centro dêle, demandando o rumo da comarca de S. Paulo, tendo por premio deste particular serviço, à custa da minha fazenda e riscos de vida, as mercês seguintes: ser donatario de quarenta leguas de terra, abeirando o Rio-Grande, vinte para a parte do norte e vinte para a parte do sul, medidas por costa, com todo o sertão que se achar pertencer a Vossa Majes-

tade, de juro herdado para sempre, com um padrão de 200\$000, estabelecido na passagem do Rio-Grande, sendo capitão-mór daquelas campanhas. Os primeiros nove ânos livres de direitos os animais que extrair por mim ou socios meus; ser guarda-mór geral de quaisquer minas que se descobrirem nas vertentes do Rio-Grande e serras anexas, com os mesmos ordenados que se conferiu ao guarda-mór das Minas Gerais de S. Paulo. Para poder merecer estas e as mais honras com que a grandeza de Vossa Majestade costuma engrandecer, honrar e premiar os seus vassallos, constará de meu zelo pelos papeis de serviços, que com esta offereço ao Conselho ultramarino, dos quais se verifica o aumento que tenho dado à fazenda real de Vossa Majestade nesta capitania, com muitos mil cruzados nos contratos dos dízimos; e nesta cidade, sendo juiz ordinario no ano de 1705, me opus a defender a jurisdição real, contravertida pelos ministros eclesiasticos, com muitos riscos da minha vida e despesas de fazenda; sustentei a causa perto de dois ânos, vexado com censuras e exposto a motins entre povos ignorantes daqueles procedimentos, sendo o meu sempre interessado neste, e nas mais ocasiões ser vassallo zeloso do serviço de Vossa Majestade, que mandará o que for servido.

A real pessoa de Vossa Majestade guarde Deus, como todos os vassallos havemos mister. S. Paulo, 23

de Maio de 1720. Aos reais pés de Vossa Magestade. — *Bartolomeu Pais de Abreu.*”

Eis um documento valioso em todos os sentidos. Veja-se por êle se nos seria possível pensar em tropas de burros em S. Paulo lá por 1720! Não que já não os houvesse no Sul, pois que por essa data — segundo o visconde de S. Leopoldo — já os jesuítas vendiam anualmente milhares de cabeças de muares para as possessões espanholas; mas pelas condições descritas nesse documento.

O dr. Washigton Luis, em bela página evocativa, figura a chegada de Rodrigo Cesar de Meneses, em 1726, ao arraial nascente de Araritaguaba. Êle, comitiva e cerca de tres mil aventureiros vão em demanda de Cuiabá. Vão-se abarracando no pequeno largo da Penha, nucleo inicial do arraialzinho. E êle remata o cenario com a chegada de uma tropa de burros guiada por hábeis recoveiros.

Traiu-o a sua imaginação. Tropas de burros em S. Paulo em 1726 é puro anacronismo, até onde podemos ver.

E foi exatamente esse Rodrigo Cesar de Meneses quem, por aquele tempo, pensou primeiro em introduzir em S. Paulo cabeças de muares, e nesse sentido escreveu ao capitão-mór da Laguna. Pensava em servir-se da via maritima. Mas, ao que parece, ficou em pensamento.

Em 1733 Francisco de Brito Peixoto, capitão mór da Laguna, pede sesmaria, alegando que ele e

seu pai haviam povoado aquela terra, examinando e abrindo caminho para o Rio Grande de S. Pedro e dali para as campanhas de Buenos Aires, por onde “se tem conseguido bastante gado e cavalgadas.”

(Observe o leitor a ausencia de muares.)

Mas só em 1737 é que se fundou definitivamente Rio Grande.

E assim vão as coisas até que em 1745, pela primeira vez nos annaes do Concelho, se fala em *bestas muares*. O Concelho proibe o entrar-se na cidade “*espoldreando bestas muares*.”

Cai de novo a cortina para se reabrir em 1756, quando, por ordem regia, se começa a cobrar o imposto sobre muares vindos do Rio-Grande e Paraná. Vinham do Uruguai, através de Viamão e pagavam 300 reis por cabeça em Sorocaba. Principiam as feiras.

Mas deu-se o que era logo de esperar e o que a lei de 1642 quis evitar: a entrada de muares ameaçava de morte a criação cavalar, em progresso no norte do país. Baía e Pernambuco reclamaram e Sua Majestade atendeu, fazendo uma lei estúpida, datada de 1761, em que se proibia a entrada de muares em terras do Brasil. Em 1765 o Concelho se refere a um “prego” de Sua Majestade com relação à lei que determinava a extinção muar.

A reação a esse contrassenso não se fez esperar, e Sua Majestade retrocedeu, permitindo a cria-

ção muar dentro do territorio brasileiro, contanto que se reservasse uma quota mínima para a criação cavalar. Dificultava-se além disso a entrada de muares procedentes das possessões espanholas.

Minas aproveitou a vasa e pôs-se a criar. O governador de S. Paulo reclamou, alegando que as rendas da Capitania, bem como as da Coroa, ficavam grandemente prejudicadas, com cessarem aos poucos os impostos cobrados em Curitiba. E, pois, o commercio prosseguiu e se incrementou, vindo a ser, até a época da nossa Independencia, a maior fonte de renda de S. Paulo. (Roberto Simonsen, *Historia económica do Brasil*, vol. I, pag. 270).

E a burrada aí vem. No espirito de S. Francisco, abramos alas, descubramo-nos e saudemo-los:

— Irmãos burricos, passai, para bem de S. Paulo, do Brasil e de Sua Majestade que Deus guarde. Quem poderá avaliar o imenso beneficio que vindes trazer ao nosso progresso e à nossa civilização? Benditos sejam os vossos lombos escalavrados, mártires silentes, que levais no dorso os fardos de feno substancial, que nem vedes, e na boca o embornal empecente, para que não vos detenhais com a relva dos barrancos... Bem pensado, valeis mais do que aqueles que vos tangem...

E as tropas vão e vêm. Já agora descem e sobem a serra do mar. Em 1790, no governo do

general Bernardo José de Lorena, refez-se o caminho de Santos. Uma lápide comemorativa — que Daniel Kidder desenterrou ao passar por ali em 1839 — diz:

MARIA I, REGINA

neste ano 1790

Omnia vincit amor subditorum

Fes se este caminho no felis governo do ill.^o e
ex.^o Bernardo José de Lorena general desta
capitania

Começam a aparecer nos documentos oficiais as palavras *cangalha* e *bruaca*. E' que vai reviver aqui a cultura do açúcar em colapso no Norte, e a bruaca era indispensavel para resguardar o produto contra as intemperies.

Em 1799 faz-se uma tentativa para a construção de ranchos de tropeiros à beira da estrada que vai do Cubatão até Itú. Leva-se a obra avante em 1805. São os históricos *pousos* “das priscas eras que bem longe vão”, em que, à noite, gemia a viola ou o violão nas modinhas langorosas, entreveradas de sorvos de congonha ou goles de café.

Abundante era a criação bovina. Raro o inventario, ainda mesmo entre os exíguos, que não fale em vacas parideiras, vacas soltas, singelas ou vazias.

Na linguagem rude e adoravelmente realista do tempo, quasi não se fala em *touro*: diz-se *boi de semente* ou ainda, mais cruamente talvez, *boi colhudo*. Touro, se me deparou num texto, em que a

linguagem pitoresca do escrivão nos põe diante o mais pudico e virginal bovino de que a história tem noticia: “um touro que fugiu das vacas.”

Bem aviado estaria o armento se confiasse nas aspas desse *valiente* para protegê-lo contra as arremetidas do jaguar! Alguem já observou, com algum espirito, que, provavelmente, desse touro é que proveio o Ferdinando...

O preço do boi ou da vaca — bem como do cavallo e da egua — oscilou por muito tempo entre 1\$000 e 2\$000. Um couro custava 160 reis, ou menos. Bem se pode ver o preço do calçado. Quasi nunca o cifrão tem algarismo à esquerda, salvo quando se trata de calçados estrangeiros.

E eram tão pobres os nossos ancestrais, que um deles, eleito vereador, se escusa de não vir às sessões por lhe faltarem umas botas. Outro, quiçá mais eufemisticamente, manda desculpar-se por “estrepado”. Valente japindá, esse que lhe varou a sola do... sapatão.

Com toda essa abundancia de gado, parece ter sido quasi nula a fabricação de queijos. Segundo Gilberto Freire, tambem foi assim nas capitancias do Norte. O gado vivia, em grande parte, solto e, até, bravo. Pouco se pegava, ou se mungia.

Em 1586 estipulava o Concelho que o queijo bom fosse vendido a dez reis o arrátel; quando inferior, a cinco. Depois, não se fala mais em queijo

nas Atas do Concelho, até que em 1691 ele reaparece, a 19 de março, na mesma data em que pela primeira vez se menciona o arroz em Piratininga.

O mesmo silencio se observa nos Inventarios. Só me recordo de duas referencias ao queijo, mas como produto vindo de Portugal. Um, não passava de promessa, outro, foi capturado pelos holandeses em nossa costa.

Não se fala em manteiga. Nem mesmo, a principio, entre os jesuitas. Duas referencias encontrei nas *Cartas* acerca do emprego do leite, das vaquinhas que Nóbrega conseguiu, aumentou, e que o padre Luis da Grã queria restringir, para não parecer coisa de tráfico e isto com grande pesar de Nóbrega; nelas se divide o emprego do leite entre coalhada, queijo e requeijão. Nada sobre manteiga. Seria raríssimo o seu fabrico.

A nossa gente do interior, da roça, ainda agora em geral não come manteiga. E não come por não gostar. Faz, se pode, coalhada, requeijão, queijo. mas não faz manteiga. Guarda, assim, hábitos inveterados.

Quando, nos Inventarios, lermos “uma peroleira de manteiga,” “um pote de manteiga,” não concluímos, sem outras luzes do contexto, que se trata de *manteiga de leite*: trata-se de *manteiga de porco*, isto é — *de banha*. Tambem no Amazonas um “pote de manteiga” é um pote de banha de tartaruga. E até ha pouco, por assim dizer, ainda as clas-

ses elevadas, no norte e no sul do país, comeram umas coisas suspeitas que nos vinham da Inglaterra com o nome de manteiga; e depois, da França. Todavia, nos começos do século XIX, já se fazia em S. Paulo manteiga que era, diz Southey, suportável até para um inglês.

Varias razões havia para a escassez de manteiga: o ambiente pouco favorável no geral da população, o clima em que facilmente ela se corrompe e o preço excessivamente alto do sal, que a fazia mais cara talvez do que a importada da Europa. O príncipe de Wied bem enxergou e apontou as duas razões finais. Escapou-lhe a primeira. (1)

A carne de porco era tanta que a linguiça se vendia às varas. Belos tempos! — dirá algum leitor — em que ela talvez servisse para amarrilho de cachorro... Belos tempos! Mas não quereria viver neles... Nem eu tampouco.

As posturas referentes ao corte nunca falam em carne de carneiro ou de cabra, que não se tornaram populares no Brasil.

Criavam-se galinhas, patos e — coisa curiosa — abundantemente o melindroso peru. Parece que nossos antepassados e sua bugrada haviam descoberto o segredo da criação mais difícil que ha na avicultura.

Não se fala em gansos, marrecos ou pintadas.

Nunca se fala em pássaros cantores; nunca se menciona uma gaiola. Nas casas de nossos maiores parece que não se ouvia a orquestra alada, como

não se ouviam instrumentos músicos, senão raríssimos e rudes. Essas coisas desfibram... Homem forte, homem serio, não canta nem descanta, nem sequer assobia: quando muito resmunga.

Tambem não se alude a cães nos inventarios. Certo, não seria muito facil achar como enfiá-los entre os haveres de um defunto; mas isto é porque não lhes votavam a estimação e o carinho, que só lhes dispensam nas civilizações refinadas. Naqueles públicos documentos, em que se menciona um ralo velho e furado, que não se avalia porque nada vale, nunca se regista um ajoujo ou qualquer outro objeto referente ao cão. Ajoujo? faziam-no de cipó. Nem cachorro merecia mais do que isso. Quanto a comida, fossem caçar, que o mato era grande e pródigo em *imundicias*. De mais, muita comida engorda, e cachorro gordo perde o faro. E' essa, ainda hoje, a filosofia venatoria e dietética do nosso jeca descaroável, cujos cães "parecem ter engulido arcos de barril." Assim foi que aprenderam, assim fazem até agora.

Em compensação, num dos inventarios surpreende-nos um "gato". Gato, em inventario de bandeirante! Não terá sido alguma rata de copia ou de impressão?

Não. Não é essa a razão. E' que o gato se tornou uma verdadeira preciosidade, em virtude do flagelo dos ratos que assolavam as plantações. Nas minas de Cuiabá ele se tornou tão precioso, que um

casal custava a bagatela de 192\$000, quantia com que, em S. Paulo, ainda se poderiam talvez adquirir 192 vacas ou uma tropa de dezenas de cavalos. Custava um gatinho 45\$000, preço de umas 40 vacas em S. Paulo. (Ver Washington Luis, *Capitania de S. Paulo*).

(1) No precioso livro "*Geórgicas Brasileiras*", que a Academia Brasileira de Letras acaba de publicar — e que só vim a conhecer quando já se achava composto este capítulo — o Jesuita José Rodrigues de Melo, em fins do século XVIII, descrevendo a criação bovina do norte do país, escreveu os seguintes versos:

"Completo do licor cândido os vasos
Cede aos bezerros os pequenos restos
A campestre Abegôa, e os deixa livres
Com as mães ir vagar nos vastos campos.
Ei-la, entregue ao trabalho, já separa
Porção do leite, que beber se deve;
O mais nos qualhos proprios subdivide,
Que depois de encrassar, nas mãos expreme;
E em tempo justo as expremidas massas
Extraíndo dos cinchos, as dispersa
Em pleno taboleiro, e lhes afunde
Levemente de sal precisa parte."

(Pág. 333 e 334).

Aí temos o fabrico do queijo, no Norte, em fins do século XVIII; mas nenhuma palavra a respeito da manteiga. Os costumes eram os mesmos que os documentos deixam transparecer em Piratininga.

CAPITULO IX

A GENTE

A primitiva população de Piratininga era toda composta de brancos, índios e mamelucos.

Nos brancos, certamente, devia prevalecer o português moreno. Boa dose de sangue mouro estaria talvez no elemento agrícola que para cá se transplantou, pois era esse o elemento agrícola por excelência em Portugal. Nos artesãos devia correr também uma forte dose de sangue judaico, de cristãos-novos. Com a perseguição que se desencadeou em Portugal em 1548, foi grande a emigração para as terras americanas. Por esse tempo Portugal contava cerca de um milhão de habitantes, dos quais duzentos mil eram israelitas. Enorme proporção. Este elemento, prosperando pela intelligencia e pelo instinto commercial e por uma experiencia plurissecular, chegou a infiltrar-se aos poucos até nas camadas nobres, pelo casamento, de maneira que se tornava difficil encontrar uma familia que não fosse eivada de sangue israelita, diz J. Lucio de Azevedo.

Mas também cá veio o português de origem goda, louro, de olhos azues. Um dos paulistas do

século XVII, Salvador Pires, se não me engano, era chamado o *Ruivo*. E esse apelido é comum.

Ainda não se fez um estudo aprofundado, que me conste, sobre o elemento germânico na população paulista, que me parece mais ponderavel do que em geral se considera.

Não havia a principio negros de Guiné. E só aos poucos viriam para cá. O negro custava em media 40\$000. O paulista, paupérrimo, precisaria vender quarenta vacas para comprar um negro! Os ricos senhores de engenho de Pernambuco e Baía é que absorviam a carga do navio negreiro. Só em 1607 aparece mencionado, num dos inventarios, um negro de Guiné. E através de todo o século XVII o negro é elemento escasso. Inventarios opulentos — o leitor saberá dar ao adjetivo, no caso, o seu valor relativo — em que entram centenas de escravos indios, não se menciona, às vezes, um único africano.

E é o momento de abrir os olhos aos inexperientes que abrirem as páginas dos Inventarios ou das Atas. Até o século XVIII, a palavra *negro*, que é ali encontradiça a cada passo, se não vem acrescida das expressões *tapanhuno*, ou de *Guiné*, exclue o africano. E' o indio. Disto não ha dúvida possível.

Tapanhuno — e às vezes *tapunho* — é corruptela de *tapuia una*, tapuia preto.

De maneira que se pode comparar essa população piratiningana com um terreiro forrado de rolinhas, por entre as quais perpassam alguns canarinhos da terra, com uns pontilhados de chopins, de longe em longe. De meados do século XVIII em diante é que as posturas municipais começam a taxar as levas de negros importados como mercadoria constante.

A distinção entre as raças era feita com rigor, se bem que entre os chamados *brancos* devia haver muito mameluco de sangue rarefeito, porque o sangue amerindio já estava na avó ou tetravó. Em todo o caso, ainda em 1733 a Câmara decretava que “nenhuma pessoa de qualquer grau ou condição que seja ande des(de) as ave marias por diente (sic) com capote de capuz, nem outrosim ande nenhum gênero de negros, assim de Guiné como carijós, mulatos, mamelucos, índios, nem outros deste foro, com paus de ponta ou de maça, nem rebuçados em baêtas, assim de dia como de noite, com pena de perderem os capotes e baêtas e serem presos na enxovia desta cidade trinta dias, e dela pagarem seis mil reis para as despesas desta Câmara, etc.”

Eu desejaria saber em quantas regiões do Brasil seria possível essa legislação...

Seria erro palmar supor que nas famílias primitivas houve nos casamentos promiscuidade livre, sem barreiras. Muito pelo contrario. Pedro Taques nos conta que Fernão Pais de Barros cortou as

relações maritais com a esposa desde que lhe suspeitou alguma impureza no sangue. João Pires de Campos foi, por assim dizer, excluído da família por desposar uma mameluca. Se o paulista não é ariano — e eu duvido que Hitler o seja — todavia conservou um substrato branco em dose que outros estados não têm, a não ser no Sul. Morenou-se muito com o bugre, *marronizou-se* pouco com o negro. E foi a isso que Saint-Hilaire atribuiu a estupidez generalizada do paulista, em comparação da vivacidade de espirito do mineiro, oriundo do cruzamento com o negro em larga escala. Opinião essa que se reproduz em Agassiz, errado nisso, talvez, como em outras coisas do Brasil.

Para a Câmara, organizada segundo as Ordenações do Reino, os artífices não podiam ser eleitos, de maneira que se anulavam eleições por essa causa, porque o povo se importava pouco ou nada com tal medida estúpida e odiosa, que não passava de tradição bolorenta.

Para ser *almotacel*, como de preferencia se escrevia — sòmente se escolhiam pessoas cujos “irmãos, pais ou avós sejam da república, ou os que sejam casados com filhas ou netas dos sobreditos, contanto que não tenham raça de mouro, nem judeu”. E’ lei de 1633.

Os estrangeiros eram por sua vez excluídos.

Dessa população, dizem as atas, os nobres viviam nos seus sítios. Felizes os povos que brotam

desses sarmentos, em que a nobreza está na roça e a ralé na cidade! Foi essa a tua bênção, amada Piratininga! Foi ali, nessa escola de labor e de paciência, que é a lavoura, isolado do resto do Brasil e menosprezado, isento da corrupção do século, do artificialismo das côrtes e das pragmáticas deformadoras que nasceu este S. Cristóvão rude e pachorrento, que lavrava e mourejava para si e para os outros. Era êle quem mandava a sua farinha, o seu feijão, a sua carne nas aperturas do Norte; era êle quem mandava os filhos brancos, mas varonis, ajudar a Baía e Pernambuco ameaçados pelos índios, pelos negros ou em guerra com os holandeses; era êle quem tinha de arcar com as investidas do castelhano no Sul. Foi êle quem disse ao Brasil: — Até aqui tu irás!

CAPITULO X

A VIDA NO ARRAIAL DE PIRATININGA

Bem se pode imaginar o que seria a primitiva vida do arraial. Em torno do povoado, o campo, capões de pinheiros, capões de mato e a propria mata virgem.

Não nos é possível hoje distribuir com alguma certeza esses diversos elementos, mas os documentos primitivos não deixam dúvidas a respeito deles. *Mata, capões, capueira, caponetes*, em torno do vilarejo, são expressões correntes nas primeiras atas do Concelho, com referencia às datas concedidas. A palavra *Caguaçu*, mato grande, applicava-se a mais de uma região circunvizinha ao centro da povoação. O bosque atual da Avenida é um neto de caguaçu, um argumento por si só em favor do que vou dizendo. O mato primitivo devia descer pela atual rua da Consolação até ao Piques, pouco mais ou menos. O atual *centro de cidade* não era campo. As roças de que fala Anchieta — e roças naquele tempo eram em regra plantações de mandioca — não estariam a quilómetros do Collegio dos Jesuitas. Não será forçar a nota o dizer-se que do Colégio

se poderia ouvir o rugido de algum tigre nas matas e nos capões da vizinhança.

Verdejам mandiocaes e milharais, base da alimentação dos indios e depois dos mamelucos.

Era este o rocio de S. Paulo, concedido por Martim Afonso: “Vista a petição dos Officiaes da Villa de São Paulo, supposto seo pedir, lhe dou as ditas terras pelas demarcações abaixo declaradas em nome do Senhor Martim Affonso de Souza como Capitão que sou, para Rocio desta dita Villa, para Cazas, e para gado, e para tudo aquillo que seo povo tiver necessidade, das quaes terras elles ditos Officiaes as darão de sua mão para Cazas e para si o que bem lhe parecer, as quaes terras partirão pelo rio do caminho do Tamandoátehy, partirá com a terra de matto de João Nunes, e dahy no capão do alto de Jorge Moreira, e dahy irá athé Gaspar de Francisco Pires, e da direita por huma roça de Diogo Vaz Riscado aos prelevos adonde Simão Jorge tem hum pouco de milho pela banda de baixo, e dahy irá correndo a huma roça de Jorge Moreira, e dahy cortará a dar no rio grande, as quaes terras lhe dou desde este dia para todo sempre forras de todo o tributo, somente o dizimo a Deos com a condição de sismaria. Eu João Fernandes, Escrivão da Camara o Escrevi. — Pero Colaço —”. (*Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo*, vol. 29, pag. 232).

Em 1721, uma data é concedida lá para as bandas do Guaré (Luz) sob condição de não se tocar nas madeiras de lei, reservadas à construção de navios. E' verdade que essa restrição é uma *chapa* que se lê em quasi todas as sesmarias e, portanto, não tem valor decisivo. Mas em 1830 ainda a Câmara declara que permite ao regente da Luz (Recolhimento) fechar um terreno "deixando uma rua de 40 a 60 palmos de largura, paralela ao muro existente, até a altura do principio da *restinga de mato* mais próxima ao dito muro, etc."

Pelo arraial vagam em promiscuidade bois, cavalos, porcos e ovelhas, a se coçarem nas paredes frágeis dos casebres de pau a pique. As paredes da cadeia e da Casa do Concelho vivem por eles maltratadas, pois que lhes servem de tabuas de arrebentar carrapatos.

Galinhas cocoricam, grasnam patos, grugulejam bandos de perús. Ladram cães meios selvagens, que ás vezes esotraçalham rebanhos de ovelhas e não poupam os bezerros. O Concelho vota leis severas contra eles e seus donos, pena de morte para os cães e degredo para os donos, em caso de reincidência.

Partem reclamações de todos os lados, por parte dos roceiros, contra o gado solto que lhes vai estragar as plantações. Pedem-se e fazem-se editais para que esse gado se feche ou venha pastoreado. Vacas e bois bravos ameaçam as vidas dos que vão para a lavoura.

Pela manhã o sino tange para a missa. Depois, a escola para os pequenos e a roça para os adultos. A' tarde, o sino da recolhida.

Ao morrer do dia os macucos, empoleirando, soltam seus pios merencorios, como gemidos de saudade. Os urús e os chintans na capoeira, os chororós à beira campo respondem-se por todos os recantos. Bandos de passaros verdes — araras, papagaios, maetacás, maracanãs, araguaris, tirivàs, jandaias, periquitos e tuins — numa algazarra infernal, revoam de capões em capões, baixam aos milharais e afinal recolhem-se às matas e capoeiras.

Silvam flechas, estalam pelotadas (1).

De raro em raro, o som plangente de uma viola. Mais ao longe, a dança e o canto monótono dos selvagens, composto apenas de tres ou quatro notas.

E' evidente que a principio não havia iluminação alguma a não ser a da lua e a das estrelas. Só mais tarde é que se cuidou de lampeões alimentados com oleo de peixe e presos às paredes das habitações. Ainda lá por 1830 a Câmara alega que não tem verba sufficiente para a iluminação e aceita a boa vontade de cidadãos que se comprometiam a manter alguns a expensas proprias.

Depois é que veio o gaz e finalmente a eletricidade.

Na rusticidade desse meio, sobressaía, sorridente, uma nota de civilização: a igrejainha, e o Collegio, branquejando entre marmeleiros, figueiras,

laranjeiras, roseiras e cravos vermelhos, segundo o testemunho de Cardim: em manto rústico e sombrio — uma fivela reluzente.

A vida rural se desenvolvia e atraia a si os melhores elementos.

Só nos domingos e dias de festa vinham os fazendeiros à cidade. E como vinham? Os homens a cavalo quasi sempre. As mulheres ou a pé ou em redes. Nos inventarios fala-se em selas de homens, nunca em silhões de mulher. Isto viria séculos depois. As cadeirinhas vieram no meado do século XVII. A primeira que tivemos, segundo Pedro Taques, foi a de d. Maria Mendonça, a fluminense casada com Fernão Pais de Barros, que depois cortou as relações maritais, quando teve indícios de que a sua esposa não era perfeitamente limpa de sangue. (Não deixou descendencia).

Era em redes, nos ombros robustos dos índios, que se descia ou subia a serra do Paranapiacaba, o caminho do mar, por onde, a principio, nem cavalgaduras podiam caminhar, segundo o testemunho de D. Luis de Céspedes em 1628: “Trabajosissimo camino por donde no pueden andar cavalgaduras...” (Citado por A. Taunay).

Eram esses os transportes primitivos. Dos inventarios um apenas, de 1599, fala num “carro velho” e em “bois mansos de carro”. Nunca mais se fala em carro. E a razão é obvia. Sem caminhos

e pontes resistentes, não têm os carros que fazer. Dava-se o mesmo lá pelo Norte.

Não se lêem as palavras *carro*, *carroça*, ou coisa que com isso se pareça. Não se registam os apetrechos do carro: a canga, o canzil, a tiradeira, o fueiro, o tamoeiro. E isto vai até 1746, quando o padre Matias Alves se queixa de que os carros de povo andavam estragando os muros do recolhimento de Santa Teresa. Cheira a novidade!

E' dessa época por diante que se começa a falar em carros e carreiros, nos carreiros do Ipiranga. Mas o Concelho declara que eram ainda "poucos" os carros que penetravam na povoação. E como as pontes miseráveis, de madeira, obras precárias que às vezes ruíam com um simples cavaleiro, não podiam resistir à passagem de carros, havia leis proibindo que os carreiros delas se servissem, mormente se vinham os carros carregados! Os carreiros de Santo Amaro, que por fim supriam S. Paulo de madeira, carvão e gêneros alimentícios, foram vigiados pelos almotacés para que respeitassem as pontes! Que instrumentos de progresso eram essas pontes intransitáveis aos carros, mormente se carregados de gêneros alimentícios! Que estímulo para a lavoura! E por falar em lavoura, era esta a mais rudimentar e primitiva que se pode imaginar. Processos inferiores aos dos gregos e romanos: o machado, a foice, a enxada. Nem sequer o arado de pau, descrito por Virgílio nas *Geórgicas*, nem esse empregaram

nossos antepassados. Ainda no primeiro quartel do século XIX aponta Daniel Kidder essa lacuna da lavoura brasileira. Mas explica-se. Derribava-se a mata, que não se destocava. Depois derribava-se outra e outra, sempre sem destocar. Havia terra demais e mata de sobejo. Plantar em terra de mata virgem era o ideal, ideal facil de atingir. O arado não tinha que fazer nessas circumstancias.

O Morgado de Mateus queixava-se a Pombal, amargamente, da impossibilidade de introduzir o arado em S. Paulo. A isto podemos ajuntar o documento seguinte, de 1800:

"P.^a O SECRETR.^o D'ESTADO SOBRE A INTRODUÇÃO
DOS ARADOS

ILL.mo E EX.mo SNR.' — Foi-me muito re-commendada pelo Off.^o de 4 de Janr.^o de 1798, a introdução dos arados na Agricultura desta Cap.nia, determinando-se-me persuadissem as Camaras a animarem este projecto com premiõs adequados aos esforços, q.' os particulares dos seus Districtos fizessem neste artigo, e mais aproveitamento mostrassem da sua aptidão, mandando-se-me outro sim remetter os processos, methodos, e fabricas uzados na cultura, e preparaçoens dos generos, q.' se exportão, com especialid.e do assucar. Este Off.^o hé sem duvida, EX.mo Snr. hum dos mais difficeis de executar quanto a pr.^a parte, pois nelle se enserra a

necessaria revolução do sistema d'Agricultura tão estreitamente ligado com as vantagens desta capnia e de q.' será por extremo custoso desviar os Povos della, naturalmente afferrados aos seus antigos costumes (2). Hé certo q.' huma vez q.' se introduzisse o Arado, todos pouco e pouco conhecendo os seus proprios interesses, hirião adoptando o seu uzo, e abandonarião o methodo antigo; mas como este não pode ser applicado se não em terras limpas das raizes das Arvores, e Arbustes, q.' cortão p.^o incendiarem no lugar, q.' ha de ser plantado, vem por consequencia a exigir predisposições, e trabalhos, q.' raras vezes os pequenos premios q.' as Camr.ãs poderão adjudicar são capazes de vencer. Alem do q.'o uzo daquella Maquina faz-se mais custoso a quem não sabe servir-se della, e por isto acontece terem sido infructiferas todas as recomendações q.' a este resp.to tenho feito ás Camaras. Mas como este hé hum ponto o mais importante, e essencial p.^a augmentar as riquezas do Paiz, e por consequ.^a as do Estado, parecia-me q.' se S. A. R. mandasse se não dêsse de novo sesmaria alguma sem a condição de Cultivarem huma porção della com arado, q.' era o meio mais facil de vencer todas as difficuldades, e mesmo a inacção em q.' tem estado os Povos até aqui a este respeito, cuja condição se deverá estender mesmo a todas as Sesmr.as dadas, sendo arbitradas segundo a extenção da terra pedida, ou possuida, e as forças do Sesmr.^o a quantida.e

q.' deve dar cultivada cada anno á arado, e impondo-se-lhe huma comminação capaz de tirar todos os obstaculos, q.' aparentem.te tornão impraticavel, tão justa, e sabia providencia. E como já ponderei a estranheza deste instrumento não deixa tirar todas as vantagens, que promette aos q.' ignorão a praxe de servirem delle, parecia-me q.' permittindo S. A. R. a entrada dos Povoadores do R.^o Grande, e S. Catharina p.^a esta Cap.nia, como me foi participada pelo Off.^o n.^o 18, seria de grande interesse p.^a ella repartillos pelas differentes Villas p.^a ensinarem o uzo do arado, fazendo-se-lhes a custa da Camara alguma modica conveniencia em lugar dos premios q.' deverão dar, e mesmo facilitando-se-lhe algumas terras p.^a onde fossem mandadas. Mas não obstante os deffeitos, q.' acabo de notar nos actuaes processos da Agricultura, q' estão pedindo huma activa, e prompta providencia, posso com tudo lizongear-me de ver de dia em dia crescer progressivamente o seu augmento. Quanto os prossessos da Agricultura, q.' se exportão logo q.' me for possivel, farei apromptar hũ trabalho regular sobre este artigo, como V. Ex.^a me determina, contentando-me por ora com lhe participar o referido augmento da Agricultura, q.' promette tantas vantagens a esta pobre Capitania.

Dezejarei mostrar quanto me interesse na prosperid.e do Estado, promovendo quanto posso o bem publico, e com elle o particular destes Povos, q.' go-

verno. D.s. g.e a V. EX.a. S. Paulo 8 de Janr.º de 1800. — Illmo e EX.mo Snr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, — *Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça*. (*Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo*, vol. 29. págs. 142/44).

(1) Asseverei que *estalavam pelotadas*. Nada mais fiz do que seguir a opinião geral de que o bodoque é arma dos indios. Assim pensei tambem até ha pouco. Agora, penso de modo diferente.

Nunca vi o bodoque mencionado entre as armas dos indios primitivos; nunca o vi mencionado com um nome indígena. *Bodoque* é português, tirado do árabe *bondoc*, e ao invés de ser o *arco* que atira a pelota, era a *pelota* que o arco atira. O que se atirava era o *bodoque*.

A primeira descrição que vi dessa arma, e perfeita, foi numa página de Southey, mas sem nome algum e como arma dos meninos nas reduções dos jesuitas espanhois. Depois menciona-o Southey em Santa Catarina. O principe de Wied encontrou-o entre indios do Espirito Santo. Sempre em lugares por onde se fez sentir a influencia do jesuita e sòmente com o nome *português*.

Concluo que é a bésta ibérica, adaptada pelos jesuitas aos pequenos guaranis, em substituição ao arco e à flecha, muito mais perigosos que o bodoque.

(2) “Apesar destas tentativas o uso do arado na lavoura paulista só foi introduzido em 1865 pelos americanos do norte emigrados para S. Paulo depois da guerra civil. Ainda hoje o seu emprego é muito limitado.”

(N. da R.)

CAPITULO XI

PASSO A PASSO

No dia 1.º de agosto de 1591 reúne-se o Concelho com o povo, para deliberarem se teriam o seu vigario e a sua igreja. Resolveu-se uma e outra coisa. Fariam a igreja. Seria vigario o padre Lourenço Dias Machado. Para isso fez-se uma *finta*, como então se dizia. E' a *vaca* da nossa giria atual. *Fazer finta* e *fintar o povo* eram expressões correntes, que perduraram até que sentido pejorativo as fizesse desaparecer. Quem faz uma finta está na tentação de *fintar*, e a frequência das finções acabou alterando a significação dos termos, que vieram quasi a abolir-se.

A vida religiosa de S. Paulo merecia um paciente e aprofundado estudo. Quem lê desapassionadamente as Atas do Concelho e outros documentos antigos, percebe que, ao lado de uma certa religiosidade tradicional; perpassa nas camadas dirigentes um sopro de aversão ao clero, que a todo momento nos deixa ver a sua catadura.

Não é só contra o jesuita, que feria o paulista na sua bolsa e ameaçava-o nas suas bases económicas: era contra o padre. Resistir ao padre, resistir

ao senhor bispo e, se preciso, ao papa, era coisa em que o paulista não titubeava. E às vezes era acorçoado pelas autoridades superiores do mundo governamental.

As expulsões de vigários por parte de paroquianos revoltados, com ou sem razão, são freqüentes; às vezes em series na mesma época. Por vezes os motivos eram fúteis. Dir-se-ia mais um pretexto do que um motivo. Foi assim, por exemplo, com o padre Domingos Albernás.

Este padre, ao que parece, não era nenhum santo e possuía um temperamento proprio a chocar-se com o meio em que vivia. Era decidido e homem capaz de arregimentar a canalha, se necessario, armá-la e, com ela, fazer valer os seus direitos ou o que ele assim considerava. Pelo menos os documentos assim o dão a perceber, o que, aliás, não era caso virgem naqueles tempos semi-bárbaros.

Atropelado, ele volta, afronta os odios e se instala de novo em Piratininga. Certo dia, com direito ou sem ele, apossou-se de um terreno para as bandas do Tabatinguera e tratou de cercá-lo para fazer ali um curral e outras benfeitorias. Mas o Concelho já havia negado esse privilegio aos monjes do Carmo. Boa razão para embargo. Toca o sino! Officiais do Concelho e Povo para lá se dirigem e arrasam tudo. No mesmo dia apparece uma escriptura — que foi reputada refinadíssima pantomima — em que o padre fazia doação do terreno a uma de-

terminada confraria, ficando o padre e uma sua irmã apenas com “usos e frutos”, como diz o texto, durante a vida.

Mas o que é interessante nesse caso são os motivos de todo aquele alvoroço. E’ que os habitantes dos arredores reclamavam “que lhes prejudicava haver sitio naquela paragem, pela devassidão que causava havendo chuva todos os anos, em rezão de virem as molher (sic) descompostas; e como devemos, em rezão de nossos cargos, atender ao bem comum e conformarmos nos e guardarmos as entrelocutorias de nossos antepassados... por nenhuma maneira seja a dita terra aforada a pessoa alguma de calquer calidade e condição, etc.”

Aí temos, em genuína *língua brasileira*, as razões que davam as autoridades do tempo para impedir a “devassidão” acoroçada pelo padre, que não se pejava de construir em lugar onde as mulheres se viam obrigadas a andarem “descompostas” no tempo das chuvas para atravessarem os alagadiços com agua, talvez, pelos tornozelos...

Uma boa lição de moralidade no senhor padre Domingos Albernáas!

Com o senhor bispo travou-se a luta contra os *bangués*. O leitor moderno mal saberá o que fossem os *bangués*. Pensará talvez naquele utensilio do século XIX, em que eu, pequenino e enfermo, ainda fiz uma viagem. Um grande baú de madeira forrado de couro com varais, um burro na frente e

outro atrás e dois negros, um tocando o burro da frente e outro o de trás. De vez em quando a *derapagem* de um burro, mas sem perigo. Era só.

Mas a questão aqui era outra. *Bangué*, a principio, como os dicionários contam, não era isso. Era a padiola em que se transportavam cadáveres de negros. E no tempo em que explodiu a briga com o senhor bispo, só estes bangués existiam em S. Paulo, e a questão foi motivada por eles.

O senhor bispo cobrava uma taxa pelos cadáveres levados no bangué de sua criação, o que, diziam os camaristas, encarecia os enterros dos miseráveis e consumia uma parte do dinheiro que podia ser gasto no sufragio das almas, fazendo-as correr grave perigo na falta de missas libertadoras. A resposta que o senhor bispo deu a esta argumentação de lógica inatacável do ponto de vista católico, é um monumento de sofisma de tal natureza, que me custa vencer a tentação de deleitar os leitores com a sua transcrição.

Mas o que me levou a tratar deste caso foi a atitude do Governador. Fomentou a revolta de modo mais que imprudente. Louvou o Concelho pelo seu proceder, extranhando mesmo que demorasse tanto a assumir aquela atitude, quando a pequenina vila de Itú (foi a de Araritaguaba) já lhe havia dado o exemplo, tomando-lhe a dianteira.

Com quatro pedras foi recebido o breve do papa referente à liberdade dos índios.

Anchietá conservou-nos a memoravel frase da-quele bugre, ao afirmar que receberia a Inquisição a flechadas...

Bulas de excomunhão eram rasgadas por paulistas à cara dos tonsurados.

Em tais atitudes devia andar mais ou menos latente uma reacção de marranos que, transportados para longe do tribunal que perseguia e torturava seus irmãos e que os obrigava talvez a fingir-se cristãos para salvar a pele e os bens, agora davam largas a sentimentos recalcados. Essa mescla de piedade e irreverencia no mesmo ambiente revela duas mentalidades exteriormente aliadas, mas não fusionadas.

E' modo de ver que expresso sem nele insistir contudo, porque até aqui não foi possivel determinar seguramente o quanto de elemento marrano ou judeu impenitente entrou na massa de nosso povo.

* * *

Passemos a outras iniciativas, a outros pilares de nossa evolução social. Já falamos de igreja e padre vigario.

Aos vinte dias de abril de 1589 apresenta-se ao Concelho Andrés Escudeiro, que se oferece para vender carne aos sabados.

O costume de *picar* aos sabados e dias de festa vem até o século XVIII. Mas o açougue é um pomo

de discordia em vez de bênção pacífica. Concedida a permissão de cortar reses a alguém, negava-se ela a outra qualquer pessoa, como era de esperar. Mas acontecia que outros cortavam. O empresario reclamava e por vezes se retirava. Resultado: carencia de carne, clamor da população, desordem. O Concelho intervinha. Dava ordem franca de cortar a quem quisesse fazê-lo, contanto que fosse sob fiscalização dos almotacés. Suspendia-se a ordem. Voltava-se ao normal. E assim iam as coisas, até que no século XVIII se complicaram. Tropas que aqui vieram aquartelar-se montavam açougue proprio. Mas veio o abuso. Vendiam aos de fóra. Os conventos faziam o mesmo. Os empresarios de novo reclamavam ou abandonavam o mister. O Concelho via-se às tontas entre empresarios, tropa e conventos.

Quando se matava fóra do açougue municipal, eram manifestas as inconveniencias: picavam-se reses roubadas, pesteadas, mordidas de cobras, abatidas a chumbo. Esses males só foram abolidos em 1771 com a criação do *Curral do Concelho*, para onde vinham as reses vivas, de modo que se abatessem sob fiscalização.

* * *

Não havia hotel em Piratininga nem coisa que com isso se parecesse. Assim foi e assim tem de

ser no início de uma povoação. Os peregrinos hospedavam-se em casas particulares, quando conhecidos ou portadores de recomendação. Essa hospedagem veio até ha pouco, por assim dizer. E' sabido que as nossas casas comerciais eram hospedarias diarias e gratis para os fregueses do interior.

Mas isto afinal não bastava. Um dia annunciou-se que o Governador vinha de S. Vicente para o Planalto. O Concelho reuniu-se a 10 de abril de 1599 e resolveu "que houvesse um homem nesta vila que tivesse casa de venda de coisas de comer, para que vindo o senhor Governador ache a gente que comer em uma casa certa."

Apresentou-se então Marcos Lopes para satisfazer a essa necessidade premente. Registe-se o nome desse benemérito, que pôs mais um marco na civilização paulista. Que o melhoramento era de fato reclamado. Parece incrível que o Planalto, separado do mar por aquele caminho horrivel, que Anchieta chamou "o mais ruim do mundo", pudesse atrair *touristes*. Pois atraiu, apesar das leis proibitivas de Sua Majestade e de toda a vigilancia do Concelho contra os forasteiros. O que não viesse com objetivos comerciais bem claros e definidos, ou com outros objetivos sãos e à luz do dia, tinham permissão de permanecer apenas oito dias em Piratininga.

Por aqui passavam militares ou civis procedentes do Paraguai em demanda de navios em Santos;

por aqui transitavam os que se dirigiam para o Paraguai.

De uma feita alarmou-se o Concelho à nova de uma extravagante caravana que subia serra acima: “muitos forasteiros passavam por aqui para “Vila Rica, frades em trajes de leigos, leigos em trajes de frades e clérigos, e mulheres em trajes de homens e homens em trajes de mulheres”. Uma farândula *sui generis*, a bem dizer o primeiro carnaval de Piratininga.

* * *

Não era suficiente o hotel. Fazia-se mister uma “vendagem”. O Concelho reunido reconheceu “que era necessario haver nesta vila uma mulher que vendesse, porquanto vinha o senhor D. Francisco de Sousa e gente com ele.”

Apresentou-se uma cigana, que iria regalar as familias de Piratininga com os produtos da terra dadivosa. Viva a cigana Francisca Rodrigues! Bemvinda seja! Piratininga só não acode os ociosos e viciados. Que importa que seja uma cigana? O trabalho é o batismo lustral que opera divinas transmutações e funde numa só irmandade os povos todos da terra. Bendita seja a cigana irmã que veio trazer a sua pedra para o alicerce de nossa vida social. Bendito seja todo suor e todo sangue humilde que cimentou a gloria do presente. As feiras que hoje movimentam as nossas praças nasceram do

seu gesto e da sua iniciativa. Se eu fosse prefeito de S. Paulo, mandaria erguer no largo do Arouche uma estatua, representando uma mulher descalça, de panacum à cabeça, com esta inscrição dourada: *Honra à cigana de 1603!*

* * *

S. Paulo, como todas as demais cidades capitais, devia ter a sua força. E teve-a (1624) “arriba das casas de Aleixo Jorge, onde morou Fernão Marques.”

Longos anos, séculos mesmo, se passaram até que se abolisse em nossa terra esse instrumento de castigo que, espero, ainda mesmo contra a esperança — tal o retrocesso de nossos dias —, não mais voltará às nossas praças nem será substituído pela machada decapitadora.

Mas a força de São Paulo parece que vivia no chão, apodrecendo. O Concelho vivia a erguê-la e ela a cair. Tenho a impressão de que era como boneco em arrozal para espantinho dos chopins... (1).

Pelo menos assim foi até que nos viesse o governo do celeberrimo Saldanha, em fins do século XVIII.

(1) O chopim merece uma nota que a nossa imprensa devia reproduzir, pelo que se vai ler. Anda por aí uma grande confusão entre duas aves inteiramente diversas: o

chopim e o *virabosta*. Não raro, até em publicações beneméritas acerca de nossas aves, depara-se-nos a baralha. Pinta-se o chopim cantando e botando os ovos no ninho do tico-tico!

Ha cinco diferenças bem marcadas entre as duas aves:

1.^o — O chopim, não o virabosta, é o que põe os ovos no ninho do tico-tico.

2.^o — O virabosta, não o chopim, é o nosso galhardo clarinista.

3.^o — O chopim é menor.

4.^o — A fêmea do chopim é côr de café com leite à inglesa, é côr de rapé.

5.^o — o macho do chopim é de côr negra violacea, azulada.

Na zona do Tietê, onde nasci, não ha negrinho de dez anos, de gaiola na mão e bodoque a tira-colo, que faça semelhante confusão. Vão lá dizer-lhe que chopim canta! Ele responderá logo que só se for o das professoras...

CAPITULO XII

SEM LIVREIROS E SEM LIVROS

A principio não havia sombra de livreiro em S. Paulo. De uma feita o Concelho lembrou-se de que, organizado de acôrdo com as *Ordenações do Reino*, precisava de ter um exemplar do código máximo pelo qual se regia e que, de vez em quando, seria necessario consultar. Mas onde adquiri-lo? Afinal conseguiu-se um exemplar, que andou à matroca, e que um dia, de tão gasto, foi necessario encadernar. Não se diz como e onde isso se fez nem posso imaginar o que seria uma obra de encadernador onde não havia livros para encadernar. Talvez que algum seleiro se encarregasse desse mister nas horas vagas: quem sabia pôr albarda em lombo de cavalgadura, devia, *ipso facto*, saber pôr lombadas e capas de couro em livros estragados.

Da vida intelectual da Metrópole, e do mundo, quasi que não havia sequer reflexos pálidos por aqui. E' verdade que o desenvolvimento da Colonia veio já quando a Metrópole começava a entrar “numa austera, apagada e vil tristeza”, que se iria acentuando em tudo, agravada pelo guante de ferro da Inquisição, que torturava os corpos, comprimia

os intellectos e violentava as consciências. Máquina infernal de estagnação e aniquilamento.

O gênio erasmiano de Gil Vicente emudecera e outros gênios nascituros iam morrendo na casca, certamente.

O que do espírito ainda podia viver, algumas plantas raquíticas e contorcidas, iam para o Norte, para onde se transplantara Lisboa em miniatura, com os tribunais, os letrados, a fidalguia e os vícios. Nada disso em S. Paulo. Longa foi a noite de ignorancia e pobreza em que se arrastou a nossa capitania.

Já se observou que, nos inventarios até hoje publicados, só uma mulher soube assinar o seu nome, e essa, Leonor Siqueira, não era paulista, mas baiana, da melhor nobreza. Casara-se com um bandeirante paulista que atravessara os sertões e fora ter à Baía: Luis Pedroso de Barros.

Na Baía é que as mulheres nobres não somente sabiam assinar os seus nomes, porém chegaram às vezes a cultivar aprimoradamente o espírito.

E' mesmo coisa de admirar naquelas eras, em que os prejuizos que cercavam a educação feminina privavam a mulher das luzes da instrução mais rudimentar.

O Mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro era um paulista que daqui abalou para o Norte. Foi casado tres vezes, uma em S. Paulo e duas em Pernambuco, na familia Lins. Suas filhas,

lá, eram letradas, havendo uma que “fala com toda a elegancia os idiomas Latino e Castelhana, tem grande lição da Historia e he celebre na promptidão, com que discorre sobre qualquer materia. Tem composto muitos elogios latinos, dignos certamente da luz publica.” (D. Domingos de Loureto Couto, citado por Basilio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonia*, pag. 151).

Ao passo que mulheres baianas dissertavam em latim, as pobres paulistas experimentavam os resultados de um preconceito estúpido, mas generalizado em Portugal e até expresso clàssicamente: “Foge da mula que faz *him!* e da mulher que sabe latim!” Conceito filosófico, poético e, até, rimado, para melhor se gravar no espírito dos pais e dos educadores ensebados cujas graves sentenças cheiravam a pitadas de rapé...

Corroborando esse ambiente educativo, vinham as ordens regias e alvarás proibindo a imprensa no Brasil. A primeira que se fundou, no Rio, por Isidoro da Fonseca, foi trancada após curta duração por ordem regia de 10 de maio de 1747. E assim foi até a vinda de D. João VI.

Tudo devia ir para a Metrópole e receber ali o *placet* do tribunal hediondo, vergonha de Pedro e de Cesar ao mesmo tempo.

Veja-se lá se era possivel fomentar a instrução popular em tal ambiente! Se era possivel haver escolas disseminadas e convenientes sem livros esco-

lares! Aprendia-se a ler, quando se aprendia, em cartas e outros documentos manuscritos, que eram copiados, recopiados e estropiados, na cacografia inconcebível da época, um verdadeiro caos, e na sintaxe ou antes — na quasi absoluta falta de sintaxe, tal como se vê nos documentos oficiais, daqui como de Portugal. Vem de longe a tal *lingua brasileira*...

Só em meados do século XVIII começou a cobrar-se o *subsídio literario*, imposto destinado a fomentar o ensino primario e a literatura adequada.

Não foi iniciativa de S. Paulo nem era privativo desta capitania: era de todo o Brasil e foi uma das medidas de grande alcance promovidas pelo espírito esclarecido de Pombal: uma larga parcela no *haver* de quem arcava com tamanho *deve* em sua vida de ditador abominado.

Enquanto Vieira embasbacava o auditorio no Maranhão com os seus sermões admiráveis; enquanto Gregorio de Matos, na Baía, fazia faiscar o lâtego da sua sátira tremenda na corcova do “nariz de embono”, provocando a gargalhada das turbas e a ira dos poderosos, dos tiranos e relapsos — S. Paulo dormia beatificamente numa lamentavel falta de cultura. O ambiente era tão afastado do mundo, tão ensimesmado no isolamento do Planalto, entre o mar vazio lá embaixo e a selva densa cá encima, que é de admirar viessem a medrar, aqui, um frei Gaspar, um Pedro Taques. Não sei se haverá mais alguém. Nos inventarios, que vem até os umbrais do século

XVIII, é de espantar a miseria de livros que ali se observa e a inopia dos raros que se encontram. D'aí o estranho de se haver encontrado um testamento, que, feito no sertão, era escrito contudo no verso de uma página em que havia, manuscritas, umas estancias dos *Lusiadas*!

Tudo tem o seu reverso. Foi esse isolamento que gerou S. Paulo, com a sua rudeza inicial, mas, em seguida, com a sua feição inconfundivel, sem imitações exóticas; sem copia servil do que nos vinha caquético e rançoso de além-mar; sem artificialismos constringentes, deformantes: S. Paulo, êle mesmo e só êle, de camisa e cuecas de algodão, mas com o seu equilibrio, a sua iniciativa, o seu senso prático, e afinal a sua cultura sólida, até onde pode haver solidez nas culturas incipientes, como a nossa. Foi esse isolamento que gerou o paulista, a principio não sòmente bronco, mas às vezes, até, duro e cruel; por fim, o paulista desbravado, apenas fechado, de pouca prosa, mas de energia, ação, trabalho, constancia na luta, perseverança heroica no infortunio; o paulista, enfim, de espirito aberto para tudo quanto faz o brilho da civilização lá fóra, tudo o que é verdadeira ciencia, verdadeiras letras, verdadeiras artes. S. Paulo, à frente na ascensão do Brasil.

O malsinado “non ducor duco” — que não brotou em coração paulista, mas no de alguém que se identificou de alma e coração com esta terra — o

“non ducor duco”, considerado calma e objetivamente, sem bairrismos pequeninos, foi uma como fatalidade histórica, nascida das circunstancias especiais de Piratininga: um surto inconciente para a chefia, uma chefia de quem não queria ser chefe, mas que tinha de o ser, sem que o buscasse nem o quisesse; chefia de quem marchava na frente porque aprendeu a marchar sòzinho, abandonado pelos outros à sua sorte madrasta, que ele soube vencer e transformar numa vitoria. Quando dava acôrdo de si, estava marchando e conduzindo, para seu bem e bem dos outros, forte e pachorrento, como o boi que arrasta o carro sem consciencia da força que seus músculos encerram.

Aprendeu a respirar o ar sadio de uma independencia selvagem, uma sêde inextinguivel de liberdade, que foi o seu broquel no passado. Quando eu tinha oito para nove anos, em nossa vida rural, meu pai me obrigava a copiar *todos os dias*, antes de qualquer exercicio, estes conceitos encontrados num catecismo cívico de Feijó, símbolo de S. Paulo:

“Amar a liberdade,
aborrecer a escravidão,
procurar o bem público,
evitar o mal da patria
— é o dever do cidadão.”

Dizem alguns que o paulista de agora é de outra estofa — um tanto desfibrado. Não o creio. Quero

descer ao túmulo sem o crer por um instante. Espero em Deus que me poupe o horror de um ocaso sombrio, em que não mais possa acreditar na têmpera de meus filhos e de meus netos. Deus não ha de permitir que eles maculem a tradição de seus avós.

* * *

A instrução secundaria e superior de S. Paulo, até o século XIX, consistia em mestres de latim, retórica e filosofia disseminados pelas cidades principais.

Tudo ainda cheirava à orientação medieval, ao *trivium*, sem atingir o *quadrivium*, da velha escolástica rotineira. Muito de imaginação e de memoria, pouco, apenas o *quantum satis*, da razão crítica. Nada de física, de química, de historia natural. Nada de laboratorios para a conquista da natureza, orientação que principiava a dominar especialmente nos povos nórdicos emancipados e que os poria à frente da civilização.

Quando, em 1796, por aí assim, Martim Francisco, recém-formado em engenharia militar, propôs a criação, aqui, de uma cadeira de geometria, sua proposta não foi aceita, embora considerada com simpatia. Ainda haviam de decorrer varios anos até que o quadrado da hipotenusa, perfumoso, despontasse “no horizonte negro da pedra”...

Os paulistas da minha idade entendem essas reticências; os novos, se tiverem curiosidade, vão lá interrogar os velhos.

Nesse mesmo tempo (1796) foi que se suspendeu o regimento acerca das sesmarias, por faltarem geómetras no Brasil que o pudessem executar.

Só em 1827 traça-se novo rumo à cultura de S. Paulo, com a criação da *Academia de Ciencias Jurídicas e Sociais*. Mas ainda aí a orientação é arcaica. O curso preparatorio consta de: latim, francês, inglês, retórica, filosofia moral e racional, geometria, historia e geografia. Não se fala em física, em química, em historia natural. Não era, pois, de estranhar que, no meu tempo de estudante, um velho professor da nossa Academia, que se apre-goava sociólogo, se admirasse um dia ao ler que o ar também tinha peso... Parece pilheria, mas é fato.

CAPITULO XIII

O HOMEM E A SELVA

O português que para aqui vinha, ou por vontade sua, ou em virtude de algum sucesso calamitoso que o atingiu e aos seus, tinha diante de si uma tremenda, uma iniludível fatalidade: a selva bravia, de indios, cobras, jaguares, crocodilos, rios caudalosos, serras invias e doenças ceifadoras. E a selva lhe dizia: "Ou tu me abates ou eu te elimino!". Não havia tergiversar nem procrastinar, se não quisesse viver precariamente de carnes silvestres, peixes e frutas esporádicas. E' mister não perder nunca de vista a pressão formidanda que exerceu este dilema na alma do colono e de seus filhos, brancos ou mamelucos. Do contrario jamais poderemos fazer plena justiça à atuação crua e violenta do colono, que o ambiente transformava nos seus hábitos e na sua psique. Voltarei a este assunto mais minuciosamente em capítulo ulterior; por enquanto direi apenas que o colono tinha de penetrar no seio dessa floresta, de derribar essa floresta, de explorar essa floresta, para ganhar a sua vida e a dos seus. Nela foi buscar, a principio, na maioria das vezes,

a propria companheira de existencia... E o filho herdou a sorte do pai.

E lá vão mergulhar-se no seio tenebroso desse mundo verde, imenso, apavorante no seu augusto silencio plurissecular, de árvores cujas copas desafiam a flecha do gentio e o pelouro dos bacamartes.

Lá vai êle, o sertanista, chapéu de feltro de abas largas, gibão de couro forrado de algodão, onde morrem as pontas agudas das setas envenenadas, botas de couro de veado mateiro, facão em punho, bacamarte a tiracolo.

Varias eram as armas, que se lêem nos espolios bandeirantes: bacamarte, escopeta, arcabuz, colubrina, clavina.

Num inventario se fala em espingarda *indiana*, noutro em espingarda de seis tiros (!?). Esta novidade devia ser preciosa aos olhos cúpidos dos sertanejos, para quem uma arma de fogo que inspire toda a confiança parece valer mais do que tudo. Foi disputada em leilão.

Fala-se tambem, formando curioso contraste com um canhão, em espingarda *taquari*, nome que ainda hoje dá o povo às espingardinhas de calibre mínimo, em que o cano se parece com uma *taquari*. Quanto me recordo de uma, de dois canos, linda peça da afamada casa Laporte, do Rio, trochada de aço, calibre menos que 36, que ainda guardamos como reliquia de familia e com a qual, de menino,

matei o meu primeiro macuco, numa tal explosão de júbilo que parecia arrebentar-me o coração.

Na companhia do sertanista, por vezes, armado à semelhança do pai, vai o filhinho, de dez anos ou pouco mais. E' aí, nessa forja sem parelha, que se vai temperar o aço daquelas vidas que seriam a "raça de gigantes", cujos feitos espantaram a Saint-Hilaire.

Que leva essa gente para sua alimentação? Milho para plantar, sal e farinha de pau, isto é — farinha de mandioca. Não é demais insistir para evitar funestas confusões, que de inicio não havia em S. Paulo outra farinha senão a de pau ou de guerra — a de mandioca.

O mais, sairia da floresta mesma que eles iam conquistar e explorar: a carne silvestre, o peixe, as frutas, as raizes. Se acabava a provisão de farinha, o que freqüentemente acontecia e não havia roças de mandioca e milho, e escasseava ou faltava de todo a ave, a caça de pêlo, o peixe dos rios — os sertanistas passavam a roer certas raizes, que apenas lhes conservavam as vidas. E durante semanas e meses levavam os paulistas essa existencia de anacoretas, num depauperante jejum, que se suporta com sacrificio na vida do anacoreta, mas somente com milagre na vida do sertanista, que reclamava o máximo das energias, em diapasão alto e constante.

Só os paulistas conseguiram esse milagre; mas nessa quaresma braba milhares de vidas sucumbiram.

Como foi dura a conquista de nossa terra! Como sofreram nossos heroicos avoengos! Rolam hoje os nossos automoveis, faiscando, por sobre caminhos asphaltados que encerram os ossos de nossos maiores, dos que morreram cadavéricos da fome que trouxe a nossa fartura e a nossa grandeza...

Quando aquele rude Domingos Jorge Velho daqui partiu para a destruição dos Palmares, entre Pernambuco e Alagoas, levava consigo mil e duzentos ou mil e quatrocentos companheiros, brancos, índios, mamelucos. Foram tais as privações, a fome e a sede que passaram, sem falar nos perigos e nas doenças, que muitos desistiram da jornada; e morreram tantos, que os que lá chegaram não atingiam o numero de setecentos!

Só os paulistas foram capazes de tais proezas. Não é um bairrismo tolo o que me leva a escrever estas palavras, que poderiam cheirar a quixotismo: foram os governadores das capitanias do Norte os que disseram isso; foram eles os que me contaram o que eu ia morrendo sem conhecer. Foram eles os que escreveram a Sua Majestade que sem os paulistas seria impossivel a destruição dos Palmares, como provavam todas as tentativas anteriores, de holandeses e brasileiros do Norte, sempre resultando em malogro irremediavel. E alegavam esses governadores exatamente o que acabo de dizer: o soldado do Norte não sabia passar as privações dos paulistas. A conquista dos Palmares reclamava perseverança,

e sucedia que, em se acabando as provisões de boca, a farinha e a carne, as forças abandonavam as selvas, porque não se contentavam com as raízes de que se nutriam os bandeirantes, nem sequer as conheciam.

São múltiplos os documentos concordes neste testemunho. Não os reproduzo aqui para não tornar indigesto o meu pequeno trabalho.

Mesmo depois de arrasada a infeliz república de negros, alegavam as autoridades do Norte que, se os paulistas não permanecessem por lá, voltariam as coisas, em breve, à situação do passado. E foi por isso que eles lá ficaram e lá se tornaram proprietarios e fazendeiros.

A força que acabou vencendo os Palmares não foi apenas de paulistas, certamente, e o ímpeto decisivo, que pôs termo ao reduto formidavel, deveu-se especialmente à bravura das forças do Norte, reforço vindo à ultima hora, quando, completado o cerco, as reduzidas forças dos paulistas, exaustas e famintas, não poderiam sózinhas arrematar a empresa. Mas isto não invalida o que acabo de dizer.

Entre os testamentos ha um, o de Afonso Dias, que é minucioso no que respeita ao aviamento do sertanista. Vou transcreve-lo em parte, na sua *lingua brasileira*, para gaudio dos que hoje a preconizam... Apenas, para clareza, colocarei vírgula ou ponto e vírgula separando as idéias e as

cláusulas, para não fatigar o leitor e farei a transcrição na ortografia moderna.

“Declaro que sou casado com Antonia de Paiva, minha legítima mulher, de que tenho duas filhas legítimas e uma natural (sic), as quais são herdeiras na minha fazenda o que declaro se achar neste testamento; declaro que as meninas legítimas se chamam uma Maria da Conceição e a outra Maria da Luz.

Declaro mais que minha mulher fica pejada de sete meses; sendo que venha a dita criatura a lume, herdará como as demais; e a dita natural se chama Benta; achando-se que seja justo conforme as leis de Sua Majestade, entrará com as mais a herdar na minha fazenda; deixo que se me digam dez missas a Nossa Senhora do Carmo por minha intenção; outras cinco a Nossa Senhora da Conceição; outras cinco ao Anjo São Miguel; outras cinco às almas do Purgatorio; da fazenda que se me achar pagarão estas missas.

Declaro que se me prometeu em dote de casamento duzentas braças de terras das quais não estou inteirado delas por escrituras; mais chãos para dois lanços de casas na vila, com seu corredor e quintal e o necessario para se fazer as casas, telha e madeira e pregaduras; do mais do que se achar no rol estou entregue; restando de minha terça alguma coisa, deixo às legítimas; devo quatro ou cinco patacas a minha sogra Francisca Cordeiro pouco mais ou me-

nos; declaro que trago dois negros (indios) de meu tio Rafael de Oliveira, o moço, os quais me deu de amor em graça, para me ajudar a *buscar a minha vida neste sertão* (Guarde o leitor todo o trágico desta expressão, de que iremos precisar); diga-se mais uma missa a Nossa Senhora do Socorro, que lh'a devo; devo mais tres missas a Santo Antonio; mais uma ao pai do santo; declaro que aqui em minha companhia trago minhas armas, a saber: minha espingarda e meu terçado, e o meu gibão de armas, mais quatro libras de polvora, mais doze libras de chumbo, mais seis braças de corrente com trinta colares (O leitor adivinhará logo para que servem estas coisas); mais seis camisas e tres ceroulas; duas bombachas de algodão; mais duas toalhas de rosto e duas de mãos (Nunca de pés); mais tres gibões, dois de pano de algodão e um de bombazina; mais cinco guardanapos; mais quatro varas de pano de algodão; um lençol de dois panos; mais uma rede e um cobertor; umas almofadinhas; mais um cabeção de estamenha e um capote e um chapéu; mais tres machados e uma foice e um facão; mais um tacho de seis ou sete libras; mais tres foicinhas; um baú de boi; mais uma carapuça de pano, mais duas navalhas e uma lanceta, e uma pedra de afiar; mais uma forma de munição com seu candieiro; mais um estojinho; trago mais uma bocetinha com pedra hume e verdete e outras miudezas; mais seis ou sete carreiras de alfinetes; mais duas colheres de

prata; mais dois molhos de fumo; mais um bolinho de cera; fazendo Deus alguma coisa de mim, será entregue esta minha fazenda a meu irmão Pascoal Dias Rodrigues, etc.”

Dessa pobreza, que mais tarde passou a ser miséria, é que nasceu, afinal, a opulência de S. Paulo. Dessa fragua nunca deixou de sair aço de boa tempera. A prosperidade sólida nasce quasi sempre das grandes aperturas. As civilizações que começam de automovel, acabam, nas mais das vezes, no carro de bois, e não raro, a pé.

CAPITULO XIV

O CORAÇÃO BANDEIRANTE

(Página íntima)

A fama da crueldade dos bandeirantes, exagerada por jesuitas, como Charlevoix, que não poderiam escrever desapassionadamente, fez com que escritores modernos ainda se referissem a S. Paulo antigo como sendo um conglomerado de facínoras.

Não pode haver maior injustiça. Sem dúvida que a rudeza dos tempos, agravada com o segregamento nas selvas, havia de formar homens não somente fortes, porém duros e, por vezes, crueis, já o dissemos. E a distancia que nos separa deles, a diferença dos tempos e do ambiente em que respiramos, fazem com que difficilmente nós mesmos possamos render justiça a nossos antepassados.

Espoliados, espezinhados pelo governo da Metrópole — que tudo sugava da terra e quasi nada fazia retornar em beneficio da terra — os paulistas por vezes se exasperaram. Mas era bastante um gesto de bondade e consideração da parte de “Sua Majestade que Deus guarde”, e ei-los derretidos de gratidão e prontos aos maiores sacrificios, de seus bens e de suas vidas, pela Corôa e seus

prepostos. Um governo suave, que mostrasse um pouco de interesse pela sorte da Capitania e de seus filhos, punha-os de rastos aos pés da autoridade, fieis e maleaveis, como esses touros gigantescos que uma criança pode conduzir. São conhecidas as palavras do Morgado de Mateus acerca dos paulistas: “São os paulistas, segundo a minha propria experiencia, grandes servidores de Sua Majestade. No seu real nome fazem tudo que se lhes manda, expõem aos perigos a propria vida, gastam sem dificuldade tudo quanto têm, e vão até o fim do mundo, sendo necessario. O seu coração é alto, grande e animoso, o seu juizo grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, fortes e sadios, e capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos.”

Foram assim nossos avós, não essa congêrie de bandidos que o despeito e a calunia espalharam pelo mundo: ouro envolto na ganga, mas ouro de lei.

De uma feita alguém me disse: “Não gosto desses Campos, bandeirantes. Foram muito crueis com os indios.”

Quem assim falava, descendia, como eu, dessa familia bandeirante... Havia lido, creio, a suposição errônea de que o *rio das Mortes* assim se chamava em virtude da carnificina tremenda feita por Antonio Pires de Campos na tribo dos caiapós, dos terriveis caiapós.

O caso se presta a comentarios e oferece materia succulenta para encher o título que dei a este

capitulo sentimental. Estou em casa. Falo dos meus, e o pequeno estudo que vou fazer, pensando em meus filhos e meus netos, servirá para as demais estirpes bandeirantes. O leitor me perdoará a intimidade desta página, que nasceu de uma ficção, esboçada para ser lida em família.

Antonio Pires de Campos descendia de Filipe de Campos (Vanderburg) e Margarida Bicudo (Furtado de Mendonça), pais de Manuel de Campos Bicudo, de quem, segundo dizem, era filho (?) Antonio Pires de Campos (1).

Desse mesmo casal descenderam ainda o padre Filipe de Campos, o ilustre padre Estanislau de Campos, jesuita, Francisco de Campos, José de Campos Bicudo (meu 5.º avô), Bernardo de Campos Bicudo, Nuno de Campos Bicudo, Ana de Campos, Maria de Campos Bicudo, Antonia de Campos (em Pedro Taques, *Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, pag. 130, vem “D. Antonio de Campos”, em vez de “Antonia de Campos”, que se lê no inventario de Filipe de Campos, (Vol. XXI dos Inventarios, pag. 247), Isabel e Maria (em Pedro Taques “Margarida Bicudo”, em vez da simples “Maria” do inventario).

O testamento, ao declarar os filhos, como acabamos de ver, não menciona filho varão por nome *Antonio*; ao passo que em Pedro Taques aparece aquele “D. Antonio”, que não sei como ler. Por outro lado, no testamento (pag. 246) pede Filipe

de Campos que seja enterrado com *seu filho Antonio de Campos* “na matriz desta vila”.

Confusões que não sei desmanchar, mas que no momento pouco importam. Deixo aos competentes a destrinça.

A mulher de Filipe de Campos, Margarida Bicudo (minha 6.^a avó) era irmã de Beatriz Bicudo, mulher de Antonio Raposo Tavares.

Não tenho o testamento do meu 7.^o avô, capitão Manuel Pires, chefe dessa estirpe de bandeirantes, sogro de Antonio Raposo Tavares e que, pensam alguns, talvez fosse tão grande como o genro. Foi casado com Maria Bicudo e ao que parece morreu abintestado. Mas a esposa deixou testamento e é nele que vamos estudar o coração bandeirante.

Do genro deste casal, Filipe de Campos (Vanderburg), diz Pedro Taques: “A familia Campos, da capitania de S. Paulo, teve origem em Filipe de Campos, natural da côrte de Lisboa, da freguesia do Loreto (filho de Francisco Wanderburg, natural de Anvers, do Estado de Flandres, e de sua mulher Antonia de Campos, natural de Lisboa, como consta dos autos *de genere* de Filipe de Campos, que foi clérigo, processado em 1671 (*Câmara episcopal de S. Paulo*, autos, letra F., n.^o 1.^o, do maço 1.^o). Este Filipe de Campos era pessoa de nobreza e tendo acabado os estudos de gramática no collegio de São Antão, o mandaram seus pais para a universidade de Coimbra: tinha feito algumas matrículas, quando

por accidentes do tempo e extravagancias de estudantes fez uma morte, cujo successo o fez sair de Coimbra; e porque ainda na Côrte e casa de seus pais não podia viver seguro, gozando a liberdade de passear publico; tomou a resolução de se passar ao Brasil a meter tempo em meio. Veio para a cidade da Baía onde então o provincial jesuíta era sujeito de seu conhecimento, e com o mesmo passou a S. Paulo atraído já de amizade que tinha conciliado com religioso natural de S. Paulo, o padre Vicente Rodrigues, que o recomendava aos parentes, e muito mais a seus pais, para que o casassem com sua irmã Margarida Bicudo, por ser pessoa de conhecida nobreza e homem estudante e de boa capacidade.

Com effeito, chegou a S. Paulo Filipe de Campos, onde foi tratado com agasalho urbano dos paulistas da primeira nobreza, e entre eles o capitão Manuel Pires, para quem vinha recomendação da Baía, do filho o padre Vicente Rodrigues. Agradou-se tanto o capitão Manuel Pires, do dito Filipe de Campos, que veio a tomá-lo por genro. Casou na matriz de S. Paulo, a 9 de agosto de 1643, com Margarida Bicudo, filha do capitão Manuel Pires e de sua mulher Maria Bicudo, ambos naturais de S. Paulo. *Em titulo de Bicudo*, cap. 1.º, § 3.º. Foi Filipe de Campos cidadão de S. Paulo, em cuja republica serviu repetidas vezes os cargos honrosos dela, e muito mais sendo adornado de muita civilidade, cortês política e boa instrução, com lição da

historia, por cujas prendas se fazia estimado e aplaudido geralmente. Faleceu com testamento a 18 de dezembro de 1681.”

Aí temos o perfil intelectual e moral do meu venerando avoengo, do qual tambem descendeu Antonio Pires de Campos, que na linguagem pitoresca de Pedro Taques “foi na praça Adonis e no sertão Marte”, “açoite do bárbaro gentio *caiapó*.”

Assassino “por accidentes do tempo e extravagancias de estudantes”, pecados veniais da época, era F. de Campos inteligente, estudioso, culto, afavel, cortês. Dois de seus filhos foram padres, ilustres pelo saber e pelo caráter, Filipe de Campos e Estanislau de Campos, que foi professor de Pedro Taques. Não dava um passo Rodrigo Cesar de Menezes sem consultar o padre Estanislau de Campos.

Nada existe, a não ser o lapso da juventude em Lisboa, que possa macular a memoria de Filipe de Campos no Brasil; e alguma coisa achamos para aboná-la. Resgatou o seu passado.

E ha para mim um testemunho infinitamente mais valioso do que o de Pedro Taques, em seu favor, uma pedra de toque a toda prova, um testemunho infalivel no tempo e no espaço: o da sua sogra! Louvor de sogra! A minha santa avòzinha Maria Bicudo deixou-nos no seu testamento um comovente testemunho em favor da sua filha Margarida e do seu genro Filipe. Foi esse testamento que eu com-

pulsei sinceramente comovido, neste piéguismo caipira, de que aliás não me envergonho.

Faço falar minha avòzinha, que deixou como seu testamenteiro o querido genro Filipe de Campos; vai palpar o leitor um genuino ambiente bandeirante. Mais genuino era impossivel.

“Declaro que (*faço doação a meu*) genro Filipe de Campos da metade das casas que tenho na vila de S. Paulo, com a metade do quintal, a qual doação quero que tenha força e vigor”.

As palavras grifadas, entre parentese, são minhas. Ha falha no texto. Por essa doação se vê a estima em que era tido pela sogra o lisboeta Filipe de Campos. Isto quanto ao genro. Agora ouçamos os conceitos acerca do casal: “Declaro que ordeno em meu testamento que se dê da minha terça a minha filha Margarida Bicudo uma moça e um rapaz solteiro, e porquanto o não tenho solteiro e *tenho recebido boas obras da dita minha filha e seu marido*, mando que, em lugar do rapaz, lhe fique um moço por nome Garcia o vaqueiro”.

Os grifos são meus, assim como a virgulação, para suavidade da leitura.

Temos aí a gratidão de uma mãe para com um casal de bons filhos. Vejam lá se não nos ha de ser grata essa revelação dos sentimentos que animaram tais avoengos! Mas vamos adiante. “Declaro que antes que meu filho Salvador Bicudo fosse para o sertão, sabendo eu que estava jogando umas peças

com Manuel Veloso, e tirando eu as minhas peças de caminho, trouxe um rapaz e uma rapariga que eram do dito meu filho, que dizem tinha perdido; assim que lhe peço se componha com o dito Manuel Veloso e me desencarregue minha consciencia”.

Dívida era coisa sagrada para o antigo paulista, inclusive a de jogo, como aqui se vê. “Desencarregue a minha consciencia”! Essa frase revela o “metal muito fino”, de que falou o Morgado de Mateus, citado acima. E’ o antigo pundonor paulista, de que se orgulhava Feijó, a honradez bandeirante.

Prossigamos. “Declaro que tenho fio para uma peça de pano, o qual deixo a minha filha Margarida Bicudo, que reparta pelos pobres mais necessitados que houver, e em particular deixo se dêem dez varas de pano a uma pobre viuva, mãe de Domingos Antunus, mestre da capela, que Deus tem, e assim mais repartirá a minha roupa branca, toda a que se achar entre minhas filhas, do modo que lhe tenho ordenado... e rogo a meus testamenteiros e *em especial a Filipe de Campos*, faça por minhas coisas como eu fizera pelas suas, etc.”

Aí temos os pobres contemplados, e de novo, destacados os nomes da filha Margarida e do genro Filipe de Campos.

E agora entremos na questão aguda. Essa casa era de um sertanista que possuiu dezenas ou centenas de *negros*, isto é, de índios, e também de tapanhunos (negros de Guiné). Como seriam tratados

esses escravos na casa da minha santa avôzinha? Oh! minha santa, não me desmanches o prazer desta pesquisa! Não dês ganho de causa aos caluniadores dos paulistas! Vamos! “Declaro que tenho duas negras da terra, de meu serviço, as quais têm alguns bastardos, que dizem serem de brancos; mando a meus herdeiros que, aparecendo-lhes pais, lh’os entreguem pagando-lhes sua criação, e quando lhe não apareçam, peço pelo amor de Deus os tratem como brancos e lhes dêem o ensino necessario”.

E’ verdade que aí se encaram especialmente os filhos bastardos das indias; mas quem tinha esses sentimentos para com os filhos, certo que não seria cruel com as mães. Todo esse testamento respira suma bondade e nobreza de alma. Prova a mais: “Declaro que em meu testamento ordenei e deixo por forro a um negro (indio) por nome Ambrosio, obrigado a servir a meu filho Salvador Bicudo, e porquanto meu intento não é cativá-lo, ordeno de novo que sendo que morra meu filho, o deixo de todo livre e desembargado para poder servir a quem lhe parecer dos meus herdeiros”.

— Finalmente: “Peço a meus filhos e herdeiros se hajam bem nas partilhas como bons irmãos, e não movam dúvidas de donde possam nascer alguns escândalos, e lhes encomendo o bom trato da gente da terra, não os vendendo nem alheando; nisso descarrego minha consciencia sobre eles”.

Deus te guarde e prospere na glória, doce avô-zinha, que forneceste a um neto, séculos decorridos, o argumento irrefragável em favor do coração bandeirante!

Ora bem, não era natural que desse ambiente ou tradição saísse a suposta *fera* que se chamou Antonio Pires de Campos. Sem dúvida que esse “Mar-te” do sertão, ao buscar os terríveis caiapós, não afrontava as selvas para fazer cafuné em cabeça de bugre. Reduzir caiapós era, em caso de resistencia, matar ou morrer. Ele matou. O leitor pense o que faria em seu lugar, antes de atirar a primeira pedra. Encare, desapaixonada e sinceramente, as fatalidades da época e do meio.

Mas, ainda assim, perguntemos até onde iria a crueldade desse meu heroico consanguineo. Cedo a palavra ao Dr. Washington Luis:

“Poucos como ele sabiam aliar, no desesperado viver do sertão, uma perfeita prudencia e uma coragem calma; manter com seus subordinados o respeito e a benignidade, de modo a ser deles temido e amado.

Quantos bandeirantes, sentindo a falta do amparo moral do cabo, as privações do sertão, vendo sepultar um companheiro ao pé de uma árvore, *amuavam* ou *empacavam*, tornando-se praças mortas, inválidos que acompanhavam a expedição como testemunhas de vista ou que desertavam fazendo malograr a empresa.

Conhecedor disso, Antonio Pires de Campos fazia-se adorar por seus subordinados, de que se tornava companheiro e amigo, a tal ponto que, terminada a empresa, todos dele se despediam com lágrimas.

Os indios, seus administrados, e ele possuia uns 600 na sua fazenda Itaici, chamavam-lhe *Pai-Pirá*."

Basta. O capítulo já vai longo e o Dr. Washington Luis rematou-o com chave de ouro, que nem de encomenda eu conseguiria!

(1) Ao dar Antonio Pires de Campos como *filho* de Manuel de Campos Bicudo, pus um ponto de interrogação entre parêntese. Creio que anda aí um desses cochilos que bem mostram como nossos historiadores se vão copiando uns aos outros, às vezes numa passividade incrível.

Dizem eles que Antonio Pires de Campos, com escassos 14 anos, acompanhou o pai numa expedição do ano 1673.

Vejamos se isso é possível.

Manuel de Campos Bicudo, apregoado pai de Antonio Pires de Campos, era, como vimos, filho de Filipe de Campos. Era o terceiro filho. Guarde bem o leitor esta observação.

Ora Filipe de Campos casou-se em 1643. Suponhamos que lhe nascesse um filho por ano (hipótese um tanto forçada). Manuel, pai de Antonio, teria nascido em 1646. Seguindo para o sertão em 1673, tinha apenas 27 anos. Se levava um filho de 14, esse lhe nascera quando ele contava apenas 13 anos! Devia ter-se casado pelo menos aos 12 e com essa idade gerado aquele filho!

E incrível que um absurdo desse tamanho, que vem boiando à flor d'agua, ande por aí copiado e recopiado pelos nossos melhores historiógrafos!

Onde foram eles achar essa historia dos 14 anos? Nem Pedro Taques nem Silva Leme mencionam tal circunstancia.

Busquemos o gato, que anda por aí escondido. Por esses dois autores se vê que o tal "Adonis" e "Marte" não era filho, porém neto de Manuel de Campos Bicudo. O pai também se chamava Antonio Pires de Campos, mas este era um pacato cidadão, que constituiu calmamente o seu lar e mandou às ortigas as aventuras sertanejas. Em duas ou tres linhas Pedro Taques e Silva Leme dizem o que ele foi. O filho, apesar de Adonis, ou talvez por isso mesmo, faleceu solteiro.

O que se deu foi o seguinte. Em 1769, Antonio do Prado Siqueira escreveu de Cuiabá uma apreciação acerca do nosso "Adonis" ou antes do nosso "Marte". Confundiu-o com o pai, o pacato fazendeiro do mesmo nome e deu-o, pois, como filho de Manuel de Campos Bicudo. Foi esse Antonio do Prado Siqueira quem falou nos 14 anos. Consulte o leitor o vol. XI, pag. 319, 2.^a ed. da *Rev. do Inst. Hist. Bras.*

Pegou o engano e d'aí por diante não houve mãos a medir.

Manuel de Campos Bicudo fez 24 entradas no sertão. Morreu em 1722.

O neto, pelos cálculos que faço, lá por 1702 bem poderia ter acompanhado o avô nalgumas dessas entradas, vinte anos antes de falecer o velho bandeirante. É coisa para se averiguar. O neto, e não o filho, é que foi o "açoite do bárbaro caiapó."

Este ponto de nossa historia está pedindo revisão.

O Barão do Rio Branco, nas *Efemérides*, diz que Antonio Pires de Campos fez uma entrada no sertão em 1682. Este expedicionista só poderia ser o *pacato* filho de Manuel de Campos Bicudo, que, pelos meus cálculos, devia, exatamente, estar com 14 anos. Mas, é claro, não poderia ser chefe de expedição. Só estaria ali em companhia do pai. E

em 1682 o “Marte” e “Adonis” ainda estaria “no calcanhar do avô” como diz o povo. Pois se o futuro pai só tinha 14 anos!

Não é nada incrível que o filho de Manuel de Campos Bicudo fosse ao sertão aos 14 anos, em companhia do pai, e ficasse curado para sempre, para nunca mais voltar àquelas *delicias*, que o filho homónimo galhardamente afrontaria anos depois.

Mas ainda temos alguma coisa a respigar. Pedro Taques, falando de uma das expedições de Manuel de Campos Bicudo, dá-lhe a data de 1653, mas dizendo que a punha em dúvida. Em dúvida! Pois se o pai de Manuel de Campos Bicudo era Filipe de Campos; se Filipe de Campos se casara em 1643; se Manuel era o seu 3.^o filho — e quem no-lo diz é Pedro Taques — certamente que em 1653 Manuel teria, no maximo, sete anos!

É o caso de duvidarmos com Pedro Taques...

Estou, porém, certo de que a data 1653 foi um erro de impressão. Pedro Taques teria escrito 1683 ou mesmo 1693.

CAPITULO XV

O COLONO E O JESUITA

Em regra, quando se fala na *luta com os jesuitas*, pensa-se em alguma coisa que se passou só em S. Paulo, que foi privativa da nossa capitania e, mais particularmente, da nossa Piratininga. Puro engano. Piratininga ainda não existia e a luta já estava travada. Travou-se bem cedo na costa antes de se travar no Planalto. E saiu da costa de S. Vicente para se travar nas demais capitanias do norte, à medida que se iam instalando.

Tinha de ser assim. Era um embate serio, inevitavel, entre um idealismo cristão e uma tremenda fatalidade económica, que não era ditada apenas pelo interesse — e ainda menos pela crueldade — mas pela propria existencia do individuo e sua prole.

A primeira leva de jesuitas que aportou às plagas brasileiras representava ainda a fase inicial da Companhia, com todo o seu ardor, seu entusiasmo e sua sinceridade.

Não traziam no coração outro ideal que o de livrar as almas indígenas da perdição eterna. Morrer sem batismo, sem conhecer a mensagem do

Evangelho — era mergulhar-se o homem nas chamas da eterna perdição. Urgia salvá-lo desse abismo.

Querer enxergar nessa leva heroica de homens de fé intuitos políticos, planos imperialistas já nesse tempo, é forçar a nota e fazer injustiça àqueles varões admiráveis. E impossivel ler desapaixonadamente as *Cartas* dos inacinos sem perceber que eram intemeratas as suas intenções, que só os movia a paixão das almas.

Sem dúvida que esse ideal se corrompeu mais tarde, como se corrompeu a propria Companhia. Não se confundam Anchieta e Nobrega com Sanchez, Molina, Mariana ou Escobar. Mas para que irmos tão longe? Não se confunda Anchieta com Vieira. Em Anchieta, nas suas cartas, nos seus escritos piedosos, sente-se a seiva do Evangelho, o suco divino do Novo Testamento. Até um calvinista sente-se bem a seu lado, toma-o por mestre e guia na piedade. Num domingo de comunhão, lerá os seus singelos mas quentes versos sobre a eucaristia e sentir-se-á edificado. Respira-se ali a singeleza dos Evangelhos. Mas esse herege calvinista não tomará um sermão de Vieira para leitura dominical, porque seria estragar o seu domingo. Ele sentirá a impressão de uma *piedade profana*, por mais estranho que pareça o consorcio desses dois vocábulos. Sente-se em Vieira o genio, mas um genio que tem algo de mefistofélico.

Vieira nos poderá levar até o *Hieron*, ao passo que Anchieta pode conduzir-nos ao *Naós* (1). Vieira poderia criar a piedade de atrição, Anchieta a da contrição.

Vieira brinca com as coisas sagradas. Para bajular a côrte e os grandes, não trepida em fazer a Bíblia comparsa das suas bajulações.

Mas passemos, mesmo porque Vieira é uma personagem tão extraordinária e complexa, que é fácil fazermos-lhe grave injustiça numa apreciação sumaria.

Lutando pela liberdade dos índios, no início da sua missão religiosa no Brasil, os jesuítas representavam, ainda que pela metade, uma santa aspiração que se tornaria universal — o ideal de liberdade, o combate à escravidão, semente que viveu afogada pelos espinhos, até que pudesse um dia vir à luz, num surto que os povos julgaram definitivo, sem admitir que ainda vissem, pasmados, o retrocesso da hora presente.

Quando o choque se deu, eles estavam nesse período de idealismo puro.

Mas não demoraria muito o verme corruptor. Veja-se, por exemplo, o que sucedeu no que respeita ao tráfico. A Companhia, por seus estatutos, não podia traficar. Enveredar por esse caminho seria expor-se a tentações fatais e perverter os fins para que fora criada. Nóbrega adquire umas vacas para alimentação dos meninos do Colegio. São quatro,

apenas, em Piratininga. Criou outras na Baía. Chegaram a sessenta. Era uma pequena fazenda de criação, uma estancia embrionaria.

Nóbrega não estava pensando nisso. O que o preocupava era apenas a boa alimentação dos colegiais, que iam crescendo em número dia a dia. Mas o padre Luis da Grã pressentiu o perigo. Aquilo tinha *ares* de tráfico. Era preciso cortar o mal pela raiz. Nóbrega reclama, com a maior pureza e sinceridade. Mas quem estava mais certo era o padre Luis da Grã. O futuro bem o demonstrou.

E assim, uma idéia pura em si mesma continha os germes de uma futura perversão. Os jesuitas do Brasil vieram a traficar, e de tal forma o fizeram, tão ao sabor da ética comercial, não teórica, mas *prática*; tais acusações atraíram sobre si, que o Geral, para salvar a reputação da Companhia, teve de mentir vergonhosamente, diz J. Lucio de Azevedo, afirmando desconhecer um tráfico que já vinha de anos e era de grandes proporções!

Mas ainda aqui, procuremos ser justos. Essa degeneração não nasceu do que era criminoso. Não foi o amor do lucro, a cobiça do ouro que levou os jesuitas a comerciarem. Eles continuavam desinteressados, com a sua batina rostida, o seu chapéu ensebado, a sua mesa simples e frugal. As suas propaladas riquezas nunca puderam encontrar-se. Foi essa, até, uma das decepções de Pombal. Os jesuitas foram arrastados na vasa de uma fatali-

dade. Pedindo para si terras e mais terras e, nas reduções, o poder temporal e espiritual, pediam, quisessem ou não quisessem, a criação de um estado no estado. Iam, mesmo sem o querer, com o acréscimo das reduções, erguer um dominio temporal, que exigia o que eles proprios a principio possivelmente não sonharam: toda uma organização civil e uma ampliação económica. Era fatal. E eles foram ao léu das aguas. Organizado o trabalho, aí vinha a produção, que reclamava escoamento. E isto tudo num crescente. Não podiam parar, e ainda menos retroceder. O seu comercio era garantia da sua expansão missionaria, e esta reclamava o aumento do comercio afim de se desenvolver. Um círculo vicioso que deixava longe o primitivo ideal.

Os jesuitas sofriam guerra não só do elemento civil, que representava o lado económico, mas ainda de outras ordens religiosas, que não podiam concorrer com eles nem no preparo intelectual, nem na organização prática, nem, sobretudo, na envergadura moral. Tambem o clero secular, sem vocação e em grande parte devasso, tinha neles um látego implacável e não os podia amar. As *Cartas* aí estão para dizê-lo. No meio sórdido daquela corrupção clerical passava altaneira a batina impoluta do jesuíta. O pecado do jesuíta não era o da *carne*, mas o do *espírito*... Da sua agudeza mental — qualidade para ser jesuita — nasceram as *escobarderies*... Da consciencia da sua superioridade mo-

ral brotava-lhe o orgulho espiritual, que o fazia imperialista. Quando o elemento civil reclamava o seu afastamento do governo das aldeias, cuja direção espiritual ficaria entregue ao clero secular, o jesuíta resistia, alegando a incompetencia moral de semelhantes guias. E era sincero nesses temores mais do que justificáveis.

Da propria inferioridade dos outros surgia o despeito que ia dar forças à campanha civil na questão dos indios.

Mas a sua attitude nesta questão foi aos poucos atenuada e modificada. Entraram em jogo as *subtilezas*. Aplicaram-se aos pobres indios os principios consagrados nas guerras europeias, nas quais os prisioneiros se tornavam escravos, quando as guerras eram *justas*. Bem se pode ver o criterio que se applicaria em lutas nas selvas, entre bugres, para saber quem estava com a justiça! E como se, perante a moral e a caridade cristãs, os prisioneiros, mesmo das tais guerras justas, devessem ficar escravos para sempre! Escamoteações que davam em resultado a escravidão do bugre.

E os jesuitas passaram a ter escravos como os outros. A escravidão dos prisioneiros de guerra ficou sancionada e abriu caminho para a *escravidão* tão sòmente. Aliás desde o tempo de Anchieta que eles tiveram *negros* para seu serviço; e Nóbrega reclamava o dízimo do arroz para que não lhes fosse necessario ter escravos na lavoura.

Veremos adiante o que succedeu no tempo de Pombal.

E aqui é o momento de tratarmos de um ponto geralmente escuro.

Estranha-se por vezes, e com razão, que esses mesmos homens, que assim se batiam pela liberdade do bugre, não sòmente nada alegavam contra a escravidão do negro, mas ainda a fomentavam, até mesmo para sossego do indio. Papas, reis, governadores, ordens religiosas, todos, numa incongruencia berrante, procediam assim, com dois pesos e duas medidas. Genios como Vieira não enxergavam essa antinomia que entra pelos olhos de um cego, que fere os mais brancos raciocinios. Mas os acusadores dos jesuitas não percebem que atrás disso devia estar uma razão, um argumento, que satisfazia a todas as inteligencias da época, de maneira que, para elas, não havia tal contradição. A contradição existe para nós, é dos nossos tempos.

Aqui está a explicação, segundo creio. O negro — dizia-se — é descendente de Cam, filho de Noé. Ora está escrito (Gen. IX-24 e 25) que Noé, despertando da bebedice em que o pusera Cam, exclamou: “Maldito seja Canaan (o mesmo que Cam): ele será escravo dos escravos de seus irmãos.”

Era, pois, destino traçado na propria Biblia e com a sanção de Jehovah. Vieira deixa isto claro num de seus sermões. Era um caso, portanto, fóra de toda discussão. E aí temos uma exegeze literal,

.miseranda, produzindo a escravidão de uma raça!
Como a Bíblia é funesta quando interpretada à luz
dessa exegese ronceira, que veio até nossos dias!

* * *

Encaremos agora o elemento civil. No capítulo intitulado *O homem e a selva* já preparei o espírito do leitor para o que agora passo a lhe dizer.

O paulista — ou antes o colono — estava em face de uma contingencia tremenda: ou vencer a selva, ou sucumbir em seu seio. Para vencer a floresta virgem não lhe bastavam os dois braços que Deus lhe dera. Fazia-se mister outra ajuda. Outros braços tinham de entrar em cena. Onde buscá-los? Contingencia velha como o planeta!

Se houve um caso de *materialismo histórico*, na genuína concepção de Marx, foi esse do colono em face da premencia da selva. Os testamentos aí estão como placa fotográfica a nos dizer o que era essa fatalidade. O sertanista, que deixava a esposa grávida, como vimos, e se embrenhava no sertão hostil, declarava que o fazia para buscar ali *a sua vida*. É essa a frase, e ela traduz toda a tragedia da situação. A *vida* era o indio.

Terrível coisa é essa luta entre um ideal belíssimo — como era em tese a liberdade dos indios — e a prosaica e esmagadora realidade material da vida.

O jesuíta pôde sentir, ele mesmo, essa colisão. Como é sabido, Vieira, embaixador de Portugal na Holanda, propugnava, para consecução da paz com essa nação, a entrega de Pernambuco e de Angola. E argumentava: — “Sem Angola não ha negro e sem negro não ha Pernambuco.” Pernambuco, sem Angola, seria para a Holanda um elefante branco.

Era argumentar com a mesmíssima lógica empregada pelo colono com relação aos indios. Os casos eram perfeitamente iguais. A única diferença estava no texto bíblico.

Mas não é só. Com o crescer das reduções cresciam tambem as responsabilidades dos jesuitas. Complicava-se o mecanismo. Para que as suas fazendas prosperassem, era mister que houvesse braços, que se aumentasse a escravatura india, a qual crescia com os célebres *resgates*. E ela se aumentou. De maneira que ao decretar Pombal a completa libertação do indígena, clamaram os jesuitas, alegando o descalabro do seu mecanismo económico e governamental. Argumentavam, agora, exatadamente como os bandeirantes paulistas, e seus irmãos do Norte, haviam argumentado anos atrás.

Ajunte-se a tudo o mais o fato de serem as reduções nucleos de concorrência irresistivel, atentas as diferenças da vida monacal e a da existencia leiga; a isenção para o jesuita de impostos que pesavam sobre a sociedade civil; as mil concessões e privilegios de que a Companhia gozava; o seu presti-

gio na Côrte anulando as pretensões dos colonos — e poder-se-á fazer justiça à rudeza do movimento que, no norte como no sul do país, deu em resultado a expulsão dos jesuítas, mais de um século antes da expulsão definitiva levada a cabo pelo braço de Pombal.

Mas é preciso confessar que, nesse periodo caótico da nossa historia, onde quer que se encontre um traço inconfundivel de ordem, organização, civilização, ali estava o dedo do jesuita. Quando ele foi retirado, no governo pombalino, tudo isso se deliu pela incompetencia dos que lhes sucederam na obra da catequese, já de si tão difficil e precaria.

Que seria o resultado final da educação jesuítica, que se fez sentir durante um século no comunismo guaraní do Paraguai? Seria um estado de *pariás* — diria o cônego Fernandes Pinheiro. Não vamos a tanto, mas de acôrdo com todos os compendios de *historia da educação* que até hoje pudemos consultar, *nemine discrepante*, cremos que os seus métodos educativos, por mais brilhantes que fossem, não tendiam à formação do homem forte e cheio de iniciativa. Criariam o espirito *gregario*, mas não o de sociedade varonil. O comunismo guaraní, de um século, no Paraguai, parece-me um argumento *ad hominem* em favor de minha tese. Tudo aquilo se desfez como as mumias de cinza de Pompeia, à simples penetração do ar nos lugares em que jaziam. Um século devera ser período de tempo

suficiente para a criação de personalidades, e onde as ha a obra de um século não desaparece com essa facilidade.

Pode-se dizer, sem retórica nem literatice, que a civilização jesuítica era uma *sinfonia inacabada*...

(1) *Hieron* e *Naós* são palavras gregas que se encontram frequentemente no Novo Testamento. *Hieron* era todo o quadrilátero que é vertido por *templum* no latim neotestamentario. Dentro dele é que se achava o *Naós*, também vertido por *templum*, o que gera uma lamentavel confusão. *Naós* era propriamente o *Santuário*, o edificio que continha o *Lugar Santo*, separado por uma cortina do *Santo dos Santos*.

O *Hieron* encerrava o *atrio dos gentios*, onde Jesus procedeu à purificação do Templo, enxotando os bois, mandando retirar as aves e revolvendo a mesa dos cambiadores. Uma balaustrada separava este atrio do *atrio das mulheres*, onde se deu a cena da viuva que pôs a sua moedinha no gazofilacio. Outra balaustrada separava este atrio do atrio dos *varões de Israel*. Além deste, vinha o *atrio dos Sacerdotes*, com o *Altar dos sacrificios* diante da porta do Santuario, onde só os sacerdotes podiam penetrar, e isso mesmo só no *Lugar Santo*, pois além da cortina, no *Santo dos Santos*, só penetrava o Sumo-sacerdote, uma vez por ano,

CAPITULO XVI

FESTAS

Monótona era a principio — e ainda depois — a existencia bandeirante. Divertimento, fóra a caça e a pesca, era o jogo. Isto quanto à vida masculina. A feminina mal podemos suspeitar. De portas a dentro, reclusas pelas gelosias na vila ou mergulhadas no interior das casas que não tivessem gelosias; na rua dentro de redes cobertas por tejadilho, que negrões transportavam em demanda do templo, as mulheres paulistas deviam levar uma vida de insipidez martirizante, vistas por nós assim a distancia e à luz das liberdades modernas. O que vale e consola é que o espírito humano se acomoda às circunstancias e tem muitas maneiras de acomodá-las a si. É bem possível que as nossas avós, se ressuscitassem e lessem o que estou a escrever a seu respeito, sorrissem e dissessem: “Nem por isso...”

Parece mesmo que havia uma certa aversão aos festejos. A principio só se fala em festas de igrejas; touradas que as acompanhavam, só vieram depois, ao que parece. As festas de obrigação eram quatro, sendo a mais célebre a de *Corpus Christi* ou *Corpo de Deus*, que figura em nosso folclore;

“Amanhã é dia santo,
dia de Corpo de Deus:
quem tem roupa vai à missa,
quem não tem faz como eu.”

As touradas eram à espanhola, de verdade. Numa das Atas se fala em certa tourada na qual foram abatidos vinte bois. Não era brincadeira, como se dava em Minas, segundo as *Cartas Chilenas*. E entre as façanhas que se narram em abono da força muscular do bandeirante, está aquela de Antonio de Oliveira Leitão (vai por conta de Pedro Taques) que, por entre aplausos delirantes, de um golpe de espada decepou a cabeça de um touro!

Vieram depois as cavallhadas, no século XVIII, e Sorocaba e outras vilas tiveram-nas ruidosas e concorridas.

Quando em 1763 o Concelho soube, de cabelos eriçados, que uns malucos ou mal intencionados se lembravam de abrir uma *ópera* (era assim que se denominava o teatro), na rua de S. Bento, foi um Deus nos acuda! Aquilo, pensavam os camaristas, era a perdição das famílias! E deram para trás com tais maquinações do demonio. Mas afinal o demonio venceu e a ópera se abriu. Bem se pode ver o que seria semelhante teatro! Certamente uma mestiçada pernóstica arvorada em atores e a declamarem dramalhões em que entravam egipcios, gregos e romanos, pois até o século XIX foi mais ou menos isso.

Para o Concelho só se admitia teatro como o dos jesuitas, os Autos ali na praça do Colegio, ao ar livre. Tudo o mais era infernal.

Se essa reação exagerada soa irrisoriamente à mentalidade moderna, não menos é certo que ela nos põe à luz uma certa severidade de costumes da família bandeirante. O teatro era incompatível com a pureza que se reclamava da alma feminina. Era essa, especialmente, que o Concelho procurava resguardar. Esposa e filhas, no teatro, era caminho certo de descalabro e perdição. Laços frouxos para o homem, apertados até o martirio para a mulher. Foi essa a vida doméstica do bandeirante. Dupla moral em tudo condenável.

No sábado de aleluia era o Judas, enforcado ou esquartejado, o pau de sebo com o dinheiro no peito do traidor, dinheiro que a petizada disputava de peias nos pés e bolsos cheios de areia. Em 1830 a Câmara proibiu esta diversão, mas foi debalde, por que ela veio até o fim do século XIX, e creio que ainda perdura em localidades do *hinterland*.

Outra diversão era o entrudo, que assumia proporções às vezes meio brutais e acarretava cenas desagradáveis. Também este, na sua forma exagerada, foi proibido naquela data, mas ainda se permitiam as laranjinhas, as laranjinhas de cera, azues, amarelas, rosadas, tremelicando de água nos taboieiros e depois voando para se espatifarem nos costados dos pacientes. Ou então, para serem quebra-

das, diplomática e carinhosamente, nas costas dos que se debruçavam ás janelas... Principalmente se eram homens e de roupa de brim de linho... Depois, muita constipação e muita pneumonia, a esva-ziarem as bolsas dos pais de familia e a encherem as dos médicos e farmaceuticos. Mas era tudo tão alegre e tão gostoso que no ano seguinte voltava aquele mesmo entusiasmo, aquela mesma loucura. E ao escrever estas linhas, ó minha pena, como tu corres cheia de saudade, rangendo sobre o papel, porque vejo tudo isso esbatido nas brumas da minha infancia, que ainda assistiu a tais cenas, que ainda viveu tais alegrias!

Por fim veio o carnaval, não isso que aí temos, porque a principio não foi assim: era menos ruidoso, menos variado, um tanto insípido — só se mascaravam os homens — mas sem as inconveniencias do divertimento de agora.

Em junho, a festa de S. João, o baile na “Casa Grande” e o samba no terreiro, ao crepitar da enorme fogueira, estralejando e chispando a cada passo, a cada passo fomentada com lenha abundante para que atravessasse a noite. Valsas sentimentais na Casa Grande, batuque selvagem dos africanos lá fóra, ao som do tambaque, do tambú e da puíta, ao ritmo dos pandeiros de soalhas tilintantes, por cujas bordas os dedos calosos dos tangedores tiravam sons metálicos, lembrando o vôo da parará. E o pobre do santo levado em procissão ao córrego, para ser

lavado em noite branca de geada! Tudo isso eu vi, tudo isso eu vivi, tudo isso eu palpei na minha infancia... Tudo isso era nosso, muito nosso, infantil e sinceramente nosso.

E as roqueiras estrugindo, e as bombas, e os traques, e as rodinhas chismando, e as estrelinhas piscando no escuro, e os pistolões bufando e cuspidendo fogo, e os buscapés rojando rasteiros em abruptos zig-zags, e os belos e trágicos balões, que punham sorvetes nas entranhas dos lavradores, ameaçando os canaviais; e os rojões místicos, derramando nos ares lágrimas multicores, que pareciam deslizar untuosas pelo cetim macio e azul de um céu tranquilo... Ó noites inesquecíveis, que vos fostes, mas que aí ficastes a projetar o vosso clarão intenso no fundo escuro da nossa grande saudade!

O leitor nos ha de perdoar estas derramadas de pieguice: os crepúsculos se comprazem em lembrar os arrebois...

* * *

Falei nas festas de igreja, festas reais, que a Coroa impunha a que as autoridades eram obrigadas a assistir, sob pena de multa ou de prisão: *Corpus Christi*, S. Jorge, Santa Isabel, Anjo Custódio.

Festas de colorido tão oriental, tão mourisco, tão profano que nos custa perceber o que nelas ha-

via de realmente religioso. O leitor vai apreciar, dentre varios, um edital do Concelho referente aos preparativos para a festa de *Corpus Christi*, que foi, em Piratininga, apenas um pálido reflexo do que era em Portugal. E' de 1741.

“Os officiaes do Senado da Camara desta cidade de S. Paulo que de presente servimos por bem das ordenações de Sua Majestade que Deus guarde, etc. Por este edital indo por nós assinado e na forma dele e seu cumprimento fazemos a saber a todas pessoas desta cidade que para o dia do Corpo de Deus tenham as suas testadas por onde ha de passar a procissão limpas e varridas e as portas e varandas ornadas com colchas ou sedas na forma costumada nos mais anos e outrossim caiarão as suas paredes e muros, tapando as covas e buracos que tiverem a rua (sic) junta às suas testadas, pena de que o que assim não fizer ser (sic) condenado em dois mil reis e trinta dias de cadeia, e assim mais todos os cidadãos e republicanos e pessoas boas desta cidade e fóra dela duas leguas no dito dia se achem na casa da Camara para acompanharem o estandarte para a igreja matriz, de onde ha de sair a procissão, tambem debaixo da mesma pena, e os taverneiros porão pelas ruas por onde passar a procissão palmas na forma nos mais anos costumada, e outrossim os officiaes mecânicos darão suas dansas e com elas acompanharão a procissão, e as padeiras darão a PELA, para o que nomeamos a Mariquitas Viegas

para a preparar e cada uma dar o que lhes tocar, e as quitandeiras darão tambem a sua para o que nomeamos a preta Páscoa de Maria de Siqueira por cabo, para que as mais concorram com o que lhes tocarem (sic), debaixo da mesma pena, e para cabo das palmas nomeamos Antonio do Couto, e para que chegue à noticia de todos e não alegarem ignorancia, mandamos passar o presente edital, o qual será lido pelas ruas públicas e fixado no lugar costumado.”

Pusemos em versalete a PELA. Segundo os nossos dicionarios era uma rapariga que ia a dansar no ombro de um dansarino. Era assim em Portugal de antanho; resta saber se aqui era idêntica a sua função. Não o dizem as atas do Concelho.

Á medida que decorrem os anos essa festa se vai simplificando e afinal a figura da *pela* não mais aparece mencionada. ⁽¹⁾

Essa simbiose de piedade e carnaval era agravada com os escândalos freqüentes ocasionados pelo clero. De uma feita a Câmara, o ouvidor e os proprios clérigos se retiraram escandalizados, e a Câmara recorre a Sua Majestade que Deus guarde, porque o vigario impugnara o padre que devia prègar de acordo com a Câmara, e isto só porque era seu inimigo figadal. De outra feita o vigario acusa os almotacés de não haverem concorrido à festa. Estes se defendem, alegando que lá estiveram, mas de

lá se retiraram em virtude das altercações entre dois padres sobre quem devia ou não devia prègar. Não poderiam certo imaginar sequer esses almotaçes que um século mais tarde, em pleno século XIX, essa mesma Sé presenciaria, não uma simples altercação entre padres, mas um pugilato entre cônegos, em que sairia punhal e correria sangue...

É de admirar como, em tal ambiente, ainda se conservasse o sentimento christão na familia brasileira. É que: "*Spiritus ubi vult spirat; et vocem ejus audis, sed nescis unde veniat, aut quo vadat: sic est omnis qui natus est ex spiritu.*"

E assim a fé vive, mesmo a despeito da impiedade official.

* * *

Outra festa concomitante e apreciada, que veio até o século XIX, era a de S. Jorge.

Admire o leitor o indumento e os apetrechos do santo em 1789, "Inventario de todos os preparos do Senhor S. Jorge, que costuma sair na real festa do Corpo de Deus, e são os seguintes."

PRIMEIRAMENTE

A imagem do Senhor S. Jorge inteiriço.

Uma capa de veludo carmezim forrada de chamlote branco e galoadada de galão de ouro.

Um chapéu de veludo preto com galão de ouro.

Uma lança e broquel.

Um cocar de plumas brancas.

Um cinto de veludo azul agalado.

Uma bandeirinha de nobreza guarnecida com renda de ouro.

Uma bandeirinha de chamalote encarnado guarnecida de renda de prata com uma cruz de espi-guilha no meio.

Um broquel com as armas reais.

Uma sela com capa de veludo encarnado, com dois coldres do mesmo veludo.

Um jogo de estribos de cobre dourado.

Uns chaireis de veludo carmezim bordados de ouro com franja.

Duas guardas de veludo verde guarnecido de franja de ouro.

Uns arreios de veludo carmezim e uma ferragem inteira de cobre dourado.

Umás cabeçadas com suas redeas, tudo com ferragem dourada.

Um freio de ferro.

• Duas cilhas de algodão feitas na terra.

Tres rabeiras de fitas, e além destas vinte dois pedaços de fitas lavradas e lisas.

Um vestido de ferro com elmo e capacete.

Quatro macinetes de flores.

Seis parafusos de ferro.”

Ia assim, marcial e bizarro — com ou sem galicismo — o lendario santo dos ibéros.

Conta-nos o sr. A. Egidio Martins que na véspera do dia festivo (isto já no século XIX) havia à noite uma passeata, com archotes, em que desfilavam todos os animais que deviam tomar parte na festa, enfeitados com fitas de varias cores, para grande gaudio da rapaziada, que se divertia em soltar buscapés, pondo em polvorosa a cavallhada que, aos corcovos, atropelava o povo.

Chegava o dia. Por ordem do governador uma brigada do Corpo de Permanentes devia acompanhar a imagem e prestar-lhe duas vezes continencia. O Parque de Artilharia salvaria com 24 tiros a saída da procissão, e com outros 24 a sua entrada.

À frente — sigo o mesmo narrador — vinha a cavalgata de S. Jorge: tres cavaleiros negros, vestindo calções amarelos, coletes vermelhos, capas agaloadas da mesma cor e chapéus com plumas. Dois deles tocavam clarins de “sons descompassados”, enquanto o outro ia tangendo dois timbales. Seguiam-se os figurões da cidade, em cavalos que não primavam nem pela galhardia do porte nem pela riqueza dos jaezes, mas afogados em fitas de varias cores. Depois, o Anjo da Guarda, e S. Jorge, montados em cavalos brancos. Dois soldados, ao lado do santo guerreiro, o seguravam para não cair. Vinha o Santo empunhando uma lança e um escudo em que

havia no centro uma cruz branca. Rematando tudo, o *Casaca de Ferro*, montado num cavalo preto, com armadura de folha de Flandres, bandeirola vermelha com uma cruz branca, e um escudo, também ornado de cruz branca.

A última procissão em S. Paulo realizou-se a 30 de maio de 1872. ⁽²⁾

(1) Nenhum dos nossos dicionários propõe um étimo à palavra *pela*.

Havia a *pela* — ou *pella* — bola que deu nome ao conhecido jogo medieval, e que na Galiza se chamava *penla*. Prende d. Carolina Michaelis o vocábulo ao latim *pilula*. E dá à outra *pela* — a rapariga que dansava nos ombros “de uma mocetona” — o mesmo étimo, com sentido alterado ou mutação semântica.

A mim, porém, me parece que esta *pela* é contração simples de *puella*, mocinha, como comprova um texto citado pela própria romanista eximia e saudosa: “Saltatorum humeris nixae sua membra puellae flectabant crotali gestu imitante sonos.” (*Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, pág. 900).

Da significação de *moça que dansava*, passou o termo a significar *dansa que ela executava*.

E na Galiza se cantava a linda quadrinha:

“Baila, nena, baila, nena,
e non pares de bailar,
que as estrelas tamen bailan
sin perder seu alumar.”

(2) Em 1811 a Câmara resolveu um festejo, “visto o beneficio que o céu havia dimanado sobre o Brasil, de edificar nêle a nova côrte de Sua Alteza Real e de perpetuar a felicidade desta nova parte do mundo e seus habitantes, com o ramo recém-nascido de sua augusta familia”.

Quinze dias antes devia sair um bando, com um carro elevado puxado por bestas, e gente encoberta, indo no mesmo carro uma figura que significaria Mercurio a apregoar o bando, com outra figura ao lado que representaria a Fama a tocar um clarim com as armas reais na mão direita.

Nesse mesmo dia sairia edital da Câmara permitindo os brincos do povo, até que a Câmara começasse as suas funções. Haveria festa de igreja, sermão e missa cantada. Pela tarde se repartiria esmolas entre os presos, em carros enramalhados que se ajuntariam no largo do Tabatinguera, carregado de mantimentos e carne, seguidos de música do regimento e acompanhamento do governador, do bispo e republicanos.

A’ noite haveria ópera franca e iluminação. Esta iria até o último dia das cavalhadas, que eram quatro. Nos intervalos destas vinham os carros, com os diversos brincos entretidos pelos oficiais de varios officios: os carpinteiros davam um navio com suas dansas à maruja; os alfaiates com outro carro e suas dansas; os sapateiros com suas contradansas e cavalinhos de cestos (?); os seleiros, ferreiros e mais officios dariam tres noites de encamisadas, além de um carro com suas contradansas, brinquedos estes distribuidos ao arbitrio da Câmara nas tardes e noites de cavalhadas e touros, tudo com músicas pelas ruas e no largo do palacio. No último dia dos touros, se possivel, mais uma ópera franca, ou então — e agora o leitor decifre, que eu não posso fazê-lo — “suprido com o Parnaso a que se prestam os officios combinados, com seu outeiro.”

CAPITULO XVII

A MOEDA E O COMERCIO

Sendo este pequeno livro de pura divulgação, que não pretende mais do que apresentar uma *facies* geral da economia paulista, não entrarei em profundezas económicas para as quais aliás não disponho de escafandros.

Começarei por dizer que no principio de nossa Capitania não havia moedas no Planalto. Os productos do solo eram moedas entre si: trocavam-se. Um pouco mais tarde, com a cultura do trigo, assumiu êle, especialmente, o valor de moeda, como no Maranhão eram os novelos de fios de algodão ainda depois de Vieira.

Afinal surgiu a moeda, não a moeda papel, que só vigorou de 1810 em diante, mas a moeda metal, ouro e prata, para o commercio maior, cobre para o commercio miudo.

As antigas moedas real, ceitil, dez reis, vintem e varias outras foram aos poucos desaparecendo.

O leitor moderno ver-se-á atrapalhado com as *patacas* e os *cruzados* dos inventarios, sem falar em outras moedas que eu aprendi aos sábados, na escola regia, em taboadas *músicais*, com a classe inteira a

berrar, ao ritmo, às vezes, da *beneméríta* Santa Luzia...

O cruzado (400 réis), a pataca (320 réis), o real, o ceartil, o dez réis, e outras moedas desapareceram.

Nos testamentos e inventarios encontra-se às vezes uma moeda que não tem outro nome senão *moeda*, e vale 4\$800 réis.

Duas outras podem confundir o leitor, o *peso* e o *real*.

Peso era propriamente moeda espanhola, como ainda se vê no Uruguai e na Argentina. Depara-se-nos aqui e ali nos inventarios com o valor exato da pataca, 320 réis.

O *real* pode ser também português ou espanhol. O português tem como plural *rèis*, e não se mostrou afinal senão como unidade de referencia. Não assim o espanhol. Esse tem como plural *reales* e vale 40 réis. Quando o *Tratado descriptivo do Brasil em 1587* diz que um navio, de passagem, vendeu no Rio, em 1583, trigo argentino a *tres reales* a fanega, quer dizer a *120 rèis a fanega*.

Os juros legais que predominavam eram *oito por cento*. Juros altos, para a época, pensamos, atenta a pobreza da Capitania. Calvino, apregoado pai do capitalismo moderno — balela que Sombart desfez em poeira — Calvino, se a memoria não me

traí, reduziu-os em Genebra a cinco por cento, nada mais. ⁽¹⁾

No século XVIII (o século da miseria), como era de esperar, baixaram a *seis e quatro*. São esses os juros que vamos encontrar nos inventarios de Ubatuba, que são do final daquele século. Nas Minas, porém, foram reputados por demais baixos, atentas as circunstancias especiais do dinheiro naquele ambiente de *jogo da bolsa*, por assim dizer, em que o capital corria, sem dúvida, riscos especiais e onde tudo se adquiria por um preço fabuloso. Foi então permitido que ali vigorassem dez e até doze por cento.

A quebra do dinheiro trouxe graves consequências à Capitania e provocou reações extremadas, ao ponto de ficar S. Paulo sem obedecer às ordens régias e mantendo um padrão que não era o de Portugal nem o de outras regiões irmãs.

Às vezes a quebra só se dava aqui, vigorando em Portugal tabela diferente. O resultado era que os traficantes e agiotas achavam mil maneiras de se apossarem das nossas moedas, afim de as transportarem para a Metrópole, onde o seu poder adquiredor era maior. ⁽²⁾ Tornou-se porisso urgente cunhar moedas que só pudessem correr em terras brasileiras.

O commercio de S. Paulo foi pobre e veio a ser miseravel. Bem se podem ver as causas desse fato. Para esta Capitania acorriam em regra colonos po-

bres; para o Norte, Pernambuco e Baía, acorriam os imigrantes de capital. Basta esta circunstancia para se enxergar desde logo que todo movimento comercial havia de ser para aquelas bandas; para lá iam e de lá vinham as naus carregadas de gêneros e especiarias. O ouro da moeda é a atração polar para a bússola das naus.

As terras de massapé do Norte, mais próximas do mar e dos portos, eram propicias ao desenvolvimento da lavoura da cana e da industria do açúcar. As costas de S. Paulo eram menos aptas e o Planalto pobre em comparação daquelas.

Além disso, o braço do indio era pouco eficiente. Foi essa inferioridade que levou o Norte a substituir o indio pelo negro. S. Paulo, como já vimos, não tinha dinheiro para comprar negros, que só em doses diminutas vinham para cá. O Norte, rico e próspero, esmagava S. Paulo. E quando este pediu que ao menos dez por cento dos africanos lhe fossem concedidos, pois isso era não só do interesse dos colonos, mas ainda dos de Sua Majestade, nem com esta alegação lhe quizeram conceder a esmola suplicada. Nem dez por cento! Nada! Que se arranjassem como pudessem com a bugrada! Não mereciam tanto “as capitancias lá debaixo”, como então se denominava a existencia franciscana dos sulistas.

Foram tais coisas que levaram Pedro Taques a dizer, mais de uma vez, que se chegava a sacrificar

os interesses da Corôa, se esses importassem também nos interesses de S. Paulo. *Se non é vero...*

O resultado é que nos séculos XVII e XVIII S. Paulo não entra em linha de conta na obra de frei Vicente do Salvador e na de Antonil: nem açúcar, nem algodão, nem fumo, nem criações! Levava esta Capitania pobre, e depois mendiga, uma autarquia de quaresma, consumindo o que produzia; ficava nem sequer a *ver navios*, porque os navios passavam de largo, sem tocar em nossos portos. O pouco que a nossa pobreza consumia e que nos vinha da Europa, ia primeiro ao Rio e de lá é que nos vinha na escassa navegação costeira.

E quando o Planalto um dia pensou em ter uma navegação de cabotagem — dí-lo Saint-Hilaire — a Metrópole deu para trás com essa pretensão estulta.

No século XVIII foram tais as exigências feitas às vilas da costa em materia de exportação que, diz um comentario que acompanha aquelas resoluções governamentais, os donos de engenhos resolveram a crise do modo mais prático e decisivo: pondo fogo aos engenhos, que ficaram reduzidos a dois ou tres.

E como podia o Planalto pensar em desenvolver desembaraçadamente a sua lavoura e o seu commercio, tendo de permeio esse entrave permanente e invencível que era o *Caminho do Mar*, por onde, em certas épocas, nem os pedestres podiam livremente transitar? Era por ali, às costas dos índios, que

descia a principio a produção de Piratininga em demanda de Santos, cidade em que o elemento reinolhe era hostil.

Ajunte-se a isso o sistema tributario sufocante, de modo que nos lucros a Colonia tinha a parte da cabra e a Metropole a do leão.

Quando S. Paulo, após a humilhação de ser reduzido a simples satélite do Rio, mau grado as súplicas de seus filhos, voltou a ser de novo capitania independente, a sua miseria era tal que, no governo do Morgado de Mateus, um dono de navio mercante alega que o seu barco não tocava em Santos, porque o porto era vazio. Se ao menos, dizia ele, houvesse ali engenhos de arroz como no Rio! ⁽³⁾ Nada! Nem cereais, nem madeira, nem coisa alguma. Um portocemiterio!

A época da mineração, realizando uma profecia de Vieira, se é certo que pusera diamantes e ouro em alguns surrões, arrastara o grosso da Capitania a um descalabro pavoroso.

O Planalto, que já tinha sido em parte despovoado com as lutas infelizes dos Pires e Camargos, mais se despovoou com a febre do ouro, a fascinação das riquezas faceis e imensas, como sonhavam as imaginações do tempo.

A existencia agrícola, que principiara modesta, mas segura, foi por agua abaixo, ao ponto de se

correr o risco de fomes inimaginaveis, em que nem sequer haveria a farinha de mandioca!

O leitor pensará talvez que estou carregando as côres. Engana-se. Nessa época, de uma feita, a Câmara teve necessidade de reconstruir sua cadeia. Mas como, se os cofres eram vazios? Vão os camaristas pedir conselho ao ouvidor. Este, depois de considerar o caso, atinou com uma solução genial, tão genial que pegou para sempre, vindo a encalcrar nossas municipalidades e nossos Estados até 1930: fizessem um empréstimo.

Os camaristas aceitam o conselho. Pedem o empréstimo a tres argentarios da época, sucessivamente, hipotecando algumas das rendas do Concelho. Mas aconteceu que nenhum dos argentarios tinha, “no momento” (sic) o dinheiro que se lhes pedia... E quanto era ele? A soma enorme de cem mil reis! Não fiavam cem mil reis à câmara de S. Paulo! E era assim toda a Capitania.

Vou transcrever parte de um dos documentos mais interessantes e mais bem escritos do século XVIII, documento já citado por outros. É de um meu conterraneo, Manuel Cardoso de Abreu, sujeito que, no conceito de A. Taunay, tinha tanto de inteligente quanto de velhaco. Fosse. Mas este seu depoimento é um admiravel instantaneo. Vou transcrever todo o capítulo XIII do seu curiosissimo *Divertimento admiravel*, oferecido a Martinho de Melo

e Castro no ano de 1783. Não farei alteração alguma ao texto que se encontra no vol. VI da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. de S. Paulo*.

CAPITULO XIII

NOTICIAS PARTICULARES DA CIDADE DE SÃO PAULO. DA EXTENSÃO DA SUA CAPITANIA, NOME DA POVOAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS SEUS HABITADORES.

1

É a cidade de S. Paulo, cabeça da capitania, onde residem os generaes e bispos e tem duas comarcas — uma da sua ouvidoria e outra da villa do Paranaguá. Os habitadores da cidade vivem de varias negociações: uns se limitam a negocio mercantil, indo á cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nella venderem; outros da extravagancia dos seus officios; outros vão a Viamão buscar tropas de animaes cavallares ou vaccuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como tambem aos andantes de Minas Geraes, e exercitam o mesmo negocio vindo comprar os animaes em São Paulo para os ir vender a Minas, e outros, finalmente, compram alguns effeitos da mesma capitania, como são pannos de algodão e assucar, e

vão vender ás Minas, labutando nesta forma todos naquillo a que se applicam.

2

É a cidade aprazivel pelo terreno e saudavel pelos ares, e não é muito pequena, pois se conhece a sua grandeza pelo numero das ruas, cujas são: de *São Bento*, *Direita*, de *S. Francisco*, das *Casinhas*, da *Freira*, de *S. Gonçalo*, da *Sé*, das *Flores*, do *Carmo*, que é onde está o palacio dos generaes, do *Rosario*, da *Quitanda* e *Rua Nova do Guacio*, todas ellas com suas travessas correspondentes, com o defeito, porém, de serem a maior parte das casas terreas e as ruas mal ordenadas e mal calçadas.

3

Tem varios templos, como são: a *Sé*, os conventos do *Carmo* e de *S. Francisco*, *S. Bento*, *Santa Thereza*, *S. Pedro*, o *Collegio* que foi dos denominados *jesuitas*, em que assiste o bispo, a da *Misericordia*, *Santo Antonio*, *Rosario dos Pretos* e *S. Gonçalo dos Pardos*, entre os quaes tem alguns bem acabados e magnificos, e fora da cidade, em distancia de 300 braças mais ou menos, está o recolhimento da

Luz, onde vão os magnatas da cidade e o mais plebeo por passeio, divertir-se.

4

Desta cidade manam todas as estradas que vão para as capitánias differentes, por cujas estradas está situada a maior força das povoações, como são por exemplo: pela estrada que vae da dita cidade para o Rio de Janeiro e Minas Geraes se acham estabelecidas as villas de Mogy das Cruzes, Jacarehy, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, villa nova de S. Luiz do Parahytinga, as freguezias da Conceição e Facão e as aldêas de S. Miguel, Escada e Nazareth, mas todas muito pobres e a maior parte miseraveis porque os seus effeitos, que são os mantimentos, apenas dão para vestirem e comerem o sal, vendendo uns na mesma cidade e outros para o Rio de Janeiro e tambem aos passageiros, e por esta fórma nada podem alar aquelles moradores.

5

Os moradores das villas de Jundiah, S. João de Atibaia e Mogy-mirim e das freguesias de Juequey e Jaguary, que estão na estrada de Goyazes, tam-

bem vivem na mesma miseria, vendendo os seus effeitos na dita cidade, e aos passageiros.

6

Os moradores da beira-mar, como são os das villas de S. Sebastião e Ubatuba, vivem de fumos, pescaria, e aguas ardentes, que vendem à cidade do Rio de Janeiro para se remediarem na fôrma dos mais. Os moradores da villa de Santos são mais abastados em razão de ser este o porto de mar onde se desembarcam as fazendas que vem do Rio de Janeiro para a capitania e minas de Cuyabá e Matto Grosso. Juntamente alli se acha o districto do sal, onde forçosamente se vae buscar, e é distante esta villa da cidade de S. Paulo 10 leguas — 4 de mar e 6 de caminho de terra.

7

Os moradores das villas de S. Vicente, Conceição de Itanhaen, Iguape e Cananéa vivem miseraveis, pois só tem a pesca, alguma farinha de mandioca e madeiras para venderem aos navegantes daquella costa, cujo negocio apenas lhes dá para comer e vestir. Os da villa de Paranaguá são mais abastados porque, sendo ella a cabeça de uma das

comarcas, é mais avultado o commercio e além disso corre o seu ouro, que se extrahe das faisqueiras de alguns logares da sua comarca.

8

Os moradores das villas de Parnahyba e Ytú e freguezia de Araçariguama, que estão na estrada que vae desta cidade ao porto de Cuyabá, vivem de fabricas de assucar, de criar seus animaes cavalares e vaccuns e de pannos de algodão e por isso são mais remediados, como tambem os da Freguezia de Araraytaguaba pela razão de ser o porto de commercio das ditas minas do Cuyabá, e muito misera-veis os moradores das freguesias da Cutia, S, Roque, Santo Amaro e outras aldeias dos suburbios desta cidade.

9

Os moradores da estrada de Viamão, como são os da villa de Sorocaba, vivem do fabrico de algodão, de criar seus animaes e tirar seu ouro das faisqueiras dos seus suburbios e, ultimamente, do commercio dos que labutam neste negocio, e por isso ha suas casas ricas.

10

Os moradores da villa de Itapetininga, distantes della 10 leguas, vivem de criar os seus animaes e de tirar algum ouro das faisqueiras e vender mantimentos aos tropeiros, porem com tal tenuidade que não dá augmento.

11

Os moradores da villa da Faxina, distantes della 14 leguas, vivem da mesma sorte, porem com a differença de não ter naquelle sitio faisqueira de ouro, mas sim na villa de Apiahy, que dista della 10 leguas, ao lado esquerdo da estrada, onde vão vender os effeitos das suas lavouras para se remedarem.

12

Os da freguezia do Yapó, distantes della 30 leguas, vivem miseraveis, pois só o fazem da sua pequena lavoura e de alguns animaes que criam para venderem aos passageiros.

13

Os da freguezia de Santo Antonio da Lapa, distantes della 30 leguas, vivem na mesma serie, e os da villa das Lages, distantes della 80 leguas, que é o extremo da capitania, vivem de criar animaes cavallares e vaccuns para venderem aos que vão de São Paulo a este negocio.

14

Os moradores da villa de Curitiba, que está ao lado da estrada 14 leguas, alem de não serem as terras fructiferas, e porque não têm para que nem para onde consumir os fructos da sua lavoura, estão já no costume de plantar sómente aquillo que baste para o sustento de suas familias; ainda isto é aquelles que têm modo, que a maior parte nem isso cuida, porque muitos fazem vida de conduzir congonghas para a villa de Paranaguá, onde as permutam pelo sal, algodão e farinha, sem sahirem desta miseria desde o principio de seus avós, e não se lhes pode condemnar este genero de vida porque ainda assim têm o sal, farinha e algodão para vestirem; e da mesma sorte vivem os da freguezia de S. José, que é o termo desta villa.

O exposto dá bem a conhecer a pobreza da capitania e por isso é incompativel o conservar-se nella dois regimentos pagos, pois não ha renditos para os seus vencimentos, cujas faltas estão experimentando os seus individuos, e sendo muito necessaria a conservação dos mesmos regimentos, não só para o respeito da capitania como para os inimigos do real serviço, só sim se S. Mag.e tivesse a lembrança de suspender as fabricas de fumo de tabaco nas Minas Geraes e extrahirem-se na capitania de São Paulo para se disporem nas Minas, pondo um tributo em cada arroba que passar pelos registros para negocio, porque sendo este commercio frequentado seriam os renditos habilitados para se pagarem os registros na capitania mais remediada, sendo certo que esta resolução não prejudica ao commercio das minas por serem fabricas de menos consideração, e por este principio fica remediada a oppressão da mesma capitania.

ADVERTENCIA

Não se admire o curioso da vastidão destas noticias, porque as dou com experiencia e conhecimento dellas, porquanto para as minas de Cuyabá naveguei desde o anno de 1765 até o de 1773, tempo que parece bastante para a sua approvação. Para o Presidio de Yguatemy fui no anno de 1776, como já

disse no capítulo XII, e applicando-me muito no conhecimento das cousas mais significantes daquelles sertões, deve ser acreditada a expressão do compendio, ainda quando seja unicamente para repetir o que vi nas suas extensões.

Das particularidades das povoações da capitania tambem muito conto porque tenho verdadeiro conhecimento dellas, como nacional do paiz, e com especialidade das que se comprehendem na estrada de Vião, porque no anno de 1777 fui por ellas, de mandado do Exm.^o Martim Lopes Lobo de Saldanha, apromptar e pagar mantimentos, gado e cavalgadas para o transporte de 6.000 homens que foram de Minas Geraes para a capitania de S. Paulo em soccorro do exercito do Sul, na occasião em que tomaram os hespanhões a ilha de Santa Catharina; cujas circumstancias tambem vos conto por me requerer a vontade de exprimir nesta narrativa, para vos divertir, e da mesma sorte passardes o tempo de vossas paixões na contemplação dellas e porque tambem possaes divertir aos vossos amigos, quiçá que uma especulação semelhante muitas vezes inculca a comprehensão das materias questionadas sobre cousas de egual natureza”.

* * *

E', como dissemos, um precioso instantaneo. Respira-se nele a verdade, e a verdade é bela, mesmo

na boca de um velhaco, assim como a mentira é hedionda, mesmo na boca de um arcanjo.

Aí tem o leitor o que era S. Paulo, o andrajoso S. Paulo, ainda no final do século XVIII.^o, quasi ao raiar do XIX.^o. Temos a impressão de percorrer as ruas silenciosas, cobertas de capim, margeadas de moimentos em ruína, de um vasto campo santo abandonado...

Para estimular a nossa industria, ainda se tomavam na Metrópole medidas desta natureza:

“Quanto às fábricas e manufaturas, é indubitavelmente certo, sendo o Estado do Brasil o mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo seus habitantes, vassallos desta Corôa, por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para sustento da vida, mas muitos artigos importantissimos para fazerem, como fazem, um extenso e lucrativo commercio e navegação, se a estas incontestaveis vantagens ajuntarem as da industria e das artes, para vestuario, luxo e outras comodidades precisas e que o uso e costume tem introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua Capital dominante: é por consequencia indispensavelmente necessario abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas: e isto é o que Sua Majestade ordena que V. Ex.^a execute e faça executar nessa Capitania e nas que lhe são subordinadas, com a prudencia e dissernimento com que

sempre obra, e que as circumstancias delas e gravidade desta comissão exigem.”

As fábricas que deviam ser suprimidas eram:

“Todas as fábricas e manufaturas de galões ou tecidos de ouro e prata, de veludos, brilhantes, setins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda; de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão, ou de linho, branca ou de côres, exceto as abaixo declaradas; e de panos, baetas, droguetes, saetas, durantes, ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou cada uma das ditas fazendas, seja fabricada de um só dos referidos gêneros de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã; ou misturada e tecida de uns com outros; como tambem as fábricas e manufaturas de chapéus; sejam todas abolidas e extintas; excitando V. Ex.^a e mandando pôr na sua rigorosa e inviolavel observancia, não só as proibições acima indicadas, mas a que já se acha estabelecida e promulgada para extinção das oficinas e officio de ourives; e contra todos os que trabalham em ouro, reduzindo-o a peças e obras pertencentes ao mesmo officio.”

Como se vê, por muito favor a Corôa nos deixava intactos o cocar e a tanga.

Essas medidas monstruosas foram sugeridas pela Inglaterra à côrte portuguesa, governada então por D. Maria I.^a, após a morte de D. José e de Pom-

bal. Quem ia lucrar, está claro, era a industria inglesa.

O glorioso ministro portuguez que sancionou essa beleza chamava-se Martinho de Melo e Castro, e foi no ano de 1785.

Seria contudo injustiça supôr que fomos sempre tratados dessa forma pela Coroa portuguesa; mas eram frequentes medidas semelhantes, e seria de esperar que nunca as houvesse para beneficio d'aquém e d'além mar.

Esse alvará mostrengo pesou por vinte e tres anos sobre a pobre da Colonia, pois só foi abolido em 1808.

Tempos mais benignos viviam immediatamente com a regencia do príncipe D. João, conforme deixaria impresso o preclaro brasileiro frei Conceição Veloso. (Varnhagen, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a edição, vol. 5.^o, pag. 11). E isso devido à influencia de uma pequena plêiade de pensadores e cientistas companheiros de frei Veloso, acolhidos e afaçados pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

(1) Terá estranhado o leitor que eu empregasse o adjetivo *adquiridor* em lugar do corrente *aquisitivo*. Nada mais natural e nada menos justificavel ao mesmo tempo, como se vai ver.

A primeira surpresa do leitor estará no fato de que *aquisitivo* não se menciona em nenhum dos nossos venerandos dicionarios, nem tão pouco nos que não o sejam. É neologismo e galicismo. Não é, pois, portuguez autorizado. Não passou ainda da linguagem económica para a linguagem co-

mum. É o francês *acquisitif*, que vai prender-se a um latim mascarado, popular, *acquisitivus*, que Freund nem menciona.

A segunda surpresa é que o francês *acquisitif*, que entrou a vigorar na França com René d'Anjou, no século XV, guardava o sentido *passivo* do seu progenitor latino: não era o que tem o poder *de adquirir*, mas sim *de ser adquirido*. Com este sentido é que êle se empregou, creio, na linguagem clássica dos tratados franceses de economia. O sentido *ativo* — o único que êle guarda no português — o de *poder de adquirir*, é neologismo na própria França.

Não é preciso dizer mais para se ver desde logo a que confusões pode levar esse adjetivo: um tratadista francês emprega-o no sentido passivo, um leitor brasileiro toma-o no sentido ativo, e entenda, se é capaz, o texto!

Nós temos: para o sentido passivo — *adquirivel*; para o ativo — *adquiridor* ou *aquiridor*, ou ainda *aquiritivo*.

Mas não impugno o galicismo, porque é dos bons, visto que se prende ao latim. Evito-o por motivo de clareza.

(2) Quem fez Calvino pai do capitalismo não foi Sombart, como andam por aí a apregoar certos sociólogos da terra, mas Max Weber.

(3) Esse engenho, um só, de descascar arroz, teve pouca duração, segundo afirmava em 1779 o ministro Martinho de Melo e Castro, tais foram as violencias — são palavras suas — que em Portugal se fizeram contra êle, de maneira que “aquele útil ramo do commercio se suspendeu até o presente”.

CAPITULO XVIII

AFINAL!

Afinal vamos sair do vasto campo santo, que foi S. Paulo do século XVIII, para os Campos Elísios dos séculos XIX e XX.

O declínio do Norte foi a ascensão de S. Paulo. O colapso dos satisfeitos e a porta aberta para os famintos são fenómenos correlatos e crescentes em proporção direta.

A mineração, que trouxe a ruína de S. Paulo, também desarticulou a riqueza do Norte e preparou o caminho da nossa prosperidade futura, atraindo levadas de negros nortistas, diminuindo lá a industria açucareira e soltando depois esses braços que, exgotadas as minas, seriam vendidos a S. Paulo.

O rico, quando se abate, é como o açude arrombado, que vai até enxugar o tanque. Para ele, ou tudo ou nada. O famélico, esse agarra as migalhas desprezadas pelo rico decepcionado e bendiz o Céu por tanta bênção. Foi esse o nosso caso. Fomos à missa com a roupa velha que o Norte nos herdara.

Recomeçou aqui a lavoura da cana, que só se plantava, até então, para o consumo interno. Mas

a lavoura teve os seus altos e baixos. A concorrência estrangeira, a decadência da marinha mercante portuguesa, suplantada pela holandesa, francesa e afinal pela inglesa; as guerras napoleônicas com o seu bloqueio dos mares; a descoberta do açúcar de beterraba na auróra do século XIX, tudo isso e outras causas mais, fizeram oscilar a balança da nossa prosperidade económica, não só de S. Paulo, mas do Brasil inteiro.

Em 1801 a câmara de Porto-Feliz — uma das regiões de mais intensa cultura da cana de açúcar nesse tempo — envia uma carta a Sua Majestade, pedindo para S. Paulo as garantias que haviam sido outorgadas aos lavradores do Rio, a saber — a de não poderem ser penhorados os engenhos, mas tão somente os seus produtos. Nesse pequeno documento, cristalino, límpido, em lingua de branco e não no *patuá* abominavel do tempo — a chamada *lingua brasileira* — os meus conterraneos alegam a queda do produto, que Sua Majestade devia socorrer, porquanto era o eixo de resistencia da economia brasileira. O café ainda estava no cueiro...

E o açúcar, industria embora precaria, continuava a ser a muleta dos paulistas convalescentes, qua inda traziam no rosto a lividez das sessões.

Sentiam os paulistas, e sentiam os brasileiros, como era periclitante aquella industria, assediada por uma serie de circunstancias hostís.

Procurou-se-lhe um sucedaneo — o chá, e os rabichos dos chineses flutaram às brisas do Brasil. No sitio triste — ruína de um passado florescente — em que decorreram os primeiros anos da minha infancia, havia, em frente à casa, uma capoeira — a *capoeira do chá*, onde ainda arastavam existencia miseravel algumas árvores abandonadas, netas das primitivas que ali foram plantadas em tempo de meu avô, quando dezenas de vozes de escravos animavam, cantando, os eitos dos canaviais.

Frustrou-se a industria do chá, e os olhares se volveram esperançados para as promessas da rubiacea.

Duas palavras de introdução a esta senhora, respeitavel agora em sua caquexia. Tambem aqui andam escritas algumas coisas sem verdade, e anacrónicas. Dizer, por exemplo, que S. Paulo, no final do século XVIII, se tornara o emporio opulento do café — e eu já li coisa semelhante — é dar re-deas soltas à *folle du logis*, a incorrigivel inimiga dos estudos históricos cimentados. Nem do Rio de Janeiro se poderia dizer tal coisa. A rubiacea, como agora se ensina até nos cadernos dos grupos escolares, entrou pelo Pará, trazido da Guiana francesa em 1727 por Francisco de Melo Palheta.

D'alí veio para o Maranhão, onde medrou. Em fins do século XVIII, sem que se possa precisar a data, desceu para o Rio de Janeiro, onde se disse-

minou, estendendo-se depois para Minas e para o norte de S. Paulo.

Mas ainda nos começos do século XIX quem se opulentava com a planta, quem se vestia com a púrpura da rubiaceae — era o Rio, não S. Paulo.

Ainda no governo de Franca e Horta depara-se-nos um fato que dispensa comentarios. Tomou o governador algumas medidas concernentes à exportação de certos produtos da capitania, entre os quais vinha o café. As medidas não agradaram a câmaras do norte, que reagiram. Entre elas estava Taubaté.

O governador, com a arrogancia costumeira dos governadores, ao se dirigirem a câmaras em que havia gente capaz de reagir contra absurdos, ou contra o que lhe parecia desarrazoado, passou um sermão em regra à de Taubaté, mandando que ela cuidasse dos interesses privados do municipio e não se metesse a abelhuda nas medidas gerais, que a ele tão sòmente competia. Tanto mais — dizia o governador — que dos gêneros abrangidos na medida só um interessava à Câmara de Taubaté: era o açúcar. Estou citando de memoria, mas creio que não claudiquei. Essa documento, como acima ficou dito, é de tal força e clareza que dispensa comentarios.

Anos depois, Saint-Hilaire penetra na capitania de S. Paulo, vindo de Goiás. Atravessa toda a zona que depois foi Franca, Batatais, Ribeirão Pre-

to, S. Simão, Casa Branca, Campinas, em que ondulariam mares de cafezais. Pois bem, procure-se nas suas páginas uma leve referencia a fazendas de café nessa região. Será inútil. O que ali ainda imperava era o açúcar. Até a época da Independencia, é o açúcar a maior fonte de renda na economia brasileira. -

Mas S. Paulo vai agora tirar o ventre da miseria. Está escrito que muitos últimos hão de ser primeiros, e isto é verdade não só no dominio espiritual, mas tambem no temporal.

Começa a prosperar a sua rubiacea. O braço africano, que afluira com o colapso do Norte, principia a ser insufficiente. As terras férteis e o clima favoravel tornam a região sem rival e o que se descortina é um futuro esplendoroso.

Homens de visão larga, como Vergueiro, enxergam claro o problema que se esboça. É necessario recorrer ao braço livre, porque o surto de labor não vai estancar-se de ora em diante. Bem conhecia esse reinol, que se fez nosso de coração, a capacidade e a energia do paulista, o seu espirito de iniciativa, espirito que brota sempre no tempo das vacas magras. Benditas sejam as vacas magras, que são as precursoras matemáticas das gordas.

Começa a imigração, cresce a produção cafeeira. O trabalho livre, inteligentemente dirigido, é mais rendoso,

Mas um corolario surge como pesadêlo: o problema do escoamento. Por onde ha de rodar, serra abaixo, a onda rubra que os mares verdes vão arremessar? A esperança que despertam as colinas viridentes em que os cafezais novos, rebentando da massapé roxa, branca ou negra, terra ainda virgem, cobrem e enfeitam, alia-se a angustia dessa interrogação, a visão de um possivel cataclismo.

Para a magnitude dos problemas a Providencia manda sempre os remedios adequados: os genios que a situação reclama. Nós tivemos o nosso genio. Associo-me, como paulista plurissecular, àqueles que estranham não haver ainda, numa praça de Santos ou de S. Paulo, uma estatua que demonstre ao mundo a nossa gratidão para com a *agatodemo* da nossa gloria: — Mauá!

Foi êle, foi esse brasileiro genial, que não era paulista, mas gaúcho de nascimento e carioca de alma e criação, foi êle que nos salvou na hora difficil. A sua visão segura devemos o afastamento do perigo que nos ameaçava. Foi êle quem ideou, traçou, encaminhou a construção da Estrada Inglesa.

Bem sabia — e os banqueiros ingleses com êle — o que vinha estuando da iniciativa dos paulistas. Os judeus ingleses não iriam pôr o seu dinheiro em risco para provocar o nascimento hipotético de uma iniciativa: êles nada mais fizeram do que amparar a iniciativa fecunda, já êxistente, que lhes garantia

lucro seguro no emprego do capital. É estulticia inverter a ordem dos fatores, como já se disse.

Vem a Inglesa em 1866, e o antigo *porto-cemiterio* se transforma num emporio movimentado. Coalha-se de navios em busca da rubiacea, cujo consumo vai num crescente pelo mundo. Mas a expansão económica de S. Paulo só o era pela metade. Estávamos na Monarquia. Meu pai — um dos signatários da Convenção de Itú — dizia-me que, no tempo em que a renda de S. Paulo era de 20.000 contos, apenas 4.000 eram gastos na provincia; 16.000 eram consumidos alhures. Haveria engano nessa afirmação? Seria exagero da imprensa polêmica do tempo? Não o verifiquei.

Veio a República e com ela a autonomia dos estados. O surto de S. Paulo foi esmagador.

A imigração, principiada aqui na Monarquia pela iniciativa dos paulistas, cresceu em vagas abengoadas.

Mas é preciso salientar que a imigração não foi exclusivamente de S. Paulo. Muito pelo contrario: foi maior a parcela que se dirigiu para outros estados da federação tomados em conjunto: Minas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. A única vantagem de S. Paulo — e esta se regista no seu *haver* — foi preceder aos seus irmãos no que concerne a iniciativas. A fome aguça os intellectos e faz que das quaresmas nasçam as consoadas...

Mas antes de estendermos a mão para agradecer o concurso magnífico do estrangeiro — e mormente da colonia italiana, que se irmanou e se fusionou conosco, auxiliando a nossa incipiente prosperidade, mas fazendo a sua propria riqueza — peçamos um momento de silencio, sob o olhar de Deus, e rezemos um *confiteor*:

“PAI JOÃO”

Do taquaral à sombra, em solitaria furna,
— para onde, com tristeza, o olhar curioso alongo —
sonha o negro, talvez, na solidão noturna,
com os lípidos areais das solidões do Congo.

Ouve-lhe a noite a voz plangente e taciturna,
num profundo suspiro, entrecortado e longo...
E o rouco, surdo som, zumbindo na cafurna,
é o urucungo, a gemer, na cadencia do jongo.

Bendito sejas tu, a quem, certo, devemos
a grandeza real de tudo quanto temos!
Sonha em paz! Sê feliz! E que eu fique de joelhos,
sob o fúlgido céu, a relembrar, magoadado,
que os frutos do café são glóbulos vermelhos
do sangue que correu do negro escravizado!”

(CIRO COSTA)

Acompanhando o surto económico, veio a transformação intelectual, com a reforma dos ensinos primario, secundario e superior, com o enorme alargamento do sistema educativo, que se irradiou pelo país. Foi da aliança desses dois fatores que nas-

ceu a chefia de S. Paulo. . Nem podia ser de outra maneira. Chefia e pobreza são termos que se repelem. Pode haver dinheiro sem chefia, mas não chefia sem dinheiro, quando se trata de chefia construtiva da coletividade! Veio o surto assombroso da sua industria multiforme. S. Paulo até o século XIX viveu de cinta apertada, num retiro espiritual de anacoreta, em jejum de franciscano, vestido com o cilicio de João Batista e comendo gafanhotos e mel silvestre. Mas quando saíu a prègar, foi com o ímpeto do filho de Zacarias. Que importava que lhe cortassem a cabeça?

E temos chegado ao fim deste livrinho improvisado, planejado, executado em tres meses por um aprendiz canhestro nestes assuntos nacionais.

Haverá falhas e erros, provavelmente, nas minucias do meu humilde trabalho. Aos que me ajudarem a corrigi-los, aqui deixo consignada anticipadamente a minha gratidão. Será, talvez, o meu canto de cisne, se a nobre expressão não é por demais pretensiosa em se tratando de tão pouco. Pus, no entanto, neste esforço, toda a minha alma sincera de paulista. Por essa sinceridade, perdõem-me a inopia do resultado.

Trouxe o leitor de dentro do *rancho* para dentro do *palacio*. Nada mais direi do Palacio. Êle aí está aos olhos de todos aqueles que tiveram capacidade para observar e boa vontade para julgar o que foi o sofrimento, o labor e a gloria de S. Paulo.

** Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38, São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em julho de 1941.*